



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Campus Anápolis de Ciências Sócio- Econômicas e Humanas
Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais e Humanidades
“Territórios e Expressões Culturais no Cerrado”

DARLEN PRISCILA SANTANA RODRIGUES

TESSITURAS MUSEOLÓGICAS, SENTIDOS, PILARES E UTOPIAS: Estratégias
de comunicação museológica e difusão no Museu Antropológico da UFG

Anápolis

2018

DARLEN PRISCILA SANTANA RODRIGUES

TESSITURAS MUSEOLÓGICAS, SENTIDOS, PILARES E UTOPIAS: Estratégias de comunicação museológica e difusão no Museu Antropológico da UFG

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades “Territórios e Expressões Culturais no Cerrado” – TECCER – da Universidade Estadual de Goiás como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais e Humanidades.

Linha de pesquisa: Saberes e Expressões Culturais no Cerrado.

Orientadora: Dr^a. Poliene S. dos S. Bicalho.

Anápolis

2018

Ficha catalográfica

R696t Rodrigues, Darlen Priscila Santana.
Tessituras museológicas, sentidos, pilares e utopias [manuscrito] : estratégias de comunicação museológica e difusão no Museu Antropológico da UFG / Darlen Priscila Santana Rodrigues. - 2018.
109f. : il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Poliene S. dos S. Bicalho.
Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2018.

Inclui bibliografia.

1.Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás - História. 2.Acervo indígena - Cerrado goiano - Museu Antropológico da UFG. 3. Exposição arqueológica - Museus - Brasil. 4. Dissertações - TECCER - UEG.
I.Bicalho, Poliene S. dos S. II.Título.
CDU 069.02:572(817.3)(043.2)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes
Bibliotecária/UEG/Anápolis - CCSEH
CRB1/2385

DARLEN PRISCILA SANTANA RODRIGUES

TESSITURAS MUSEOLÓGICAS, SENTIDOS, PILARES E UTOPIAS: Estratégias de comunicação museológica e difusão no Museu Antropológico da UFG

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades “Territórios e Expressões Culturais no Cerrado” – TECCER – da Universidade Estadual de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais e Humanidades. Linha de pesquisa: Saberes e Expressões Culturais no Cerrado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Poliene Soares dos Santos Bicalho.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a. Poliene Soares dos Santos Bicalho.
Presidente/PPGTECCER/UEG

Prof. Dr.^a. Maria Idelma Vieira D' Abadia
Examinadora/PPGTECCER/UEG

Prof. Dr.^a. Ivanilda Aparecida de Andrade Junqueira
Examinadora/PPGS/UFG

Prof. Dr.^a Adriana Aparecida Silva
Suplente/PPGTECCER/UEG

Prof. Dr. Jean Tiago Baptista
Suplente/MUSEOLOGIA/UFG

Anápolis, 29 de Junho de 2018

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Goiás;

Ao Museu Antropológico/UFG;

Aos técnicos do Museu Antropológico por me receber nos dias de pesquisa;

À minha orientadora, Poliene Soares dos Santos Bicalho, pelo apoio e disposição;

À professora Dr^a Ivanilda Aparecida Junqueira, por aceitar o convite para compor a banca;

À professora Dr^a Maria Idelma Vieira D'Abadia, por ser receptiva e por aceitar o convite para compor a banca;

Aos docentes do programa de Pós-Graduação em “Território e Expressões Culturais no Cerrado”;

À minha querida Mãe;

À querida amiga Maria de Fátima Rodrigues, pelo apoio em momentos difíceis;

Ao querido amigo Jean Baptista, pelo apoio e incentivo;

À Débora Salerno, por ser anteciosa e estar sempre pronta a nos ajudar;

Ao programa de bolsa *stricto sensu* UEG, pelo apoio financeiro;

Aos amigos e amigas que fiz ao longo do mestrado: Amanda, André, Camila, Diôgo, Fernando, Kelly, Maria Cristina, Maxwel, Pedro Henrique e Romênia. Não poderia deixar de agradecer aos amigos da vida, que em momentos difíceis foram prestativos e positivos, nessa trajetória solitária.

Enfim, obrigada a todos!

"Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir".

(Cora Coralina)

RESUMO

Este estudo objetivou analisar e discorrer sobre a trajetória do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, as relações dos atores sociais e as possibilidades utilizadas para comunicar, aproximar e dialogar sobre os grupos indígenas com a comunidade interna e externa a universidade, bem como caracterizar a trajetória e conteúdos a partir da comunicação museológica do Museu Antropológico da UFG; relacionar os acervos aos grupos indígenas; identificar ex-diretores e suas contribuições para o MA/UFG; identificar exemplos de boas práticas de um museu universitário e contextualizar a comunicação museológica entre *lato sensu* e *stricto sensu*. Para tanto, foi utilizado como método para coletas de dados a pesquisa bibliográfica, através do estudo levantado no referencial teórico sobre museus, colecionismo e comunicação museológica, além da seleção de análise fontes, documentos do arquivo científico¹, material audiovisual e *sites*. A partir da observação e análise foi possível perceber a importância do museu ao cumprir seu caráter de museu universitário. Enfim, por meio de toda a investigação realizada e das sugestões apresentadas, foi possível compreender as relações do museu com seus atores sociais, coleções e a difusão dos projetos e ações através das comunicações *lato sensu* e *stricto sensu*.

Palavras-chave: Comunicação museológica. Museus. Exposições. Coleções. Museu Antropológico da UFG.

¹ A documentação do MA está organizada em arquivo institucional/administrativo e arquivo científico, os quais estão relacionados aos projetos e cursos desenvolvidos ao longo da trajetória do museu.

RESUMEN

Este estudio objetivó analizar y descender sobre la trayectoria del Museu Antropológico de la Universidade Federal de Goiás, las relaciones de los actores sociales y las posibilidades utilizadas para comunicar, aproximar y dialogar sobre los grupos indígenas con la comunidad interna y externa de la universidad, así como caracterizar la trayectoria y contenidos a partir de la comunicación museológica del Museu Antropológico de la UFG; relacionar acervos a los grupos indígenas; identificar a ex-directores y sus contribuciones al MA/ UFG; identificar ejemplos de buenas prácticas de un museo universitario y contextualizar la comunicación museológica entre *lato sensu* y *stricto sensu*. Para ello, se utilizó como método para colectas de datos la investigación bibliográfica, a través del estudio levantado en el referencial teórico sobre museos, coleccionismo y comunicación museológica, se utilizó como fuentes documentos del archivo científico², material audiovisual y el sitios. A partir de la observación y análisis fue posible percibir la importancia del museo al cumplir su carácter de museo universitario. En fin, por medio de toda la investigación realizada y de las sugerencias presentadas, fue posible comprender las relaciones del museo con sus actores sociales, colecciones y la difusión de los proyectos y acciones a través de la comunicación *lato sensu* y comunicación *stricto sensu*.

Palabras - claves: Comunicación museológica. Museos. Exposiciones. Colecciones. Museu Antropológico de la UFG.

² La documentación del MA está organizada en archivo institucional/administrativo y archivo científico, los cual están relacionados a los proyectos y cursos desarrollados a lo largo de la trayectoria del museo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01: Desenho/Protótipo da primeira Logomarca do Museu Antropológico da UFG/ s/d	22
Ilustração 02: Região dos aldeamentos no século XVIII	26
Ilustração 03: Ficha de Registro (Frente)	43
Ilustração 04: Ficha de Registro (Verso)	43
Ilustração 05: Sem descrição	78
Ilustração 06: Sem descrição	78
Ilustração 07: Jornal-Índios: o resgate da cultura pelo estudo das línguas, 1988	91
Ilustração 08: Jornal-Museu enfatiza a difusão do conhecimento, 1998	94
Ilustração 09: Jornal-Projeto da UFG forma professor indígena no Tocantins	96
Ilustração 10: Coleção textos indígenas	97
Ilustração 11: Exposição itinerante mostra cultura dos grupos, 1995	98
Ilustração 12: Coleta e registro de material para exposição, 20/11/1991	99
Ilustração 13: Jornal-A história do homem do Centro-Oeste, 1986/1989	106
Ilustração 14: Abertura do I Encontro Nacional de Museus Universitários, 1992	113
Ilustração 15: Jornal-Encontro discute os museus universitários, 1992	114
Ilustração 16: Assando Peixe-Kraô, 1992	115
Ilustração 17: Índios tocando instrumentos musicais-Kraô, 1992	117
Ilustração 18: Exposição de material Indígena-Kraô, 1992	118
Ilustração 19: Índia de cocaras-Kraô, 1992	120
Ilustração 20: Painel-Dia Internacional de Museus, 1993	122
Ilustração 21: Oficina-Mala Arqueológica-13º Semana de Museus, 2015	123
Ilustração 22: Material de divulgação digital-9ª Primavera de Museus, 2015	123
Ilustração 23: Desenho da Exposições de Antropologia	129

Ilustração 24: Exposições de Antropologia	129
Ilustração 25: Jornal Museu não é depósito de coisas velhas, 1989	133
Ilustração 26: Folder-Exposição Arqueologia Brasileira: O passado também devora	139
Ilustração 27: Ilustrações-Adornos e Pinturas Corporal Karajá	141
Ilustração 28: Paisagem Telúrica-A Flor da Terra	144
Ilustração 29: Topografias sobrenaturais-Objetos de Culto	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Aldeias no Brasil Central e respectivas Etnias nos séculos XVIII- XIX	27
Quadro 02: Representação das coleções do Museu Antropológico e grupos Indígenas originários	41
Quadro 03: Acervo Etnográfico-Museu Antropológico	45
Quadro 04: Coleções Etnográficas Museu Antropológico referente aos Grupos Indígenas	49
Quadro 05: Lista dos projetos desenvolvidos pelo MA/UFG	92
Quadro 06: Lista de cursos promovidos pelo MA/UFG	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.L	América Latina
CD' ROM' s	Compact Disc Read-Only Memory
FUNARTE	Fundação Nacional de Arte
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GO	Goiás
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Comitê Internacional de Museus
ISA	Instituto Socioambiental
LABARQ	Laboratório de Arqueologia
RJ	Rio de Janeiro
MA	Museu Antropológico
MAE	Museu de Antropologia e Etnologia
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
MINOM	Movimento Internacional da Nova Museologia
NUCAIC	Núcleo de Coordenação e Apoio às Iniciativas Culturais (Nucaic)
PUC	Pontifícia Universidade Católica
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo
TO	Tocantins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 SENTIDOS E REFLEXÕES SOBRE ACERVOS E PESQUISAS NO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG	23
1.1 O PASSADO E O LUGAR DO INDÍGENA NO CERRADO	23
1.2 SENTIDOS DAS COLEÇÕES: MUSEU ANTROPOLÓGICO E OS ACERVOS DOS GRUPOS INDÍGENAS	30
1.2.1 O sentido de colecionar	30
1.2.2 O sentido das coleções do Museu	34
2 SENTIDOS E REFLEXÕES SOBRE ATORES SOCIAIS NO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG	57
2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO: ATORES SOCIAIS E MUSEUS	56
2.2 ATORES SOCIAIS DO PASSADO: CONTRIBUIÇÕES E CONSTRUÇÕES NO MUSEU ANTROPOLÓGICO	61
2.2.1 Atores sociais indígenas no Museu Antropológico	76
3 ENTRE PILARES MUSEOLÓGICOS: A COMUNICAÇÃO E AS ABORDAGENS ÉTNICAS NO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG	82
3.1 COMUNICAR É PRECISO	82
3.2 MUSEU UNIVERSITÁRIO E A COMUNICAÇÃO PATRIMÔNIAL	85
3.3 PROJETOS E DIALÓGOS INTERÉTNICOS	89
4 DIÁLOGOS, DIFUSÃO E EXPOSIÇÕES NO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG	103
4.1 AÇÕES CONTEMPORÂNEAS E EXTENSÃO NO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG	103
4.1.1 I Encontro Nacional de Museus Universitários	109
4.1.2 Um dia com o índio Kraô	114
4.1.3 Espaços de diálogos: Semana Internacional de Museus e Primavera de Museus	121

4.2	VAMOS FALAR DE ÍNDIO? EXPOSIÇÕES ANTROPOLOGICAS	125
4.3	DE LÁ PRA CÁ, DE CÁ PRA LÁ: AS EXPERIMENTAÇÕES DAS EXPOSIÇÕES DE CURTA DURAÇÃO E DE LONGA DURAÇÃO	132
4.3.1	Exposições museológicas	134
4.3.2	Exposição Museu: Expressão de Vida	136
4.3.3	Exposição Arqueologia Brasileira: o passado também devora	138
4.3.4	Exposição Tradição e Criatividade-O Desenho e Exposição Registro Arqueológico de Grafismos	140
4.3.5	Exposição Lavras e Louvores	142
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	REFERÊNCIAS	152
	ANEXOS	169

INTRODUÇÃO

A - CONTEXTUALIZAÇÃO

O tema dessa dissertação surgiu após visitas em instituições museológicas brasileiras, algumas delas localizadas no Cerrado/Centro–Oeste, e também após longas conversas e discussões com amigos/colegas, estudantes e frequentadores do Museu Antropológico da UFG. Nesse sentido, observei que a maioria das pessoas com as quais conversei desconhecem determinadas ações da trajetória do MA/UFG. A partir disso podemos questionar: Até que ponto o desconhecimento sobre a trajetória do MA/UFG por parte dos usuários se deve ao fato de que boa parte das informações disponíveis sobre o museu serem resultado de pesquisas acadêmicas, e, portanto, não atinjam o público que frequenta o museu?. Devido a isso, este estudo se propôs a apresentar possibilidade e estratégias de comunicação que sejam capazes de democratizar o acesso ao MA/UFG. A partir da percepção sobre tal desconhecimento, verificou-se a necessidade de se investigar em uma pesquisa que resultasse em um produto síntese de uma análise descritiva, associada a uma estrutura narrativa acessível, a partir da qual pudesse contrapor a um processo criativo que fosse além de uma análise totalmente focada no academismo³.

Entendo que essa contraposição se encaixe no discurso até então encarado somente na teoria, a mesma que diz que as produções acadêmicas precisam se renovar a ponto de serem criativas e irem além de produções que não passam de análises sobre análises. A construção da narrativa que segue busca privilegiar fatos recorrentes na trajetória da instituição, que estão relacionados as coleções e

3 As produções científicas tem um sentido, acho que deveria ter um sentido maior. Acho que deveríamos produzir uma linguagem diferenciada. Nossa academia é muito conservadora. Os textos acadêmicos deveriam ser bons de ler, tenho lido cada coisa que meu Deus. É um vocabulário tão rebuscado, buscando uma excelência acadêmica, acho que não é por aí. Queria conciliar a escrita acadêmica ao prazer. Eu às vezes acho a escrita acadêmica muito feita pra acadêmicos, é uma reprodução de profissionais. Acho que tinha que ser uma escrita mais acessível. Um dia desses eu escrevi um artigo e pedi pra minha empregada ler, ela riu. (ATLANTA *apud* SILVA, 2014, p. 18).

acervos, ex-diretores e as ações de difusão das pesquisas desenvolvidas com grupos indígenas, além das contribuições do MA/UFG no que tange a aproximar indivíduos e grupos indígenas num espaço institucionalizado, através de diálogos, intervenções e/ou comunicações *lato sensu* e *stricto sensu*.

O pensamento inicial da pesquisa era ter o Museu como o campo de estudo, assim, ele se tornaria a fonte primária de toda a pesquisa. Ele seria o responsável por fornecer todas as informações para a construção textual. Pretendia-se, com isso, ir além de especulação, suposições ou simplesmente contrapor teorias e conceitos acadêmicos. O objeto tinha que me dar as informações, porém, durante a escrita, não se busca discorrer cronologicamente sobre a trajetória percorrida. Deste modo, o resultado alcançado corroborou com as superações das dificuldades enfrentadas quanto ao acesso às informações.

A escolha de utilizar o conceito de comunicação, para as narrativas de comunicação *lato sensu* ou *stricto sensu* na explanação da trajetória do MA/UFG, se explica diante das observações realizadas, pois, a maioria dos estudos sobre comunicação museológica se baseia em análises sobre exposição e mediação de público. Instigada por isso, propus que a narrativa do objeto de estudo se relacionasse com a comunicação *lato sensu* e *stricto sensu* e as ações desenvolvidas ao longo da trajetória da instituição.

Talvez, para as regras do academismo⁴, a composição dos capítulos e a escrita, pautada na realidade da instituição, não seja tão plausível, contudo, acredito que a estrutura escolhida para a dissertação vai ao encontro do posicionamento que pensar este estudo além do público acadêmico, pois acreditasse que o mesmo será importante e atenderá também indivíduos de outros lugares de fala. Talvez seja presunção, mas acredito que a produção acadêmica deve ser de fácil acesso a todos, sejam leigos ou cientistas.

4 Quando tratamos do termo academicismo ou academismo neste estudo, estamos pensando nas produções acadêmicas conservadoras e nos estudos que ao longo do tempo, foram mecanizadas/metrificadas, cujos dados qualitativos e quantitativos guiavam as pesquisas. Essas pesquisas, por sua vez eram compreendidas somente pelos estudiosos do campo.

B - APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A importância do museu enquanto espaço cultural que informa e exhibe, ao longo dos anos, tem levando-o a desenvolver ações das práticas museológicas como comunicação patrimonial na tentativa de aproximar diversos públicos a instituição. O MA/UFG não é exceção, ao longo de décadas ele tem proporcionado ações que se enquadram nessa prática.

Por outro lado, na atualidade, algumas de suas ações ligadas a trajetória do museu é desconhecida e/ou não estão disponibilizadas com fácil acesso, tanto a comunidade interna quanto a externa à universidade. Neste sentido é que se fazem necessárias reflexões que repensem a definição de museu. Com isso, o estudo desenvolvido requer apontar os conteúdos da trajetória histórica e de comunicação do Museu. Quais aproveitamentos dos acervos, pesquisas e oportunidades foram desenvolvidos pela instituição?

Assim, torna-se importante a caracterização dos ex-diretores, das coleções, as ações sociais e as exposições. É isso que procuramos concretizar neste estudo.

C - OBJETIVOS DO ESTUDO

O presente estudo apresenta como objetivos:

Caracterizar a trajetória e conteúdos a partir da comunicação museológica do Museu Antropológico da UFG;

Relacionar acervos aos grupos indígenas;

Identificar ex-diretores e suas contribuições para o MA/UFG;

Identificar exemplos de boas práticas de um museu universitário.

Contextualizar a comunicação museológica entre *lato sensu* e *stricto sensu*.

D - RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A importância assumida por pesquisas sobre comunicação museológica, em alguns casos, é muito particular. Acredito que essa relação se dá devido a

proximidade com o objeto, contudo, a comunicação museológica, por si só, é denominação genérica e pautada em diversas formas de extroversão do conhecimento em museus (CURY, 2006, p. 34). A isto há ainda a acrescentar que, enquanto instrumento de difusão das ações das instituições, vêm dar e permitir que a sociedade e/ou grupos interessados conheçam sobre o papel sociocultural da instituição.

Tanto quanto nos foi possível averiguar durante a realização dessa pesquisa, no contexto do Museu Antropológico da UFG são poucos os estudos escritos relativos a este tema, no que diz respeito a trajetória do Museu, mas, sobretudo em relação a comunicação museológica. Logicamente, esta reduzida produção acadêmica justifica-se pelo fato desse tema ter sido mais debatido nos últimos anos, com a criação da graduação em Museologia da UFG, no ano de 2009.

Assim, um estudo que se debruce sobre estas questões impõe-se para que se possa vislumbrar o que tem sido feito em termos de comunicação museológica no MA/UFG.

Uma pesquisa com esta abordagem poderá para além de dar a conhecer um pouco da realidade e trajetória do Museu, apontar caminhos para futuras produções acadêmicas, assim como diferentes contextos de utilização do mesmo.

E - LIMITAÇÃO DO ESTUDO

Como todos os estudos desta natureza, esta pesquisa também apresenta limitações, pois, quando iniciasse uma pesquisa pensasse em ter a afabilidade correspondente às nossas expectativas como pesquisadora, o que nem sempre ocorreu. Assim, nos limitamos aos documentos e acervos audiovisuais disponibilizados pelo intercâmbio cultural do Museu. Neste contexto, ficou por analisar o arquivo museológico, o que poderia tornar os resultados obtidos menos gerais. É importante esclarecer que o arquivo museológico do departamento de Museologia é independente da arquivo científico ao qual pesquisamos e que serviu de subsidio para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Por outro lado, com os limitados recursos de análise, deparamo-nos com a realidade de muitas instituições museológicas brasileiras, que limitam o acesso e/ou não tem uma estrutura organizacional para receber pesquisadores, o que originou a limitação da pesquisa.

Preciso referir, ainda, que a metodologia adaptada para alcançar os nossos objetivos consistiu na pesquisa bibliográfica, pesquisa nos arquivos científicos do museu, fotografias, e relatórios técnicos, visitas ao *site* e análise documental. Contudo, a opção por esta metodologia consistiu, sobretudo, na procura de uma perspectiva documental.

F - ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está dividida em quatro capítulos.

O primeiro, refere-se a uma breve contextualização do passado indígena no Cerrado, com as contribuições de Aldair Sales Barbosa (2002) e Marivone Chaim (1974), principalmente. Debruçamos sobre a síntese da história do museu e a dinâmica da criação do Museu de Antropologia ligado a universidade, abordando-se a questão do colecionismo e a formação das coleções do Museu. Dessa forma, foram levantados os conceitos e métodos necessários para fundamentar o estudo em bibliografias sobre o conceito de coleção, colecionismo, museus e Museologia. Justifica-se a análise seguinte através do embasamento e contribuições apresentadas por Regina Abreu (2005), Berta Ribeiro & Lúcia Velthem (1992), Helga Possa (2013), Margareth Lopes (1997), Maria Ester Valente (2003), Mariísa Oliveira (1978), André Desvallées & François Mairesse (2013), Heloísa Balbuy (2008), Mario Chagas (2005), Francisco Hernandez (2001), entre outros.

No capítulo seguinte, o segundo, intitulado Sentidos e Reflexões sobre atores sociais no Museu Antropológico da UFG, discorre-se brevemente sobre as contribuições históricas dos intelectuais brasileiros na criação de instituições museológicas nacionais, a partir das contribuições de Margareth Lopes (1997), Letícia Julião (2006), Maria Valente (2003), Regina Abreu (1992) e Juliana Melo (2010). Para pensar a figura dos atores sociais no caso dos intelectuais fundadores

do MA/UFG, embasou-se em Roger Chartier (2002), Erivan Karvat & Valeria Machado (2014). Por fim, Marília Xavier Cury (2014) contribuiu com sua discussão sobre ações pedagógicas mediante a presença de indivíduos indígenas em museus.

O terceiro capítulo abordará a discussão sobre comunicação como parâmetro de socialização e comunicação museológica *lato sensu* e *stricto sensu*, tornando-as como instrumento de difusão. Procurou-se, para tanto contribuições nos autores Ana Carolina Temer & Vanda Nery (2009), Marília X. Cury (2005), Mario Chagas (2005), Alexandre Gomes (2009) e Camilo Vasconcellos (2011). A descrição adotada neste capítulo é necessária por que privilegia fatos não divulgados pela instituição; a mesma foi entrelaçada a discussões sobre musealização e as contribuições do museu nesse processo de difusão de ações museológicas. Autores Nei Clara de Lima (2012), Rosani Leitão (1997), Manuel Filho, Roseli Leitão e Telma Camargo (2011), autores ligados ao MA/UFG, que trazem suas contribuições para o terceiro capítulo.

O quarto capítulo é totalmente dedicado a apresentação das contribuições do museu nos séculos XX e XXI. Introduzindo o capítulo, são abordadas discussões sobre o papel do museu, discorrendo sobre a contribuição da Declaração de Caracas (1992), que reflete no contexto museológico nos dias atuais. Nesse capítulo encaramos o museu como um absorvedor que tenta contribuir ao cumprir o seu papel junto a sociedade. Apresentam-se, igualmente, as ações, iniciativas, produções e exposições sobre questões indígenas realizadas no passado pela instituição, ao descrever o contexto de utilização e elaboração destas últimas sumariamente. Por fim, reflete-se sobre a utilização da comunicação *stricto sensu* no ambiente museológico.

Fechando esse estudo, apresentam-se as considerações, além de apontar, ainda, sugestões para estudos futuros.

CAPÍTULO I

**SENTIDOS E REFLEXÕES SOBRE ACERVOS E PESQUISAS NO MUSEU
ANTROPOLÓGICO DA UFG**

Ilustração 01: Desenho/Protótipo da primeira Logomarca do Museu Antropológico da UFG.s/d



Fonte: Arquivo Museu Antropológico-UFG. Foto: Darlen Rodrigues, 2017

1 SENTIDOS E REFLEXÕES SOBRE ACERVOS E PESQUISAS NO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG

1.1 O PASSADO E O LUGAR DO INDÍGENA NO CERRADO

No Cerrado, as populações indígenas desenvolveram culturas diferentes, em decorrência de suas origens, seu tempo histórico e suas possibilidades tecnológicas. (BARBOSA & SCHMITZ, 2008, p. 60).

Sociedades indígenas sempre estiveram presentes no Cerrado. Há aproximadamente 12 mil anos, segundo estudos pré-históricos e arqueológicos, ocorreram os primeiros povoamentos no continente sul-americano. Em períodos de mudanças ambientais, físicas e biológicas, as populações humanas se movimentaram territorialmente, como afirma Barbosa (2002, p. 319), “claro que as movimentações humanas estavam relacionadas com modificações de ordem ambiental, tal flutuação no espaço, por parte desses sistemas, culminou com a redução de áreas de savanas e início de desertificação [...]”.

A partir dessas modificações, os primeiros habitantes do Cerrado tiveram que se adaptar ao sistema e às condições aplicáveis, “no início aconteceu de forma acanhada, tempos depois constata a formação de um horizonte cultural fortemente adaptado” (BARBOSA, 2002, p. 320). Segundo Bertran (2000, p. 33), “sobreviver antigamente nos cerrados, as assim chamadas savanas do interior brasileiro, era um exercício da arte ecossistêmica”.

Sobreviver, então, se tornou uma habilidade para os habitantes estabelecidos entre os chapadões do Brasil Central. Os primeiros povoamentos, por volta de 12.000 A.P, tiveram início com os grupos caçadores e coletores, que desenvolveram uma cultura própria durante a exploração dos cerrados, “com mecanismos adaptativos responsáveis por um sistema econômico, que perdura por doze mil anos, quase sem alterações, a não ser aquelas decorrentes da migração” (BARBOSA, 2002, p. 321).

Todavia, na historiografia goiana, os grupos indígenas são relatados a partir do encontro com a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva (Pai), que havia saído de

São Paulo entre os anos de 1670/1673, e que, por ‘coincidência’, encontrou o Povo Goyá. Pouco se sabe sobre a existência (ou não) e a origem da etnia Goyá, contudo, acredita-se que eram habilidosos no desenvolvimento da horticultura e que conheciam a localização das jazidas na região do Rio Vermelho.

Com a intenção de descobrir minas de ouro e aprisionar os povos da terra, a Bandeira era constituída de cerca de 150 pessoas. Segundo Galli (2007, p. 17), o propósito da mesma era “escravizar os gentios e descobrir nas virgens terras possíveis lavras de ouro”. Assim, a historiografia assinala que, desde os primeiros séculos de habitação portuguesa na *terra brasilis*, os povos nativos foram subjugados mediante um processo de dominação ‘civilizador’, exploratório e escravista. Com o aumento das expedições para o sertão⁵ brasileiro, no século XVII, grupos indígenas foram exterminados e/ou utilizados como mão de obra na colônia. Segundo Monteiro (1994):

À medida que a reorganização do apresamento apresentava-se como solução parcial à crise do abastecimento de mão-de-obra, os colonos também procuravam manter o fluxo de cativos através de outras estratégias. Ora articulando-se aos planos da Coroa em intensificar a busca de metais preciosos, ora oferecendo serviços militares em defesa do patrimônio açucareiro e pecuário do Nordeste, os paulistas abriam um novo leque de opções econômicas [...] Para os portugueses, qualquer ato hostil se configurava como pretexto suficiente para condenar todos os índios ao cativeiro ou à extinção (p. 91-92).

A medida que as estratégias econômicas iam se fortalecendo no Nordeste e Sudeste brasileiro, as bandeiras se movimentavam para o sertão, transformando os indígenas, habitantes do território Cerrado, escravos em sua própria terra, de tal maneira que “a conquista e a ocupação de terras oferecem uma longa genealogia retomada na construção da brasilidade” (OLIVEIRA, 1998, p. 196).

5 As definições de sertão fazem referência a traços geográficos, demográficos e culturais: região agreste, semi-árida, longe do litoral, distante de povoações ou de terras cultivadas, pouco povoada e onde predominam tradições e costumes antigos. Lugar inóspito, desconhecido, que proporciona uma vida difícil, mas habitado por pessoas fortes. A força de seu habitante aparece relacionada à capacidade de interagir com a natureza múltipla. O cabra – o cangaceiro – aparece como a encarnação do herói sertanejo. Para além destes atributos, aparece no imaginário social a idéia de que não há um sertão, mas muitos sertões, e que o sertão pode e deve ser tomado como metáfora do Brasil (OLIVEIRA, 1998, p.196-197).

Por um lado, os relatos sobre os grupos indígenas que habitavam essa região de Cerrado goiano são descritos nos relatórios dos governadores e de alguns dos viajantes europeus⁶ que estiveram na região no século XIX. O objetivo era registrar, por meio da escrita e desenhos⁷, a fauna, flora, paisagem e os povos que aqui viviam. Podemos dizer que as efetivas observações, sob o aspecto das culturas étnicas no Brasil, são importantes a partir de suas produções e relatos.

Nota-se que toda discussão sobre os aspectos relatados pelos viajantes no século XIX, e suas observações a respeito da sociedade colonial e indígena da região do Brasil Central, requer ponderação, por se tratar de um olhar europeu tomado de ideias etnocêntricas, referentes à sua área de origem e ao seu tempo/ espaço de vivência e formação.

Em suas respectivas áreas científicas, cada um conseguiu produzir boa parte do que sabemos sobre a história brasileira e a historiografia do Cerrado dos primeiros anos da Colônia e do Império. Saint-Hilaire (1779-1853), por sua vez, com seu olhar naturalista, não deixou de relatar a exuberância da paisagem e da vegetação do sertão.

Os bosques que atravessei na Província de Goiás, sem perder completamente as suas folhas durante a seca, como as catingas de Minas Novas, não se parecem com as florestas virgens do Rio de Janeiro nem mesmo com as de Minas Gerais, e não tem, em absoluto, a sua majestade; todavia podem-se também admirar as muito belas árvores. Estas, a verdade, são afastadas uma das outras, mas os intervalos que deixam entre elas são cheios por grandes arbustos que se comprimem, confundem os ramos, e sob os quais se encontram frescura e sombra deliciosas [...] (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 291).

Desta maneira, os relatos de Saint-Hilaire (1819) e Pohl (1818) influenciaram as demais expedições que ocorreram na região do Cerrado goiano. Com ideias etnocêntricas sobre a sociedade da Província de Goiás, Saint-Hilaire teve contato com a etnia Caiapó que habitava essa região. Nos mesmos bosques que o viajante

6 Auguste François César Provençal de Saint-Hilaire (1819), Johann Emmanuel Pohl (1818), George Gardner (1839-1840) e Francis Castelnau (1844).

7 As expedições eram conduzidas por naturalistas, médicos, botânicos e zoólogos, que se faziam acompanhar por pintores e desenhistas, encarregados de registrar a natureza e os tipos humanos da forma mais fidedigna e minuciosa possível, numa antecipação da fotografia (ALEGRE, 1994, p. 66).

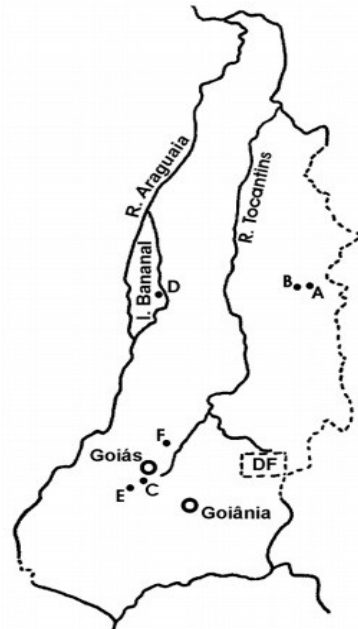
atravessou habitavam os povos Caiapó, antes, na floresta/áreas de Cerrado, e depois, nos aldeamentos.

Seguidamente, na historiografia de Goiás, o lugar do povos indígenas é evidenciado nos aldeamentos. Os indígenas capturados durante as bandeiras e/ou expedições foram aldeados, conforme Ilustração 02, em lugares determinados pela Corte. Contudo, conforme documento oficial de 1747, de acordo com Jézus Ataídes, há a seguinte afirmação: “Segundo a resolução de V. Majestade, de 11/07/1747 os índios não devem ser retirados de suas terras, mas nelas devem ser feitas as aldeias” (ATAÍDES, 2001, p. 149).

Um estudo desenvolvido por Marivone Chaim (1974), na década de 1970, sobre os aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás e as políticas de povoamento (1749-1811), apresentou dados referentes à localização de seis respectivos aldeamentos no Cerrado, entre os séculos XVIII e XIX. Também são citadas algumas etnias indígenas e os respectivos lugares de seus aldeamentos.

Ilustração 02: Região dos aldeamentos no século XVIII

- A. São Francisco Xavier do Duro (também conhecido como Duro), erigido próximo ao ribeirão de Formiga, em 1751, para nele se recolherem os Xakriabá;
 - B. São José do Duro (também conhecido como Formiga), criado em 1755 a duas léguas do anterior, para servir de morada aos Akroá;
 - C. São José de Mossâmedes, onde hoje é a cidade de Mossâmedes, iniciado em 1755, e que abrigou índios Akroá, Xavante, Karajá, Javaé, Carijós e Naudez;
 - D. Nova Beira, na ilha do Bananal, criado em 1775 para índios Karajá e Javaé;
 - E. Maria I, nas margens do rio Fartura, a 11 léguas a sudoeste da antiga capital de Goiás, criado em 1780, para os Kayapó do Sul;
 - F. Carretão de Pedro III, erigido em 1788, junto ao rio Carretão, perto de Crixás, para os Xavante.
- Os dois primeiros aldeamentos ficavam próximos da fronteira com a Bahia, na área onde hoje se ergue Dianópolis.



Fonte: CHAIM, 1974 *apud* MELATTI, J.C. s/d.8

O mapa acima demonstra a região e algumas etnias aldeadas, entretanto, sabemos que em alguns desses aldeamentos estiveram mais de uma etnia, a exemplo disso, menciona-se o aldeamento do Carretão, que recebeu diversos grupos indígenas, relacionados no Quadro 01, que foi elaborada a partir de literaturas de viajantes do século XIX e de trabalhos de pesquisadores contemporâneos. O quadro 01 é importante para situar as etnias que foram aldeadas entre os séculos XVIII e XIX, partindo do pressuposto que algumas já não existem mais em Goiás.

Quadro 01: Aldeias no Brasil Central e respectivas Etnias nos séculos XVIII-XIX

ALDEIAS-SÉCULOS XVIII e XIX	ANO	ETNIAS
Aldeia Boa Vista	1788	Apinajé
Aldeia do Carretão	1784	Xavante, Javaé, Kayapó Xerente
Aldeia Carolina	-	Xavante, Xerente, Apinajé
Aldeia do Douro (Duro)	1751	Akroá, Kayapó, Aricobé Xacriabá
Aldeia Graciosa	-	Xerente
Aldeia Maria I	1780	Kayapó
Aldeia Pedro Afonso	1849	Kraó
Aldeia Salinas	-	Karajá, Tapirapé, Xavante Karayay
Aldeia Santana do Rio das Velhas	-	Kayapó Xacriabá
Aldeia São Joaquim de Jamimbu	1845	Xavante Karajá
Aladia São José do Araguaia	1755	Karajá, Xavante, Tapirapés Javaés, Kayapó, Canoeiro
Aldeia São José de Mossâmedes	1755	Karajá, Javaé, Aktaó Xavante, Karijó, Naudez Kayapó
Aldeia Teresa Cristina	-	Xavante, Xerente, Kraó

Piabanha		
----------	--	--

Fonte: ATAÍDES (2001); SAINT-HILAIRE (1975).⁹
Elaborado pela autora, 2017

Dadas as condições dos aldeamentos, os indígenas procuravam dar continuidade aos seus hábitos sociais e culturais. Contudo, com significativas perdas por parte dos povos sobre os quais foram impostos hábitos, línguas, culturas e religião, os aldeamentos favoreceram processos de hibridismos¹⁰, ou seja, “trocas culturais” (BURKER, 2009, p. 17) entre culturas etnicamente diferenciadas. Neste aspecto, o *modus vivendi* e o *habitat* das etnias são descritos pelos viajantes em vários momentos. Saint-Hilaire, Pohl e demais viajantes nos fornecem informações primárias quanto aos costumes, saberes e culturas de indivíduos subjugados pela sociedade colonial. Para os estudos e pesquisas científicas, os relatos e as representações podem ser consideradas as primeiras impressões produzidas sobre os indígenas de caráter antropológico e etnográfico.

Infelizmente existe uma estagnação, apesar da longa trajetória de escravidão e de presença indígena, na historiografia de Goiás, o que, segundo Luís Palacin (1927-1998), ao explicitar seus pressupostos, afirma que “no século XIX, o índio desapareceu totalmente da memória goiana. Nem ódio, nem amor, total ausência” (PALACIN, 1992, p. 59), ou seja, “amnésia na memória coletiva”. Deste modo, como explicar a possível anomalia? Pois, sabemos, por fontes oficiais, como os relatórios dos governadores, que a presença indígena e a resistência foi intensa. Contudo, do ponto de vista da memória coletiva da nação, o indígena não tinha nada a contribuir com a sociedade “culturalmente, o desprezo para com a cultura indígena sempre impediu que o índio fosse considerado algo diferente de um selvagem; nunca um parceiro nem um adversário” (PALACIN, 1992, p. 59).

Sendo assim, podemos dizer que o indígena em Goiás passou a ser aludido por sua cultura a partir do século XX. Segundo Palacin (1992), até as últimas décadas do século XX não havia nenhuma referência ao indígena ou consciência

9 ATAÍDES, Jézus Marco de. **Documenta Indígena do Brasil Central**. Goiânia. UCG. 2001. SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem a Província de Goiás. (1779-1853). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. (59-72).

10 Hibridismo cultural pode ser encontrado em toda parte, não apenas em todo o globo como na maioria dos domínios da cultura - religiões sincréticas, filosofias ecléticas, línguas e culinárias mistas e estilos híbridos na arquitetura, na literatura ou na música. (BURKER, 2009, p. 23).

crítica sobre o mesmo no folclore, nas histórias populares e/ou na poesia épica ou lírica. Considerando essa discussão, podemos admitir que as primeiras pesquisas antropológicas em Goiás foram fundamentais para colocar em evidência povos excluídos, tais como os grupos indígenas. Segundo Regina Abreu (2005), isso se dá a partir da seguinte argumentação: “o olhar sobre o *outro*, o compreender o *outro* nos seus próprios termos, o lançar-se para territórios exóticos e longínquos, distantes de tudo o que é familiar ao sujeito do processo de conhecimento, [...] (p. 101).

Conseqüentemente, os estudos antropológicos, desenvolvidos no século XX, buscavam compreender as questões sociais dos povos indígenas e sua interferência e existência no território. Assim, buscavam a singularidade entre a diversidade de etnias. Todavia, às *perquirere*¹¹ antropológicas dão sentidos ou renovam os sentidos, assim como as pesquisas a respeito da cultura material, nesse período, são evidenciadas positivamente, ocorrendo o crescente “interesse pelo simbolismo e seu rico campo de pesquisa levou muitos antropólogos a se voltarem novamente para a cultura material [...]” (RIBEIRO; VELTHEM, 1992, p. 104).

Com a retomada desse olhar para a cultura material, antropólogos que desenvolviam pesquisas etnográficas com determinados povos indígenas da região de Cerrado propuseram projetos de contatos, inicialmente, com grupos indígenas aldeados no Parque Indígena do Xingu¹². Assim, em Goiás, em meados do século XX, esses mesmos antropólogos, ligados a Universidade Federal de Goiás, que desenvolviam estudos significativos com grupos indígenas aldeados, decidem evidenciar os simbolismos da cultura material dos grupos indígenas, em um espaço

11 Termo em latim *perquirere*, que significa “procurar com perseverança”. Segundo o dicionário Aurélio: “Investigar com escrupulo”. Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/perquirir>> Acesso em: 30/10/2017.

12 O Parque Indígena do Xingu (PIX) localiza-se na região nordeste do Estado do Mato Grosso, na porção sul da Amazônia brasileira. Em seus 2.642.003 hectares, Parque Nacional do Xingu foi criado, pelo Decreto nº 50.455, de 14/04/1961, assinado pelo presidente Jânio Quadros. A categoria híbrida de "Parque Nacional" deveu-se ao duplo propósito de proteção ambiental e das populações indígenas que orientou sua criação, estando a área subordinada tanto ao órgão indigenista oficial quanto ao órgão ambiental. Foi apenas com a criação da Funai (em 1967, substituindo o SPI - Serviço de Proteção aos Índios) que o "Parque Nacional" passou a ser designado "Parque Indígena", voltando-se então primordialmente para a proteção da sociodiversidade nativa. Tendo em vista os povos que lá habitam, pode-se dividir o Parque Indígena do Xingu em três partes: uma ao norte (conhecida como Baixo Xingu), uma na região central (o chamado Médio Xingu) e outra ao sul (o Alto Xingu) (ISA, 2017).

institucionalizado, que poderia servir como lugar de guarda e representação para perpetuar os símbolos e saberes da cultura material do grupos indígenas do Xingu e da Ilha do Bananal.

Devido a essas *perquirere*, é possível dizer que a diminuição do tal estado de amnésia alegado por Palacin (1998) se deu também pelas devidas contribuições dos desbravamentos das pesquisas acadêmicas, tantos do campo da Antropologia quanto de outras ciências, como: História, Museologia, Linguística, entre outras.

Portanto, a equação interdisciplinar das pesquisas desenvolvidos por esses estudiosos ampliaram a perspectiva do emaranhado de saberes sobre as culturas dos povos indígenas na região Centro-Oeste. Neste sentido, os capítulos posteriores a este pautarão, numa perspectiva museológica, nas contribuições do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás ao longo das cinco décadas.

O próximo tópico tratará da relação de colecionismo, sendo que as variantes de colecionar ao longo da história mudaram. Entretanto, buscou-se conhecer e compreender as coleções de etnologia do MA/UFG, afim de ressaltar a configuração das mesmas a partir da origem e criação do MA/UFG, pois, sem dúvidas, há relação entre as coleções de etnologia e a origem e criação o Museu em tela.

1.2 SENTIDOS DAS COLEÇÕES: MUSEU ANTROPOLÓGICO E OS ACERVOS DOS GRUPOS INDÍGENAS

1.2.1 O sentido de colecionar

Compreender, representar e guardar objetos de grupos étnicos foi sempre uma prática dos desbravadores, viajantes e colecionadores. Como descreve Berta Ribeiro e Lucia Van Velthen (1992, p. 103), “o recolhimento de elementos materiais das culturas ameríndias teve início com a descoberta do Novo Mundo”. A história, a literatura e os relatos das expedições, entre os séculos XVI a XIX, nos revela a intenção desses indivíduos viajantes de compreender e representar, seja através de pinturas e/ou nas práticas de colecionar objetos de usos e costumes indígenas. Contudo, “a visualidade destes objetos e as narrativas que as coleções configuram são responsáveis pela formação de representações muitas vezes unívocas”

(ABREU, 2005, p. 101), de tal modo que os colecionadores passam a expor as suas interpretações sobre estas sociedades, e a partir de seus próprios valores socioculturais. Entretanto, as variáveis de representação expressam indivíduos ou grupos “que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado” (JODELET, 2001, p. 21).

Sendo assim, essa ação humana de forjar, representar, correlata com a ambiguidade das relações imagéticas, na opinião de Sandra Jatahy Pensavento (2006, p. 49), exerce o papel “de re-apresentar o mundo – pela linguagem e pela forma, e também pela encenação do gesto [...], a representação dá a ver e remete a uma ausência. É, em síntese, “estar no lugar de”.

Não há dúvidas de que o ato de colecionar remonta e perpassa os séculos do XVI ao XIX. “O ato de recolher objetos e materiais diversos pode ser compreendido como uma necessidade de classificação do mundo exterior, visando nele inserir-se mediante sua compreensão e domínio” (RIBEIRO; VELTHEM, 1992, p. 103). No tempo dos “Gabinetes de Curiosidades”¹³ século XVI e XVII, eles revelavam o carácter enciclopédico das coleções, em uma tentativa de colocar os objetos coletados empilhados e ao alcance das pessoas, as aproximando de lugares desconhecidos e distantes, como os trópicos, ou seja, o “ato de colecionar transfigura-se em compreensão, de tudo o que há no mundo” (POSSAS, 2013, p. 159).

Buscar compreender os povos étnicos dos trópicos, a partir dos objetos de sua cultura, se tornou uma prática comum nos séculos mencionados, que, de certa maneira, contribuiu para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre os povos desconhecidos, os “outros”. Para Tzvetan Todorov (1982, p. 07), “posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a mim”, sendo assim, nas relações entre passado e/ou presente,

Muita coisa mudou no percurso que vai do final do século XIX, quando predominavam os grandes museus enciclopédicos guiados por uma vertente antropológica evolucionista, à tendência

13 Se constituíam salas particulares onde se guardavam e organizavam objetos da Naturalia, Mirabilia, Artificialia, antiguidades e objetos exóticos que remetem a povos desconhecidos, normalmente vendidos a colecionadores ou presenteados por viajantes (POSSA, 2013, p. 161).

contemporânea de museus étnicos ou tribais em que os *outros* passaram a se autoperceber, usando a instituição *museu* como instrumento de suas lutas por auto-afirmação (ABREU, 2005, p.101).

Além dos estudos sobre sociedades étnicas, os objetos de coleções enciclopédicas contribuíram para o avanço de diversas áreas das ciências, estudos sobre a fauna, flora, entre outros. Para Ribeiro e Velthem (1992, p. 104), “o colecionismo do final do século XIX buscava evitar a perda não só da cultura dos povos indígenas, na época compreendidos como fadados à extinção, como também [...] encontrar nesses artefatos algo sobre a origem e a evolução do homem”.

Nesse sentido, o Brasil descobre a pesquisa científica no século XIX a partir da ótica dos Museus de História Natural (LOPES, 1997, p. 11). Entre eles o Museu Nacional do Rio de Janeiro, criado em 1818. Influenciados pelas escolas europeias, em meados dos séculos XX, cientistas, antropólogos e pesquisadores sociais desenvolveram estudos com as comunidades indígenas brasileiras, sob influência dos relatos e pesquisas dos viajantes e estudiosos do século anterior. Porém, segundo Mariza Peirano (1999), há uma

Tipologia de alteridades construídas no processo do conhecimento antropológico brasileiro. Em primeiro lugar, diferentemente do que ocorreu com a antropologia de outros países, no Brasil os antropólogos produziram essencialmente uma antropologia do Brasil, ou seja, o País tem sido o caso etnográfico privilegiado. Em vez de estudarem outros povos de outros continentes, como fizeram os antropólogos americanos ou franceses, os antropólogos brasileiros têm-se dedicado a estudar diferentes culturas em seu próprio país. Trata-se de uma tradição peculiar do nosso modo de tecer o conhecimento sociológico e antropológico, seguindo os passos de grandes ensaístas do século XIX que se devotaram a pensar e a contribuir para a construção da nação brasileira (PEIRANO, 1999 *apud* ABREU, 2005, p.102).

Neste sentido, os antropólogos atuantes no século XX desenvolveram pesquisas com grupos étnicos, juntamente com pesquisadores de diversas áreas do conhecimento vinculados às universidades brasileiras. Apesar desse percurso, Abreu (2005) sugere que a situação era “relacional e processual da antropologia, isso nos permite perceber sua longa trajetória, do final do século XIX aos nossos dias, como algo diverso e plural” (ABREU, 2005, p. 102). É preciso que compreendamos que o surgimento da Antropologia, enquanto área do

conhecimento, está diretamente relacionado ao aparecimento dos museus nacionais. Os resquícios do passado, de certa maneira, permaneceram, com a criação dos primeiros museus institucionalizados, no sentido antropológico e etnográfico.

Assim, os resquícios do passado, quanto ao ato de colecionar, permanecem até os dias de hoje. Possas (2013) afirma que coletar transfigura compreender o mundo dos “outros”, de tal maneira que, complementa Abreu (2005), os estudos antropológicos do passado e do presente estão devotados à construção da alteridade, de maneira a propiciar “O olhar sobre o *outro*, o compreender o *outro* nos seus próprios termos, o lançar-se para territórios exóticos e longínquos [...]” (ABREU, 2005, p. 101).

Segundo Oliveira (1978):

O desenvolvimento ou progresso da antropologia acha-se, necessariamente, vinculado à formação de museus etnográficos ou antropológicos, que são repositórios de relíquias do passado, sejam do corpo ou sejam da cultura do homem. O século XIX, na história da Antropologia, foi a época do advento dos museus, eles foram organizados nas grandes capitais europeias, Berlim, Londres, Amsterdã e Madrid. E o seu objetivo era, ontem, o que é ainda hoje, preservar da destruição e extinção não só as partes físicas do homem como também os traços de sua cultura material e espiritual. Os museus do século anterior se preocupavam apenas com os povos da raça vermelha ou negra, que viviam em malocas (karls) das selvas americanas, africanas ou polinésias. Guardavam apenas flechas, enfeites de penas, machados de pedra ou objetos de cerâmica, como símbolos que sempre foram dos povos ágrafos, isto é, que ainda não tinham entrado na “história”. Atualmente os museus continuam se preocupando com estes primários complexos culturais, mas tiveram os âmbitos de interesses ampliados pela Paleontologia, Linguística, História, Folclore, Arqueologia e outros campos científicos que tem por objeto o homem (OLIVEIRA, 1978, p. 09).

Com essa configuração dos estudos antropológicos, a criação dos museus étnicos contribuiu com o progresso do campo dos estudos das ciências sociais, tanto no Brasil quanto em outros lugares do mundo. Neste sentido, Ribeiro e Velthem (1992) alegam que o “crescente interesse pelo simbolismo e seu rico campo de pesquisa levou muitos antropólogos a se voltarem novamente para a cultura material

e para os estudos museológicos [...]” (RIBEIRO; VELTHEM, 1992, p. 104)¹⁴. Na atualidade, estudos antropológicos não distanciam a cultura material da imaterial, pois, para aprofundar as análises sobre o conhecimento e os saberes atrelados ao patrimônio, ambas interdependem. Assim, como discorre Oliveira (1978), o objetivo do Museu, de ontem e de hoje, são os mesmos, preservar e salvaguardar a cultura material e imaterial dos povos e sociedades indígenas. Consequentemente, as referências do passado permanecem perceptíveis, assim como as que contribuíram para o avanço dos estudos e a compreensão dos grupos étnicos, é visível que alguns grupos são evidenciados em estudos mais que outros.

Se evidenciar, homenagear e classificar é uma função do museu, precisamos então compreender que os museus são oriundos de uma ação fincada no “coleccionismo”, dificilmente tal estigma desaparecerá. Em Valente (2003) encontra-se a seguinte argumentação: “o homem sempre colecionou e acumulou objetos, visando perpetuar sua imagem, afirmar a posse de bens, obter o reconhecimento de seu meio e classificar o mundo a sua volta” (VALENTE, 2003, p. 23). É do senso comum colecionar objetos em homenagem e/ou para evidenciar posse de bens e reconhecimento entre os seus. Nesse mesmo sentido, os museus carregam estigmas do passado, fincado no pensamento do senso comum que prima pela visão, ainda hoje, de que o museu é simplesmente o lugar de colecionismo de coisa antigas, onde perpetuam posse e bens do passado.

1.2.2 O sentido das coleções do Museu

Os museus guardam vestígios de uma cultura de pilhagem e/ou coleta de objetos. Contudo, têm buscado configurar um outro carácter a respeito de suas políticas de acervos, ainda que o seu histórico permaneça. No Brasil, a configuração a respeito dos acervos parte da perspectiva de coletas de campo executados por pesquisadores e/ou doações particularidades semelhantes às do século XVI e XVIII,

¹⁴ No passado, em relação aos estudos sobre os objetos, o que chamamos de cultura material não dependia da análise imaterial da cultura, a prioridade estava em estudos da estética, os estudiosos se dedicavam a isso, porém, em algum momento entre as idas e vindas das grandes navegações, a curiosidade científica sobre o comportamento social dos povos do trópicos se tornou prioridades para alguns. Contudo, no mundo contemporâneo, de relações e trocas de conhecimento, valorização da cultura do outro e resgate de saberes, além da compreensão dos sentidos da cultura, não podemos separar e/ou distanciar os saberes da cultura material e imaterial, ambas são dependentes.

“antiquidades e objetos exóticos que remetem a povos desconhecidos, normalmente vendidos a colecionadores ou presenteados por viajantes (POSSA, 2013, p. 161).

O museu também pode ser e é para algumas pessoas um lugar de representação, memória e/ou simplesmente um lugar para fruição. Para Pierre Nora (1981, p. 09), “a memória emerge de um grupo que ela une, consiste em memórias de grupos existentes sendo de natureza múltipla, desacelerada, coletiva, plural e individualizada”. Mas, é preciso encarar este espaço museológico como um *habitat* de produção científica, investigação, pesquisa e de revelação de saberes. O museu, além de um lugar de memória, também conta história, podendo assim ser generalizado a partir do criticismo, que, aplicado à história, seria o “destrutor de memória espontânea”(NORA, 1981, p. 09).

Partindo do pressuposto que o museu institucionalizado é um lugar de investigação e produção científica, os acervos e coleções que estão sob sua guarda são símbolos, manifestações, saberes e práticas de sujeitos que podem ser estudados. Isso demanda uma compreensão de que o registro simbólico (objetos) expressa não apenas saber sobre a realidade, mas também sobre identidades, tradições e culturas que são a forma e modo de viver de grupos indígenas.

Contudo, o museu é ainda uma ferramenta estratégica voltada para a preservação e valorização da cultura, atuando entre as esferas políticas e científicas. Atribuir valores depende dos atores sociais facilitadores e membros ativos no meio cultural. Tanto que, o museu, além de preservar, exerce a função de educador quanto ao patrimônio e a cultura, se tornando o guardião destes.

Como exemplo de um 'guardião' da cultura material de povos *cerrataenses*, em meados do século XX surge o Museu Antropológico (MA), a partir do conjunto de ideias e crenças de um determinado grupo de indivíduos em busca de transformação no cenário cultural em Goiás. Neste sentido, o MA/UFG surge em um contexto de criação de instituições específicas da área da Antropologia, que pretendia avultar e salvaguardar a cultura material de grupos indígenas do Cerrado.

O Museu Antropológico (MA) nasceu em 1969, como legado dos professores do, então, Departamento de Antropologia e Sociologia (DAS), vinculados ao antigo

Instituto de Ciências Humanas e Letras¹⁵ (ICHL/UFG), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Professores estes que desenvolviam pesquisas e viagens de estudos ao Parque Nacional Indígena do Xingu¹⁶. Segundo Oliveira (1978):

Em junho de 1969, um grupo de professores universitários foi ao Parque Indígena do Xingu, com a finalidade de estudar as tribos indígenas ali sediadas. Eram eles os professores Acary de Passos Oliveira, atual Diretor do museu, Vivaldo Vieira da Silva, Antônio Theodoro da Silva Neiva, Pe. José Pereira de Maria e Pe. Xavier Enciso. Durante essa viagem surgiu a ideia de criação do museu. Os investigadores entraram em contato com diversas tribos indígenas, onde distribuíram presentes, adquiriram objetos ou produtos culturais nativos, e principalmente observaram as características étnicas, linguísticas, comportamentais, econômicas, religiosas e sociais que diversificavam as populações xinguanas. Todavia, tais viagens resultaram em estudos e coletas de objetos da população Indígena do Xingu. Assim, esses objetos se tornaram acervo da primeira coleção etnográfica (OLIVEIRA, 1978, p. 10).

Essas viagens de observação e pesquisas surtiram o esperado para os estudos antropológicos da época, motivo de deleite para esses professores e pesquisadores, pois o contato com a população Xinguanana era recente, o que lhes propiciou um importante campo de pesquisas e conhecimento sobre estas sociedades.

Por tudo que foi observado e principalmente pela influência que a cultura do homem civilizado tem sobre aquelas populações indígenas, que ali tem introduzido sua tecnologia, os seus hábitos alimentares, as suas concepções de vida e principalmente os seus vícios, em detrimento da cultura indígena, os pesquisadores sentiram a urgência de concretizar a ideia de criação de um Museu Antropológico em Goiânia, onde se abrigasse a cultura remanescente dos índios de Goiás e do Brasil Central (OLIVEIRA, 1978, p. 10).

Desse modo, com o interesse dos pesquisadores e as possibilidades ao alcance das mãos, tais viagens resultaram em estudos e coletas de objetos da população Indígena do Xingu. Assim, esses objetos se tornaram acervo da primeira coleção etnográfica do Museu Antropológico da UFG. E, atendendo aos interesses de ambas as partes, foi entregue, à Direção do Instituto de Ciências Humanas e

15 Atual Faculdade de Ciências Sociais.

16 O Parque Indígena do Xingu-MT (Brasil), criado em 1961 pelo presidente Jânio Quadros.

Letras da Universidade Federal de Goiás, a professora Lena Castelo Branco Ferreira Costa, um relatório das atividades desenvolvidas na viagem ao Xingu e um plano de pesquisa sobre a cultura dos indígenas da região, além de uma minuta de convênio entre a Universidade Federal de Goiás e a Administração do Parque Indígena do Xingu, que sugeriu a criação do Museu.

Em 1970 o Museu Antropológico iniciou as suas atividades e, entre os seus objetivos, o MA/UFG, sob a direção do professor Acary de Passos de Oliveira, buscou promover pesquisas antropológicas interdisciplinares. Sob a tutela do Gabinete do Reitor, o Museu foi criado pela portaria nº 00464/71, assinada pelo Magnífico Reitor, o Professor Farnese Dias Maciel Neto. Aprovado pelo Egrégio Conselho Universitário, logo, o Museu passou à subordinação da 1ª Sub-Reitoria (Portaria 0305/71), mas continuou ligado ao Departamento de Antropologia e Sociologia do ICHL.

Durante anos, esses e outros professores, ligados à Universidade, desenvolveram pesquisas em diferentes regiões do interior de Goiás, voltadas para os estudos antropológicos, arqueológicos, históricos e linguísticos de sociedades do Centro-oeste brasileiro. Sendo assim, a criação de um Museu Antropológico contribuiria, também, como laboratório de Ciências Humanas e Sociais da Universidade. Além disso, a recomendação do VII Congresso Indigenista Interamericano de 1972 potencializou a criação do MA/UFG.

A recomendação feita pelo VII Congresso Indigenista Interamericano, realizado em Brasília no dia 7 de agosto de 1972, que sugeriu a criação de um museu antropológico 'especializado em culturas indígenas, em cada país americano' e nas Universidades, com a finalidade de conservar todo o material etnográfico relativo aos indígenas do Continente, veio fortalecer a ideia de criação de um Museu Antropológico na Universidade Federal de Goiás (OLIVEIRA, 1978, p. 10).

Após a concretização da ideia de um museu, o Museu Antropológico se institucionaliza sob orientação dos professores do ICHL, e voluntariado dos alunos do Instituto. Como consequência, o MA/UFG passa a cumprir o seu papel na sociedade, se tornando referência no Brasil, especialmente em sua região central.

Na entrevista realizada no dia 11 de outubro de 2010, a antropóloga Denize Farah¹⁷ fala, com admiração, sobre o Museu Antropológico. Para ela, “a existência do Museu estampou a Universidade Federal fora do cenário brasileiro, estampou no cenário brasileiro também. A exposição atual [...] é linda, é raríssimo você ter uma exposição [...] ligado a uma universidade [...]”¹⁸ (SÉRIE DOCUMENTOS Nº 5, 2011, p. 35).

A etnóloga Edna Luísa de Melo Taveira, em entrevista do dia 18 de outubro de 2010, relata suas memórias como aluna, monitora e voluntária no início da criação do Museu Antropológico em 1969, durante a sua graduação.

Nessa época, éramos eu e a Marcolina. Bom, então, tudo certo, começaram as coletas para a organização desse Museu. Coletas feitas principalmente pelo Dr. Acary nas regiões dos índios Karajá, no Araguaia, os índios do Xingu, principalmente os Waurá e os Kamayurá, também os índios Krahô, entre outros. Então foram sendo adquiridos acervos e sendo organizado tudo isso em uma sala (SÉRIE DOCUMENTOS Nº 5, 2011, p. 46).

De certo, desde o início havia o mínimo de preocupação por parte dos envolvidos com as práticas museológicas do Museu. Segundo Edna Taveira, durante a elaboração da primeira exposição do Museu Antropológico, o interesse era simplesmente mostrar as peças do museu, não havia projeto elaborado, pois, segundo ela, a única preocupação era justamente na parte indígena, deste modo, elas usaram como referência e roteiro o livro do professor Júlio César Melatti¹⁹, o qual retratava os *Índios do Brasil* naquela época. Segundo a entrevistada, “a intenção era mostrar o acervo para não ficar ali, tudo amontoado, era para mostrar o que era o Museu” (SÉRIE DOCUMENTOS Nº 5, 2011, p. 46).

Com efeito, o relato nos mostra que, desde o início das atividades do museu, havia uma prévia preocupação de catalogar, selecionar e classificar os objetos, apesar do pouco conhecimento museológico dos monitores e voluntários. Segundo Edna Taveira, foi nesse período que se iniciaram as primeiras pesquisas sobre os acervos e coletas dos índios do Xingu e do Araguaia.

17 Denize Farah esteve à frente da coordenação de antropologia durante a gestão de Edna Taveira.

18 A exposição citada trata-se de Lavras e Louvores, exposição de longa duração que está em exibição desde 2006.

19 Antropólogo brasileiro, Bacharel e licenciado em Geografia e História pelas Faculdades Católicas Petropolitanas, desenvolveu estudos nas áreas Etnográficas da América Indígena e Mitologia Indígena. (Ver site, <http://www.juliomelatti.pro.br/>). Acesso em 20/02/2017.

Bom, é justamente lá que a gente começa os primeiros estudos, pelo menos os primeiros levantamentos, daqueles acervos que eram coletados, que também não obedecia a um projeto. Essa coleta era feita, o material estava lá e a gente, através de algumas pouquíssimas bibliografias, que tínhamos condição de encontrar, a gente tentava pelos menos, não sei se era selecionar ou classificar alguma coisa... Por exemplo, pegar as flechas do Xingu e tentar separar cada uma, de cada sociedade. Tinha juruna, tinha Tixikão, que era uma flecha mais bonita – a preocupação naquela época era assim – e, enfim, Kamayurá, Waura, de todos os índios do Xingu. A gente selecionava as coletas por ano, e depois os grupos representativos destas flechas. E o que a gente tentou não foi muito fácil, até mesmo pela situação do próprio Xingu, por causa do moitará, das flechas que eram trocadas de um grupo pelo outro. Geralmente, a separação era em montículos de flecha da mesma etnia. Elas se repetiam todas, com esta questão do contato, mas era a nossa preocupação, nós queríamos era dar ordem para as coisas (SÉRIE DOCUMENTOS Nº 5, 2011, p. 46).

Ou seja, os relatos sobre a organização dos primeiros acervos do Museu Antropológico evidenciam os interesses iniciais de salvaguardar e estudar os objetos indígenas, fazendo referência a determinados grupos étnicos; o que é, justamente, uma das funções do museu: “um lugar em que as coisas e os valores que se ligam a elas são salvaguardados e estudados, bem como comunicados enquanto signos para interpretar fatos ausentes” (SCHÄRER, 2007 *apud* DEESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 66).

Ao longo dos anos a maneira de organização, classificação e seleção do Museu Antropológico foi se adequando ao sistema de registro documental. A documentação de acervos é um instrumento importante para o museu, este serve como mecanismo de identificação de cada objeto, podendo conter informações básicas e descrições como: Grupo étnico, Família/Tronco Linguístico, Matéria-prima, Origem geográfica e Procedência etc. Para Balbuy (2008, p. 39), a documentação deveria “registrar esta informação, que diz respeito não à tipologia genérica do objeto, mas à sua história individual, tanto quanto, em outra instância, mais interpretativa, a um traço cultural de informalidade em seu contexto de uso”. Desse modo, o registro das informações sobre o acervo se torna acessível a pesquisadores e ao público externo.

Categoricamente o acervo do Museu Antropológico é constituído por coleções arqueológicas, etnográficas e da documentação advinda das pesquisas e das atividades museológicas. Em 1999 o museu elaborou um diagnóstico, assim, foi feito um levantamento das coleções existentes na instituição. De acordo com o relatório de atividades elaborado pela equipe do museu em 2002,

[...] a natureza de suas coleções, o Museu se divide em duas áreas de pesquisa: Arqueologia e Etnologia Regional. Esta última contém os objetos e documentos de grupos sociais contemporâneos, indígenas e populares, que compõem o acervo etnográfico do Museu, com um total de 4.186 objetos confeccionados em matéria-prima vegetal: tronco, colmo de gramínea, estipe, palha, raque e espinhos de palmeira: frutos, sementes e algodão; matéria de origem animal: ossos, dentes, cerdas, cabelos, conchas, pele (curtida), penas e plumas e, de origem mineral: argila e pedra (MUSEU ANTROPOLOGICO-UFG, 2002, p. 04).

O inventário do acervo, organizado anteriormente, demonstra a procedência dos objetos, que, segundo o levantamento documental de 2002, que chegaram ao museu entre 1969 a 1979, período no qual houve a maior concentração de aquisições.

Nesse período, as ações e contatos realizados pelo Museu tinha como finalidade a coleta em si, buscando ter sempre uma boa e grande representação material das sociedades e comunidades de interesse. A partir de 1982, as aquisições de objetos/peças se tornam mais raras e feitas com base em projetos e atividades de pesquisas, extensão e estudo de coleções, critério esse adotado até os dias de hoje (MUSEU ANTROPOLOGICO-UFG, 2002, p. 04).

De acordo com o relatório das atividades de estudo, análise e reorganização do sistema documental em uso na Seção de Curadoria e Documentação e, na Seção de Preservação, Conservação e Restauro da Divisão de Museologia do Museu Antropológico da UFG, reconhecemos que as coletas eram assistemáticas, o interesse maior era simplesmente de coleta, por mais que houvesse um sentido científico. Deste modo, os projetos desenvolvidos a partir da década de 1980 propiciaram o legado do que hoje é a missão do Museu Antropológico. Sendo assim, dados levantados em 2002 revelam que os objetos e coleções indígenas do MA/UFG são originários da região de cerrado brasileiro, tais como: Xingu, vale do

Rio São Lourenço, Vale do Rio Tocantins, Vale do Rio Araguaia e da região amazônica; além do próprio rio Amazonas. Esses grupos étnicos estão organizados e localizados no Quadro 02, logo abaixo.

Os nomes dos grupos indígenas citados no (Quadro 02) se constituem a partir do relatório das atividades de estudo, análise e reorganização do sistema documental, os mesmos foram organizados no quadro para melhor visualização das diferentes etnias, não significando que todas fazem parte do território de Cerrado sendo assim, estão de alguma maneira representadas a partir dos objetos da cultura material. Por cultura material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem “[...]a cultura material, é preciso situá-la como suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social” (MENESES, 1983, p. 112).

Quadro 02: Representação das coleções do Museu Antropológico e grupos Indígenas originários

Grupo Indígena	Família/ Tronco Linguístico	Localização
Apinayé	Jê/ Macro-Jê	TO
Aweti	*/Tupi	MT
Bororo	Bororo/Macro-Jê	MT
Canela (Timbira)	Jê/ Macro-Jê	MA
Cinta Larga	Mondé/Tupi	MT/RO
Juruna	Juruna/Tupi	MT/PA
Kadiwéu	Guaikuru/*	MS
Kalapalo	Karib/*	MT
Kamayurá	Tupi Guarani/Tupi	MT
Karajá	Karajá/Macro-Jê	MT/TO
Kayapó	Jê/ Macro-Jê	MT/PA
Kayabí	Tupi Guarani/Tupi	MT/PA
Krahó	Jê/ Macro-Jê	TO

Kreen	Jê/ Macro-Jê	–
Kuikuro	Karib/*	MT
Matipu	Karib/*	MT
Mehinako	Aruák*	MT
Menkrangnoti (Kayapó)	Jê/ Macro-Jê	–
Suyá	Jê/ Macro-Jê	–
Tapirapé	Tupi Guarani/Tupi	MT
Trumai	*/*	MT
Txikão	Karib/*	MT
Txukahamãe (Kayapó)	Jê/ Macro-Jê	–
Waurá	Aruák*	MT
Xavante	Jê/ Macro-Jê	MT
Xerente	Jê/ Macro-Jê	TO
Yanomami	Yanomami/*	RR/AM
Yawalapiti	Aruák*	MT

Legenda: Não classificado: */ em Família, /* em Tronco Linguístico
 Fonte: (MUSEU ANTROPOLÓGICO-UFG, 2002)²⁰

Contudo, o Museu Antropológico segue um instrumento de normatização e organização interna. A documentação museológica permite identificar o acervo e a existência de histórico e instrumento de documentação, assim como permite entender os passos seguidos para a salvaguarda das informações de cada objeto indígena. Uma das ferramentas que compõe como categoria de registro documental é a ficha de registro, com os seguintes campos: nome, uso, origem, características exclusivas da técnica de fabricação, denominação em língua indígena, procedência geográfica e étnica, data da coleta, coletor, processo de aquisição, referências

20 As informações constam no “Relatório das atividades de estudo, análise e reorganização do sistema documental em uso na Seção de Curadoria e Documentação e na Seção de Preservação, Conservação e Restauo da Divisão de Museologia do Museu Antropológico da UFG”, organizado por Edna Luísa de Melo Taveira da Universidade Federal de Goiás no ano de 2002.

bibliográficas e observações; no verso, descrição e técnica de fabricação e fotografia.

Do ponto de vista de Balbuy, “haverá certamente diferenças consideráveis na forma de documentar acervos conforme a área científica de base de cada museu, se de história, de arte, de ciências naturais ou outro” (BALBUY, 2008, p. 40).

Ilustração 03: Ficha de Registro (Frente).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
MUSEU ANTROPOLÓGICO

Nome da peça: PANELA (Em forma de jacaré) Origem: MEINAKU - WAURÁ

Uso: Para cozinhar peixe e mingau de polvilho

Características exclusivas da técnica de fabricação: _____

DENOMINAÇÃO EM LÍNGUA INDÍGENA: MACULA

Procedência: Geográfica: Ribeirão sem nome da margem direita do Rio Batovi, um dos formadores do Xingu
Étnica: Família Linguística Nu-Araak "Área Cultural do Uluri INDIOS WAURA"

Data da coleta: 10.11.69

Coletor: Irmãos Villas Boas, Administradores do Parque Nacional do Xingu

Processo de aquisição: Doação dos Irmãos Villas Boas

Referências Bibliográficas: Não há trabalho publicado sobre esses índios.

NOTÍCIAS: "Impressão da Comissão Rondon" de Amílcar Botelho de Magalhães e "Ronuro, Selva do Xingu"

Observações: _____

Fonte: Museu Antropológico-UFG. Foto: Darlen Rodrigues, 2017

Ilustração 04: Ficha de Registro (Verso).

Descrição e Técnica de Fabricação: A índia, em um casta, conduz o barro (argila), a massa e por algum tempo, adicionando água aos dedos, até transformá-lo em uma pasta pegajosa e uniforme. Amassando e esmiuçando, vai dando forma à peça, usando na operação um caco de panela ou uma colher pequena. Os dentes e orelhas são modelados em separado e depois fixados nos seus respectivos lugares. O nariz e os olhos são gravados com uma pequena haste de bambu.

Utilizam-se de barro branco-cinzento, cinzento-amarelado e vermelho, privilégio da cerâmica Waurá. A peça depois de modelada é posta ao sol por algum tempo que se fizer necessário à sua secagem. Na segunda fase, a panela ou o vaso é colocado de boca para baixo, sobre um braseiro.

Precede-se, a seguir, a pintura em desenhos variadas que depois de queimadas permanecem. As peças são revestidas, internamente, por uma camada de uma pasta preta semelhante ao verniz. Esta é preparada com fuligem, produto da haste de buriti queimada em mistura com extrato feroce da casca de um arbusto, se encontrada em campo ou cerrado.

Na Cerâmica Meinaku-Waurá, as imagens de bichos e aves estão sempre presentes.

Fotografia: _____

Fonte: Museu Antropológico-UFG. Foto: Darlen Rodrigues, 2017

Ademais, é importante frisar que nem todos os objetos coletados entre os anos de 1969 e 1979 possuem as anotações na íntegra. Como descrito no relatório de atividades de 2002, existem alguns objetos com duplicação de informações para

um único registro. Por isso, algumas informações se restringem à indicação da origem dos artefatos e do grupo indígena. Em alguns casos, inexistem informações sobre a localização geográfica, aldeia, território e local. “Falta, muitas vezes, informações sobre origem étnica das populações indígenas, e alternativamente, sobre outros itens propostos no documento” (MUSEU ANTROPOLOGICO-UFG, 2002, p. 22).

Durante todos esses anos o Museu optou por alguns instrumentos de registro, classificação e documentação de acervos. O Livro de Tombo²¹, o sistema integrado a código, fora elaborado para documentar, respectivamente, natureza sociocultural e material do acervo e coleção, entre os anos de 1969 e 1979. Com instruções e orientações de multiplicadores de conhecimento das áreas específicas da Museológica, foram aplicados métodos de documentação, conservação e práticas museológicas. Assim, novos meios de registros, como fichas, foram incorporados: Documento probatório, Folha de inventário, Ficha de inventário museológico, Ficha de Conservação, Ficha de localização e Mapa de Inventário.

Ainda que haja a preocupação de se organizar os acervos, com o passar do tempo, novos objetos são incorporados, adquiridos por meio de doações, compra, entre outros motivos, logo, faz-se necessário realizar um levantamento recente. Tal condição corrobora para uma reorganização interna institucional e, para além, acrescenta melhores condições de pesquisas sobre o acervo e as práticas museológicas: “os museus também são casas de comunicação e de investigação. Em meu entendimento um museu só se completa quando desenvolve essas funções básicas. [...], considero a pesquisa como uma das funções do museu” (CHAGAS, 2005, p. 59).

De todo acervo do Museu Antropológico, poucos objetos foram estudados como requer um patrimônio museal, inviabilizando o conhecimento dos aspectos museológicos e socioculturais necessários tanto à contextualização do objeto, principalmente nas ações educativas e de comunicação do Museu, como fonte

21 Una vez que el número del objeto há sido dado, inmediatamente se anota éste en el libro de registro, que es donde se reflejan todas las altas y bajas de las piezas en el momento que se producen. Este sistema ofrece la seguridad de que se ha dado un número a cada objeto y consta de los datos mínimos para su identificación. HERNÁNDEZ, F. H. Manual de museología. Madrid: Síntesis, 2001. p. 150.

documental de consulta para o público interessado em informações e pesquisa (MUSEU ANTROPOLOGICO-UFG, 2002, p. 60).

Por esta razão, é preciso encarar a pesquisa em museu como função básica do mesmo. No Museu Antropológico, essa prática é inerente à sua origem e identidade, e não se pode perder essa característica. Além de expor o acervo é preciso estimular as práticas de salvaguarda e de produção de conhecimento.

Em resumo, desde o inventário realizado em 1983, para implantação do sistema de documentação do acervo, evidencia-se a ação centralizada na identificação dos objetos. O interesse estava em conferir os números de inventários dos objetos que estavam na exposição de longa duração 'Museu: Expressão de Vida' e na reserva técnica.

Recentemente, a partir de 2016, a coordenação de Museologia do Museu Antropológico decidiu atualizar os dados sobre o acervo. Iniciou-se um novo inventário para identificar o quantitativo de objetos existentes sob a guarda do Museu. Os seguintes levantamentos foram feitos: Nº objeto, Registro anual, Registro geral, Objeto, Nomenclatura Indígena, Local de Guarda, Acomodação, Nº de acomodação, Coluna, Prateleira, Gaveta, Origem étnica, Denominação atual, Origem e Folha. O levantamento do inventário, contabilizado até então, indicou a localização de 4.584 objetos etnográficos nas dependências do MA/UFG, sendo lugares de guarda a Reserva Técnica e a Exposição 'Lavras e Louvores'.

Soma-se a isto a informação de que, nos acervos existentes sob guarda do MA/UFG estão representados 32 grupos indígenas e, deste quantitativo localizado, 1.168 objetos não tiveram as etnias identificadas. Ainda em processo, o inventário pretende preencher as lacunas existentes. Partindo desse ponto, é possível enumerar os objetos que representam cada grupo indígena. Mesmo havendo a fragilidade de informações quanto a localização geográfica, 23 grupos indígenas pertencem à região do Cerrado brasileiro e 4 à região amazônica brasileira.

Quadro 03: Acervo Etnográfico-Museu Antropológico

Etnia	Quantidade	Origem
Apinayé/ Apinajé	80	Tocantinópolis TO
Aweti	10	Sem Informação de Origem

Borôro/ Bororo	32	Sem Informação de Origem
Canela	1	Sem Informação de Origem
Cinta Larga	17	Sem Informação de Origem
Gavião	1	Sem Informação de Origem
Javaé	5	Sem Informação de Origem
Juruna/ Yudjá	42	Sem Informação de Origem
Kadwéu	1	Sem Informação de Origem
Kalapálo	27	Sem Informação de Origem
Kalunga	10	Sem Informação de Origem
Kamayurá/ Kamaiurá	73	Sem Informação de Origem
Karajá/ Iny	1994	S. Terezinha GO/ Formoso do Araguaia TO
Kayabi/ Kaiabi	187	Sem Informação de Origem
Kayapó	1	Sem Informação de Origem
Krahó/ Krahô	353	Itacajá/ Goiatins TO
Kreen- Akarore	5	Sem Informação de Origem
Kuikuro	6	Sem Informação de Origem
Macará	1	Sem Informação de Origem
Marajoara	10	Sem Informação de Origem
Matipú/ Matipu	2	Sem Informação de Origem
Mehináku/ Mehinako	11	Sem Informação de Origem
Mekranoti	1	Sem Informação de Origem
Miracanguera	1	Sem Informação de Origem
Suyá/ Kisêdjé	83	Sem Informação de Origem
Tapirapé	5	Sem Informação de Origem
Txicão/ Ikpeng	112	Sem Informação de Origem
Txucarramãe	34	Sem Informação de Origem
Waura/ Waujá	92	Sem Informação de Origem
Xavánte/ Xavante	79	Sem Informação de Origem
Xerênte	72	Tocantínia/ Tocantinópolis TO
Yawalapiti	34	Sem Informação de Origem
Sem Identificação	1168	-----

Fonte: Museu Antropológico-UFG. Elaborada pela autora, 2017

Conseqüentemente, alguns objetos são remetidos a coleções dos atores sociais que tiveram ligação com sua procedência, seja de coleta ou de compra. Mas, independentemente da maneira de aquisição, os objetos foram incorporados à coleção sem alguma dinâmica de prioridade técnica sistemática. Sendo assim, não são todos os objetos que possuem essa informação concreta, quanto a localidade geográfica, etnia e/ou descrição. Por isso, é necessário a execução de projetos de investigação sobre os acervos pertencentes às coleções identificadas (Quadro 04).

Ao nosso entender, a existência de lacunas a respeito dos objetos e coleções sem informação se deve ao modo de procedência, pois, alguns objetos foram recebidos pelo Museu Antropológico aleatoriamente, exemplo disso são alguns objetos Xavante, remetidos somente com uma carta que serve como documento probatório. A única informação dos objetos é uma descrição destinada ao Museu Antropológico por Evaldo Gomes da Silva. Segundo Oliveira o “documento probatório não é claro neste dado. As peças fazem parte do Doc. 06/70, Coleção 70.04 (OLIVEIRA, 1998, p. 08).

Ao nosso ver, dificilmente os objetos que se encontram, até então, sem identificação poderão ser expostos. Para que futuramente eles sejam colocados em uma exposição, será necessário um estudo apropriado desse acervo, isso é necessário para associação de informações pertinentes às características étnicas inerentes a cada povo indígena.

Os dados que compõem a Quadro 04 foram retirados do inventário atualizado de 2016, Livro de Tombo e do mapa de acervo. A critério de organização, a Quadro 04 foi inserida para possibilitar a percepção de como os acervos estão organizados por número do objeto; nome da coleção a qual os objetos estão incorporados; de qual grupo indígena esses objetos são derivados e também a sua localização geográfica (origem). Vejamos que, nessa relação, alguns acervos não têm identificação de número do objeto, coleção, grupo indígena e origem geográfica.

É importante ressaltar que pouco mais de 80% do acervo que está sob guarda do Museu Antropológico estão armazenados na Reserva Técnica da instituição. Percebemos, a partir dos objetos existentes, uma diversidade de povos e culturas que estão representados pela cultura material.

Os demais acervos compõem a exposição de longa duração 'Lavras e Louvores', em sua maioria composta por objetos da cultura material *Iny-Karajá*, grupo Indígena presente no Cerrado. Essa exposição será discutida posteriormente, no quarto capítulo.

Quadro 04: Coleções Etnográficas Museu Antropológico referente aos Grupos Indígenas

Nº Objeto	Coleção	Grupo Indígena	Origem Geográfica
69.01.001 – 69.01.038	Orlando Vilas Boas	Waurá/ Txicão/ Kamayurá/ Kalapalo/ Mehináku/ Txucarramãe/ Kayabi/ Yawalapiti/ Kuikuro	Alto Xingu (MT)
69.02.001	Marcolina Martins Garcia	Waurá	Alto Xingu (MT)
69.03.001 - 69.03.148	Acary de Passos Oliveira	Waurá/ Juruna/ Txicão/ Kamayurá/ Kalapalo/ Aweti/ Txucarramãe/ Kayabi/ Yawalapiti/ Suyá	Alto Xingu/ Médio Xingu (MT)
70.01.001 – 70.01.587	Acary de Passos Oliveira	Karajá- Iny	Ilha do Bananal (TO)
70.02.001 – 70.02.107	Acary de Passos Oliveira	Juruna/ Txicão/ Kamayurá/ Kalapalo/ Aweti/ Txucarramãe/ Kayabi/ Yawalapiti/ Suyá	Alto Xingu (MT)
70.03.001 – 70.03.198	Acary de Passos Oliveira	Xerente/ Apinayé/ Krahó	Norte, Centro de Goiás, Aldeia São José Tocantinópolis, Tocantinea (TO) Crolândia,
70.04.001 - 70.04.033	Acary de Passos Oliveira	Xavante	MT, Ilha do Bananal (TO), Rio das Mortes. Col S. Marcos
70.05.001 - 70.05.006	Acary de Passos Oliveira/ Cláudio Vilas Boas	Juruna/ Suyá	Alto Xingu
71.01.001 - 71.01.100	Acary de Passos Oliveira	Kayabi/ Suyá/Txucarramãe/ Juruna/ Kuikuro/ Kreen-Akarore	Baixo e Alto Xingu (MT)
71.02.001 - 71.02.022	Sem Identificação	Apinayé	Baixo Xingu (MT)
72.01.001 - 72.01.063	Acary de Passos Oliveira	Bororo/ Xavante/	Meruri, Col. S.Marcos, (MT)
72.02.001 – 72.02.019 a, b	Cláudio Vilas Boas	Suyá/ Kayabi	Baixo Xingu (MT)
72.03.001 - 72.03.013	Acary de Passos Oliveira	Kayabi/ Juruna	Baixo e Alto Xingu (MT)
72.04.001 – 72.04. 144	Acary de Passos Oliveira	Karajá- Iny	Ilha do Bananal (TO)
73.01.001 - 73.01.097	Acary de Passos Oliveira	Karajá- Iny	Ilha do Bananal (TO)
73.02.001 - 73.02.020	Vivaldo Vieira Silva	Kamayurá/ Waurá	Alto Xingu (MT)

73.03.001 - 73.03.003	Sem Identificação	Tapirapé/ Bororo	MT, Araguaia
74.01.001 - 74.01.081	Acary de Passos Oliveira	Kayabi/ Suyá/ Yawalapiti/ Juruna/ Txucarramãe	Médio e Alto Xingu (MT)
74.02.001 - 74.02.003	Cláudio Vilas Boas	Kayabi/ Kreen-Akarore	Baixo e Médio Xingu (MT)
74.03.003 - 74.03.004	Acary de Passos Oliveira	Karajá- Iny	Ilha do Bananal (TO)
75.01.001 a, b - 75.01.007	Acary de Passos Oliveira	Karajá- Iny	Médio Araguaia
75.02.001	Iluska Simonsen	Não Identificado	Médio Araguaia
76.01.001 - 76.01.021	Acary de Passos Oliveira	Waurá/ Txicão/ Txucarramãe/ Kayabi/ Yawalapiti/ Suyá	Alto, Baixo e Médio Xingu (MT)
76.02.001 - 76.02.004	Acary de Passos Oliveira	Karajá- Iny	Ilha do Bananal (TO)
78.01.001 - 78.01.067	Acary de Passos Oliveira	Krahó	Croalândia
79.01.0001 - 79.01.1203	Sem Identificação	Karajá- Iny/ Waurá- Waujá/ Mehináku/ Juruna- Yudjá/ Xavante/ Txicão/ Xerente/ Txucarramãe/ Kayabi/ Canela/ Mekranoti/ Kayapó/ Suyá- Kisêdjê/ Yawalapiti/ Krahó/ Apinajé/ Cinta Larga/ Tapirapé/ Kuikuro/ Kamayurá/ Kalapálo/ Aweti/ Kreen- Akarore/ Bororo/ Matipú	Sem Identificação
83.01.001 - 83.01.002	Sem Identificação	Suyá- Kisêdjê/ Karajá- Iny	Sem Identificação
83.02.001 - 83.02.029	Sem Identificação	Sem Identificação	Sem Identificação
83.03.001 - 83.03.320	Sem Identificação	Sem Identificação	Sem Identificação
83.04.001 ^a , b - 83.04.331	Sem Identificação	Sem Identificação	Goiânia, Hidrolândia, Padre Bernardo, (GO) Porto Nacional, Araguaína (TO) Picos (PI)
83.09.001 - 83.09.009	Sem Identificação	Sem Identificação	Brasília (GO)
83.11.001 - 83.11.055	Sem Identificação	Karajá- Iny	Paraná (GO)
83.12.001 – 83.12.019	Sem Identificação	Marajoara/ Maracá/ Miracanguera	Santarém (PA)

83.13.001 - 83.13.002 -	Sem Identificação	Kadwéu	Sem Identificação
83.14.001- 83.14.039	Sem Identificação	Sem Identificação	Lagoa Miarrarré (MT)
84.01.001 - 84.01.004	Sem Identificação	Xavante	Sem Identificação
85.03.001 a, b – 85.01.004	Sem Identificação	Kamayura	Sem Identificação
86.01.001 a,b - 86.01.011 a,b	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
87.01.001 - 87.01.017	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
87.02.001 - 87.02.037	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
87.03.001 - 87.03.004	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
88.01.001 - 88.01.097	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
88.02.001 - 88.02.025	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
88.03.001 - 88.03.006	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
88.04.001 - 88.04.013	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
88.05.001 - 88.05.015	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
88.06.001 a, b, c - 88.06.005	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
88.07.001 – 88.07.018 a, b	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
88.09.001 - 88.09.004	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
89.01.001 - 89.01.002	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
89.02.001 - 89.02.077	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
89.03.001 a, b – 89.03.002 a,b, c	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
89.04.001 - 89.04.009	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
89.05.001 - 89.05.014	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
89.06.001	Sem Identificação	Sem Identificação	Sem Identificação
89.07.001 – 89.07.021 a, b	Sem Identificação	Sem Identificação	Sem Identificação
90.01.001 – 90.01.022	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
90.02.001	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
90.03.001 – 90.03.036	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação

90.04.001 – 90.04.041	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
90.05.001 – 90.05.013	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
90.06.001 – 90.06.086	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
90.017.001 – 90.07.021	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
91.02.001 – 91.02.004	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
91.03.001 a, b,c – 91.03.007	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
91.04.001	Sem Identificação	Gavião	Sem Identificação
91.05.001 a, b – 91.05.015	Sem Identificação	Tapirapé	Sem Identificação
91.06.001 – 91.06.004 180 Projeto Educação indígena para o Estado do Tocantins.	Exposição: “Uma oportunidade a mais para se falar sobre índio. (Aquisição e Registro em 20/11/91)	Krahô- Krahô/ Xerente/ Apinayé/ Javaé/ Karajá- Iny/	Itacajá/ Goiatins/ Tocantinópolis/ Tocantinia (TO) Fomoso do Araguaia (TO) Santa Terezinha (GO)
91.07.001 – 91.07.021 a,b	Sem Identificação	Sem Identificação	Sem Identificação
92.01.001 a, b, c	Sem Identificação	Sem Identificação	Sem Identificação
92.03.001 a, b - 92.03.007	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
92.04.001 - 92.03.003	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
92.05.001 - 92.05.007	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
92.06.001 - 92.06.004	Sem Identificação	Krahô	Sem Identificação
92.07.001 – 92.07.023 a, b	Sem Identificação	Sem Identificação	Sem Identificação
93.01.001 - 93.01.012	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
93.02.001 a, b- 93.02.004 a, b	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
93.04.001 – 93.04.004 a, b	Sem Identificação	Krahô	Sem Identificação
94.01.001 - 94.01.002	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
94.02.001 - 94.02.002	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
95.01.001 - 95.01.002	Sem Identificação	Txicão/ Kayabí	Sem Identificação
95.02.001 - 95.02.022	Sem Identificação	Sem Identificação	Sem Identificação
95.03.001 – 95.03.011 a, b	Sem Identificação	Sem Identificação	Sem Identificação

97.01.001 - 97.01.073	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
97.02.001 a, b – 97.02.050 a, b	Sem Identificação	Karajá- Iny	Sem Identificação
97.03.004 - 97.03.041	Sem Identificação	Sem Identificação	Sem Identificação
S/n			
2016. 01. 001 - 2016. 01. 033	Projeto Boneca Karajá 2009	Karajá- Iny	Aldeia Santa Isabel do Morro- Ilha do Bananal (TO)
2016. 02. 001 - 2016. 02. 005	Nei Clara	Karajá- Iny	Aldeia Santa Isabel do Morro- Ilha do Bananal (TO)
2016. 03. 001 - 2016. 03. 064 a, b	Sem Identificação	Karajá- Iny/ Kalunga	Sem Identificação

Fonte: Livro de Tombo do Museu Antropológico-UFG. Elaborada pela autora, 2017.

A propósito, além dessa relação de aquisições e pesquisas de acervos de grupos indígenas, é correto pensar que o Museu Antropológico, durante décadas, foi o precursor da divulgação de imagens que efetivamente representam esses grupos indígenas, desde o início da instituição, como o desenvolvimento de pesquisas e divulgação de resultados, seja com as exposições temáticas, seja com a salvaguarda. Esta prática vem contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas antropológicas e arqueológicas do Cerrado, além de colocar em evidência, em nível nacional e internacional, suas pesquisas relacionadas aos saberes dos grupos indígenas deste território.

Durante a década de 1970 o Museu realizou doações a instituições importantes, em nível nacional e internacional, acredita-se que essas ações evidenciaram aos grupos indígenas pertencentes às regiões do Cerrado brasileiro maior divulgação dos saberes e da cultura. No ano de 1971 foram doados cinco objetos do grupo indígena Karajá ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica; no ano de 1973 o Museu doou à Universidade de La Plata (Argentina) seis objetos de origem Xinguano (MT), *Iny-Karajá*, *Akwe-Xerente* e *Mehim-Krahô* (TO).

Além desses dois relatos outras instituições receberam doações de acervos etnográficos e arqueológicos referentes a pesquisas e coletas desenvolvidas pelo MA/UFG. “No período de 1971 a 1976 foram feitas doações de peças do acervo do Museu Antropológico a outras instituições, como o [...]; o Museu Paulista da Universidade de São Paulo (1975) e o Museu Estadual Profº. Zoroastro Artiga (1976)” (OLIVEIRA, 1998, p. 79).

Os documentos que comprovam o fato são ofícios e recibos remetidos pelas instituições com guarda atual. Como discutido anteriormente, há lacunas sobre a identificação e documentação referente ao acervo e os grupos indígenas, como descrito por Oliveira (1998, p. 79), “a documentação de (1969 a 1982) apresenta muitas lacunas, daí a razão de constantemente ser realizado estudos pela Divisão de Museologia para identificação segura das peças de documentação imprecisa” (SIC).

Portanto, é preciso realizar revisões periódicas do acervo, além de estudos com ênfase museológica, pensando na facilidade de pesquisas posteriores. Com

uma base de informações e a facilidade de acesso a pesquisadores, assim, excelentes estudos podem colaborar para a divulgação e difusão do MA/UFG.

CAPÍTULO II

**SENTIDOS E REFLEXÕES SOBRE ATORES SOCIAIS NO MUSEU
ANTROPOLÓGICO DA UFG**

2 SENTIDOS E REFLEXÕES SOBRE ATORES SOCIAIS NO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG

2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO: ATORES SOCIAIS E MUSEUS

O museu e os indivíduos estão intrinsecamente relacionados desde a sua origem²². Da história de criação dos museus no Brasil se depreende que tais relações são determinadas pelas articulações de indivíduos que estavam presentes nas sociedades, intelectuais²³, políticos ou simplesmente membros de comunidades pro-cultura. Para Cucho (1999, p. 45), “cada cultura é dotada de um “estilo” particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte [...]. Este estilo, este “espírito” próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos”.

No Brasil, no ano de 1818, ocorreu um marco histórico, a criação do primeiro museu no cenário brasileiro²⁴. A Casa dos Pássaros, atual Museu Nacional, surgiu justamente para evidenciar e colocar o Brasil nesse cenário cultural vivenciado pelos países do Velho Continente. Além disso, este primeiro museu nacional contribuiu muitíssimo para divulgação científica e cultural brasileira. Assim foi que o país descobriu a pesquisa científica sob a ótica dos Museus de História Natural (LOPEZ, 1997, p. 11), em decorrência de estudos científicos. Esse caráter se embasou em estudos científicos realizados com base nas primeiras coleções de história natural doadas por D. João VI. Na segunda metade do século XIX outras instituições se destacam no cenário brasileiro²⁵, entre as com temáticas etnográficas incluem o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) e o Museu do Ipiranga (1894). Segundo

22 Do grego, o museu (*mouseion*), que significa “casas das musas”, era o lugar onde as divindades recebiam oferendas e apreciavam a poesia, música, dança, história, oratória, tragédia, comédia e a astronomia. Tais habilidades designadas a cada uma das musas gregas conhecedoras dos saberes e de atividades criativas em seu tempo.

23 Nesse contexto, os movimentos pró-cultura popular que ocorreu no Brasil, com a cooperação de alguns agentes sociais, como; Mario de Andrade, Gustavo Barroso, entre outros. De acordo com a concepção barrosiana, a nação era constituída basicamente por dois segmentos: as elites e o povo.

24 A questão da nação, no entanto, ganharia evidência museológica no Brasil, somente a partir da criação, em 1922, do Museu Histórico Nacional (MHN). Marco no movimento museológico brasileiro, o MHN rompeu com a tradição enciclopédica, inaugurando um modelo de museu consagrado à história, à pátria, destinado a formular, através da cultura material, uma representação da nacionalidade. Resultado do empenho de intelectuais, apoiados pelo Estado, e tendo à frente Gustavo Barroso, diretor do Museu de 1922 a 1959, o MHN foi organizado com o objetivo de educar o povo (JULIÃO, 2002, p. 22).

Letícia Julião (2006, p. 21), essas instituições “alinham-se ao modelo etnográfico, que se difundiu em todo o mundo, entre os anos 1870 e 1930”. Esse modelo etnográfico se caracterizava pelo perfil enciclopédico²⁶, e se dedicavam as pesquisas e estudos em ciências naturais, além de exposições dos objetos de suas coleções de etnografia, ciências naturais, e arqueologia. Como caracteriza Julião (2006), esses museus:

Exerceram o importante papel de preservar as riquezas locais e nacionais, no Brasil, em fins do século XIX. Tinham como paradigma a teoria da evolução da biologia, a partir da qual desenvolviam estudos de interpretação evolucionista social, base para a nascente antropologia (JULIÃO, 2006, p. 22).

De fato, as primeiras instituições brasileiras contribuíram para preservar acervos importantíssimos, dando relevância a objetos de grupos indígenas do passado, entre eles os que não existem mais e que requerem estudos, interpretações e difusão.

Como resultado desse perfil, no século XIX, os museus se caracterizaram como instituições que exerciam práticas colecionistas, as exposições eram temáticas, para apresentação pública, por exercer um caráter educativo. Valente (2003) pontua seus pressupostos da seguinte maneira:

Ainda no final do século XIX floresceram vários museus etnográficos profundamente vinculados aos parâmetros biológicos de investigação e aos modelos evolucionistas de análise e que caracterizavam o momento como “a era dos museus”. Concentravam-se preferencialmente na pré-história, na arqueologia e na etnologia. A maturidade desses museus foi atingida na última década do século XIX, quando se manifestavam novos parâmetros para o entendimento do homem. As normas de funcionamento logo transformaram aqueles espaços anacrônicos, em que se encontrava o acervo ordenado a partir de uma visão de lógica evolucionista. A época despontava para as relações sociais envolvidas e reveladas

25 Museu do Exército (1864), Museu da Marinha (1868), Museu Paranaense (1876) e o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894).

26 No Brasil, os museus enciclopédicos, voltados para diversos aspectos do saber e do país, predominaram até as décadas de vinte e trinta do século XX, quando entraram em declínio como no resto do mundo, em fase da superação das teorias evolucionistas que os sustentavam. Embora a temática nacional não constituísse o cerne desses museus, tais instituições não deixaram de contribuir para construções simbólicas da nação brasileira, através de coleções que celebravam a riqueza e exuberância da fauna e da flora dos trópicos (JULIÃO, 2006, p. 22).

pela análise do objeto e seu contexto. Assim, o objeto da coleção não deveria ser mais vista como objeto pelo objeto. Outras direções davam sinais de mudança. Firmava-se a preocupação em preservar o que estava sendo perdido dos costumes e artefatos menos sofisticados. Aspectos ligados à etnografia e aqueles voltados para a industrialização crescente eram valorizados em **centros de cultura nacional e popular**. Essas ideias logo foram consolidadas na fundação de diferentes instituições, como o 'Museu ao ar livre', na Suécia, criado em 1891, formado por prédio, fazenda, moinho e igreja, e voltado para as tradições populares e regionais (VALENTE, 2003, p. 36, **grifo do autor**).

Com essas consolidações no campo dos museus no fim do século XIX e início do século XX, as práticas de representações e preservações passaram a englobar as comunidades populares. “A História do Brasil era uma construção das elites, mas a fonte da singularidade nacional estaria nas manifestações e nas tradições populares” (ABREU, 1992, p. 63). Desse modo, foi incorporado aos museus um sentimento nacionalista. No contexto brasileiro, os conceitos europeus foram ressignificados para aplicação no contexto local, assim, nas primeiras décadas do século XX, ocorreu um aumento no número de museus²⁷.

Após a Primeira e a Segunda Grande Guerra, esses sentimentos nacionalistas se tornaram objetos de crítica nos museus. A necessidade de colocar em evidencia os discursos de preservação da cultura de um povo se estendeu aos bens e/ou patrimônios culturais. Cultura material refere-se a toda produção humana, “de ordem emocional, intelectual, material e imaterial, independente de sua origem, época, natureza ou aspecto formal, que propicie o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia” (RODRIGUES 1999 *apud* MELO, 2010, p. 07).

A partir da segunda metade só século XX, as formas de representações culturais foram incorporadas, de maneira efetiva, em algumas instituições brasileiras. Com a transformação no cenário dos museus, determinados grupos de intelectuais²⁸

27 O Impulso de criar museus persistiu ao longo de todos o século XX. Só na Alemanha, entre 1900 e 1914, foram abertos cerca de 1800 novos museus (VALENTE, 2003, p. 36). As três primeiras décadas do século XX somam em conjunto 19 museus (13,10% do total de 145), o que constitui uma aceleração bastante superior à do século anterior. Ainda assim, nada se compara à explosão das três últimas décadas de que trata o referido repertório, as quais apresentam no conjunto 94 museus (64,82% do total de 145), incluindo aqueles que em 1958 estavam em fase de organização (CHAGAS, 2009, p. 72).

28 Nesse contexto, com a cooperação de Mario de Andrade, Gustavo Barroso, entre outros.

lutam para a criação de instituições específicas. Para Julião (2006, p. 22), este movimento foi “ resultado do empenho de intelectuais, apoiados pelo Estado, tendo à frente Gustavo Barroso”. Na tentativa de incentivar o culto a tradição, a civilidade e ao progresso da nação, em meados dos anos 1960, surge o Museu do Folclore Brasileiro (1968) e o Museu do Índio (1961)²⁹. Deste modo, com o apoio de instituições culturais e comissões estaduais, esses museus iniciaram coletas de objetos que logo foram incorporados como acervos dessas instituições. A necessidade de representar as identidades do povo brasileiro foi determinado pelos grupos de intelectuais incentivados a criar instituições museológicas em suas comunidades e/ou região.

No contexto regional de Goiás, entre as décadas de 1960 a 1970, indivíduos sociais também são motivados³⁰, de alguma maneira, pelo contexto nacional vivenciado, a sugerir a criação de um museu local, de modo a “ordenar e compreender o traço mutante da experiência coletiva, pois, efetivamente, cada contexto cria tipos sociais que refletem os modos institucionalizados de conduta de seu tempo” (KARVAT; MACHADO, 2014, p. 936). Essa implicação sugeriria a transformação do lugar cultural de Goiás, que se tornaria cenário de representações dos povos indígenas do Cerrado.

Entretanto, os indivíduos sociais envolvidos na construção desse cenário foram de extrema importância para a concretização de uma ideia de museu. Mediante a atuação de pesquisadores, professores, mediadores, voluntários, alunos, entre outros, o trabalho árduo persistiu no desenvolvimento dos projetos e pesquisas antropológicas, arqueológicas e museológicas entre outras ações.

A história do Museu enfatiza a contribuição dos pesquisadores e professores envolvidos desde o início, a atuação de cada um é singular devido à sua área de formação acadêmica e interesses, desse modo, ao enfatizamos a contribuição de cada indivíduo, segundo os relatos de seus feitos, “portanto, em relação ao projeto pessoal e sua acomodação e, principalmente, a intermediação entre ambos –

29 A cultura do povo foi contemplada somente em 1968, com a inauguração do Museu do Folclore. Sua fundação resultava do movimento folclorista das décadas de quarenta e cinquenta, responsável pelo lançamento oficial do projeto do museu, em 1951 (JULIÃO, 2002, p. 25).

30 [...] motivação caracteriza-se por um elevado envolvimento com o conteúdo da tarefa, em que a pessoa é guiada essencialmente pelo valor intrínseco associado à realização de uma tarefa e pela paixão e pelo entusiasmo de resolvê-la (GOMES; RODRIGUES; VELOSO, 2016, p. 581).

remete-nos à própria dimensão política da figura do intelectual e de sua atividade” (KARVAT; MACHADO, 2014, p. 937).

No tópico seguinte serão apontadas as contribuições de atores sociais que, em suas determinadas gestões, foram importantes na construção e difusão do MA/UFG. Suas contribuições são vestígios de seus posicionamentos ideológicos, devido a interdisciplinaridade de suas formações, muito importante nesse processo.

2.2. ATORES SOCIAIS DO PASSADO: CONTRIBUIÇÕES E CONSTRUÇÕES NO MUSEU ANTROPOLÓGICO

Para essa análise, ressaltaremos a trajetória dos ex-diretores do Museu Antropológico da UFG, como indivíduos sociais responsáveis pela construção de um Museu como cenário, lugar e espaço de discussões sobre a cultura local; tanto evidenciando os discursos de preservação da cultura dos povos indígenas, levando em conta a cultura material, quanto as ações de extensão que levaram a discussões sobre os bens e/ou patrimônios culturais. Do ponto de vista de Viana (2011, p. 87), “o indivíduo exerce uma maior influência na história quando é manifestação de forças sociais, especialmente as classes sociais, [...] realiza uma ação que vai de encontro com necessidades sociais existentes e que reproduz e reforça sua tendência.”

Ressaltamos, inicialmente, as contribuições do Antropólogo e professor Acary Passos de Oliveira (*In memoriam*), por seu trabalho e dedicação em prol dos estudos e pesquisas antropológicas em campo e na própria Instituição. Ele esteve à frente da gestão do Museu Antropológico durante os anos de 1969 a 1982, e teve um papel significativo na construção da história e formação da instituição. Sobre o papel dos indivíduos na história, Roger Chartier (2002, p. 141), considera, “[...] a ideia do pensamento relacional que permite, ao mesmo tempo, repelir a ideia do indivíduo isolado, do gênio singular e também a ideia de uma universalidade das categorias que espontaneamente se utilizam para pensar, discutir, qualificar [...]”. A intenção, aqui, não é a de, simplesmente, dar um sentido apologético às ações de Acary e/ou dos demais ex-diretores do Museu. Pois, embora cada um tenha contribuído de maneira singular no período de sua gestão, ressalta-se que o

“indivíduo possui uma singularidade, devido ao fato de somente ele viver determinadas relações sociais e ser marcado por todas as consequências derivadas disso” (VIANA, 2011, p. 84).

O professor e antropólogo Acary Passos de Oliveira foi o indivíduo que, em seu “tempo” sociocultural, apresentou temas e discussões importantes ainda hoje para analisar e compreender o cenário dos grupos indígenas nos séculos passados. Por detrás do homem do sertão, havia o gênio singular que buscou, por concepção de interesse, divulgar as pesquisas sobre a cultura indígena da região do Cerrado.

A grande questão é que o papel do indivíduo na história é mais ou menos influente dependendo de um conjunto de determinações, entre as quais, a qual classe pertence o indivíduo e que situação social de conflitos de classes está estabelecida e qual sua inserção neste contexto, a qual fração da classe pertence, quais são as forças sociais em ação e como ele se relaciona com elas, bem como diversas outras determinações (VIANA, 2011, p. 84).

A concepção que temos sobre o professor Acary, como o singular indivíduo social, é justamente aquela atrelada ao contexto social ao qual ele pertencia, esse contexto também foi determinante para que fosse estabelecido o seu papel como mediador entre as sociedades e grupos sociais.

Ao longo de sua trajetória à frente da gestão do Museu, desmitificou as relações impróprias sobre o que é o museu, além de intervir proporcionando diálogos e sentidos na promoção da cultura de diferentes grupos sociais e étnicos, como os grupos indígenas. Acary Passos, como indivíduo social, sempre acreditou no papel do museu universitário como importante contribuição para os estudos antropológicos. Neste sentido, Denize Farah comenta, em entrevista ao Museu Antropológico (2011), sobre suas memórias quanto ao professor Acary:

O professor Acary ele era uma figura muito interessante, muito mesmo, porque mesmo na década de mil novecentos e setenta, o professor Acary tinha uma visão de Museu como parte complementar da universidade muito avançada. Ele se preocupava em atrair os alunos, em atrair os estudantes para entender as coisas do Museu, para participar (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 32-33).

Como um multiplicador de conhecimento, Acary se inspirou e foi espelhado por seus alunos. Foi desse modo que os alunos da Universidade, naquela época, tiveram contato com os grupos indígenas.

[...] o professor Acary [...] tentava sempre atrair sem se preocupar com os background³¹, sem se preocupar com a formação e, às vezes, até mesmo sem se preocupar com a intenção futura da pessoa. Apenas para que elas estivessem por ali, tivessem um contato com as coisas do Museu, entendessem mais principalmente os povos indígenas de Goiás, do Centro-oeste, que tinha um acervo no Museu, então era essa a ideia do Acary (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 33).

O professor Acary foi um idealista que, mesmo vivendo em um tempo de ditadura militar, buscou discutir questões sociais e da Antropologia cultural e regional, e, ainda que em um momento político difícil, ele conseguiu criar um Museu Antropológico ligado à Universidade. Nesse sentido, no meio acadêmico, muitos “intelectuais assumem certas propriedades comuns em virtude dos laços estabelecidos entre seus membros e entre o grupo e os ambientes nos quais se reúnem e socializam” (MAIA, 2015, p. 553). Consequentemente, esses grupos constroem e contribuem com as questões socioculturais, deixando na história heranças políticas, acadêmicas, sociais e culturais, de modo que até podem ser definidos como intelectuais, “intelectual se define sempre em referência a uma herança, como legatário ou filho pródigo (ZANOTTO, 2008, p. 40).

Durante os anos que se voltou às pesquisas antropológicas no Xingu (MT) e na Ilha do Bananal (TO), onde coordenou a “Operação Bananal”, dedicou-se a coletas de objetos da cultural material indígena, como: adornos, enfeites, armas e instrumentos dos grupos indígenas Kalapalo, Kuikúro, Kamayurá, Yawalapiti, Meináku, Aweti, Awaurá, Matipuhí, Txicão, Juruna, Suyá, Txcahamãe, Apinayé, Bororo, Tapirapé, Karajá, Javaé, Krahó, Xerente e Xavante.

Sua contribuição como colecionador dos objetos dos grupos indígenas se efetivou demasiadamente e, sobremaneira, aproxima os saberes sobre esses grupos étnicos da sociedade nacional. Assim, Cicero Almeida (2011, p. 184) alegaria que esse ato “coleccionista seria um impulso primitivo”. Contudo, foi através do ato de

31 Background são os conjuntos de condições ou circunstâncias prováveis ou determinadas pelo ambiente.

coleccionar que possibilitou conhecer a cultura do “outro”. Almeida (2011) também pontua que o hábito de colecionar “enquanto prática de reunião e de atribuição de novos significados aos objetos está intimamente ligada ao museu” (p. 185).

Partindo desse ponto, existe relevância nas práticas de coletas de objetos dos grupos indígenas a partir das expedições e projetos, pois, se concretizou uma tentativa de aproximação com os grupos indígenas tanto do Xingu (MT) quanto da Ilha do Bananal (TO).

Há inúmeros relatos sobre a atuação de Acary Passos e para perpetuar como legado, o Museu Antropológico elaborou, em 2011, um livro com as memórias das pessoas que tiveram contato e experiências com o Museu nas últimas quatro décadas. Em entrevista, a professora Lena Castello Branco Ferreira, que, na época da criação do Museu Antropológico, era a Diretora do ICHL e amiga do professor Acary, relatou a Welbia Dias, para uma publicação do Museu Antropológico, no dia 22 de novembro de 2010, que Acary foi:

[...] um sertanista convicto, todo ano, no período de férias, ia para o Parque Nacional do Xingu ou outros locais onde houvesse tribos indígenas. Ele então me transmitiu muito o interesse pelas culturas indígenas, pela antropologia, e me levou uma vez para conhecer a coleção de peças e artefatos indígenas que ele possuía. Eu fui e fiquei literalmente encantada! Havia coisas realmente raríssimas e de uma importância científica e acadêmica muito grande. Quando eu fui nomeada diretora me veio a ideia de chamar o Dr. Acary para trabalhar na Universidade, com vistas a que ele trouxesse para a Universidade não só a sua experiência, a sua vivência como sertanista, como colecionador, como entusiasta das culturas indígenas, mas também, quem sabe, uma doação de peças que ele pudesse eventualmente trazer pra universidade (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 96).

Assim, como um entusiasta sobre a cultura dos povos indígenas, o professor Acary colecionou muitos objetos, que se tornaram parte de coleções do MA/UFG. Alguns desses objetos compõem coleções etnográficas que levam o nome do professor Acary, tais como: coleção 69. 03; coleção 70. 01; coleção 70. 02; coleção 70. 03; coleção 70. 04; coleção 70. 05; coleção 71. 01; coleção 72. 01; coleção 72. 03; coleção 72. 04; coleção 73. 01; coleção 74. 01; coleção 74. 03; coleção 75. 01; coleção 76. 01; coleção 76. 02; coleção 78. 01.

Após os anos de sua colaboração e trabalho como diretor no Museu Antropológico, o professor Acary deixou o cargo, que foi ocupado pela Etnóloga/Museóloga Edna Luísa de Melo Taveira (*in memoriam*), que foi a diretora do Museu Antropológico entre os anos de 1982 a 1998, e que também desempenhou um papel importante, tanto no campo da etnologia em Goiás quanto na prática museológica da Instituição. A professora Edna Taveira esteve vinculada ao Museu Antropológico desde os momentos iniciais de sua criação, o que se verifica em entrevista concedida por ela a Marisa Damas, no dia 18 de outubro de 2010.

[...]. Por essa época, eles foram a uma viagem ao Xingu e lá houve algumas discussões, algumas propostas de criação de um Museu Antropológico. Sei que logo que eles voltaram apareceu e firmou essa ideia, unidos à Professora Lena Castelo Branco, diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde eu estudava, no prédio é hoje a Faculdade de Educação. Claro que as [pessoas] que estavam [disponíveis] para o trabalho imediato seriam as monitoras, por conta do Professor Vivaldo, que orientava a gente, mas também porque geralmente são poucas as pessoas disponíveis. Nessa época, éramos eu e a Marcolina. Bom, então, tudo certo, começaram as coletas para a organização desse museu. Coletas feitas principalmente pelo Dr. Acary nas regiões dos índios Karajá, no Araguaia, os índios do Xingu, principalmente os Waurá e os Kamayurá, também os índios Krahô, entre outros. Então foram sendo adquiridos acervos e sendo organizado tudo isso em uma sala. [...]. O Museu foi inaugurado em 1970. Então, eu e a Marcolina somos da Pré-história do Museu Antropológico, não é? (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 45-46).

Pode-se dizer que a professora Edna Taveira foi uma das primeiras pessoas com interesse nas questões museológicas. Sua colaboração, no princípio do Museu Antropológico de caráter universitário, permitiu pensar estratégias de elaboração de um museu universitário, com características de um museu antropológico, “estratégia profissional e de reprodução social conduzida pelo interessado” (HEINZ, 2011, p. 157).

Tiveram envolvidos, juntamente com a professora Edna, alguns professores e pesquisadores ligados a Universidade, conectados à elaboração do passo a passo e no lançamento da proposta de dividir e classificar o Museu em setores: Etnologia,

Linguística Arqueologia, a ação educativa (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 48).

O empenho da professora Edna Taveira e dos demais pesquisadores consolidou o Museu Antropológico como uma Instituição de referência no contexto brasileiro. Assim, seus “sucessos” e, em particular, sua concepção marcante frente ao Museu lhe permitiam acumular certo prestígio, com possibilidade de desenvolver gradativamente “boas” relações internas e externas à instituição. Segundo Ernesto Seidl (2011, p. 18), “essas relações são fundamentais para o progresso futuro de uma instituição”.

No início do desenvolvimento das práticas museológicas existia uma quantidade de acervos e a disponibilidade de pessoas, que era reduzida, para executar o trabalho. Além disso, poucos detinham os conhecimentos necessários, inicialmente a preocupação era a conservação do acervo. Posteriormente, as professoras Edna, entre outras, como Lydia Poleck e Natividade Rosa Guimarães, elaboraram um plano a ser executado por um período de longo prazo, “chamamos de projeto de pesquisa, de organização, enfim, um projeto para dez anos, de oitenta e sete a noventa e sete, um Plano de Ação. Então, formulada a proposta nós fizemos o plano de ação por dez anos” (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 49). Assim é possível admitir a disposição de cada indivíduo em contribuir para o desenvolvimento de um Museu fundamentado no progresso institucional e cultural. Para Viana (2011, p. 89), “o indivíduo é parte do processo e se coloca como expressão das classes em luta, terá papel mais relevante [...]. O indivíduo pode ser compreendido como parte da necessidade histórica e social” [...].

Em entrevista concedida ao Museu Antropológico no ano de 2010, Lydia Poleck relata que a sua parceria com Edna Taveira e os demais professores do ICHL foi de extrema importância para o desenvolvimento dos primeiros projetos do Museu, assim, as coisas foram acontecendo devido a contribuição desses professores. Segundo a entrevista, foi nessa época na década de 1980 que correu a implementação do Setor de Etnolinguística, com duas vertentes na abordagem etnográfica, “uma vertente para a língua portuguesa e a outra para a língua indígena” (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 110). Com as iniciativas do Setor

de Etnolinguística, quanto a promoção de cursos de extensão sobre a Linguística no Brasil, outras ações, como os cursos de especialização em Museologia, Antropologia e Arqueologia, aconteceram no Museu Antropológico, inicialmente para orientação do pessoal. Professores reconhecidos e estimados da época, como Tekla Hartmann, Lux Vidal, Roque Laraia, Júlio César Melatti, Berta Ribeiro, entre outros, ministraram cursos no Museu Antropológico da UFG.

Posteriormente à gestão de Edna Taveira, a professora Judite Ivanir Breda assumiu a direção do Museu Antropológico no ano de 1994. Durante a sua gestão, permaneceu ligada a outros professores do ICHL, com os quais formulou e executou cursos de extensão nas áreas de antropologia e arqueologia. Esses programas de extensão têm a possibilidade de alcançar maior impacto na sociedade, pois, segundo Bernardete Gatti (2011, p. 56), “o sistema de extensão universitária constitui-se em meio privilegiado da universalidade chegar às comunidades, [...], mudando práticas e formas de pensar, criando possibilidades de participação crítica”.

Entre os anos de 1998-2002, o antropólogo e Professor Marco Antônio Lazarin esteve na direção do Museu Antropológico, juntamente com outros professores colaboradores, elaborou cursos³² e exposições com temáticas etnológicas. No ano de 1986, Marco Lazarin e as professoras Edna Taveira e Judite Breda organizaram um curso de especialização em Antropologia; segundo Lazarin, em entrevista ao Museu Antropológico em 2011 (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 120), “vários professores antropólogos que estão hoje na Faculdade de Ciências Sociais ou no próprio Museu tornaram-se antropólogos dentro do Museu Antropológico”. A participação deles nos cursos³³ organizados pelo Museu

32 Arqueologia e história de Colômbia (1992), Introdução à história da arte (1992), Museu e arqueologia uma contribuição a educação (1995), Treinamento museológico (1993), A perspectiva processual para os museus o ponto de vista da arqueologia, Ação cultural e educativa de museus e práticas de cidadania (1995), Arqueologia histórica industrial (1991), A etnolinguística estado atual contribuição da etnografia, Abordagem metodológicas, entre outros. O público-alvo era certamente estudantes, professores e membros da sociedade acadêmica goiana e nacional.

33 Nas décadas 1980 a 1990, o Plano de Extensão articulou uma política participativa dos docentes, discentes e servidores. Buscava a interação interna na universidade, pois sugeria que se tivesse na estrutura central da universidade um órgão responsável pela extensão e que o mesmo viria manter a interação com o ensino e pesquisa (MANESCHY; SANTOS; GRINSPUN (2011, p. 40).

Antropológico os motivou a seguir no campo de estudo da antropologia. Lazarin, na entrevista citada, observa:

[...], alguns professores que não eram ainda antropólogos, como a professora Nei, que era socióloga. Foi uma guinada dela para a Antropologia, nesse curso de especialização em Antropologia que contou com a participação de Alcida Ramos, Gustavo Ribeiro, Leonardo Fígoli e Miréia. A Nei, a professora Telma, que era professora de Francês, foi também a guinada dela, o professor Manuel, que era geólogo no IGPA, e que nesse momento fez seu primeiro curso de Antropologia. E eles, a Nei, o Manuel, depois foram fazer mestrado em Antropologia, doutorado, a Telma depois foi fazer doutorado em Antropologia, oriundos desse curso, de um curso de especialização do Museu [...] (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 120).

Acreditamos que os cursos contribuíram para o engajamento desses pesquisadores em estudos e pesquisas antropológicas voltadas para as questões da cultura material, que se tratava de uma abordagem recente para a época. Abreu (2005, p. 124) explicita seus pressupostos, que surge “sob forte herança de uma vertente positivista da ciência, os primeiros antropólogos coletores acreditavam que fragmentos da cultura material, subtraídos de outros povos, eram a prova mais cabal de suas teses”. Contudo, esta era apenas uma visão fragmentada, incompleta sobre a cultura do outro.

De acordo Marco Lazarin, em entrevista de 2011, naquela época a Antropologia Social era predominante no Brasil, a qual estava focada no estudo das “representações coletivas, no estudo dos símbolos, focada em um campo que outras áreas reconhecem simplesmente como ideologia, mas que também é um campo da Antropologia” (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 121).

Assim, com esta guinada para a Antropologia, os professores prosseguiram os estudos voltados para a cultura material, que, na época, enfrentava certa desvalorização. Para romper com essa questão, o Museu, durante a gestão de Marco Lazarin, iniciou um processo lento de visibilidade, que, com o passar do tempo, foi significativo. Trata-se da circulação de um boletim quinzenal com notícias do Museu, resultado da articulação entre o Museu e o Departamento de Ciências Sociais, que contribuiu significativamente para expansão da ideia de museu, através de cursos, exposições e atuações das pós-graduações, pois, deste modo, “os

indivíduos atuam, agem, e quando manifestam necessidades sociais e classes sociais, exercem maior influência no curso dos acontecimentos” (VIANA, 2011, p. 90).

Igualmente, a gestão de Marco Lazarin contribuiu para a difusão da comunicação museológica, dando visibilidade ao Museu Antropológico, pois “o Museu já fazia as exposições, os cursos, as visitas, mas houve a possibilidade de uma expansão dessa informação, que tornou o Museu mais visível dentro da Universidade, atingindo uma legitimidade no todo da Universidade” (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 124). É importante frisar que todos os gestores e professores da UFG tiveram papel importante para a consolidação estrutural dos departamentos de Antropologia, Arqueologia e Museologia do Museu, de tal maneira que “o futuro dos museus etnográficos é ainda incerto, mas vem se abrindo para novas experiências e muitas incertezas, o que pode ser promissor” (ABREU, 2005, p. 124).

Assim, entre os anos de 2006 a 2014, a Socióloga Nei Clara de Lima, como agente do processo histórico, assumiu a direção do Museu Antropológico, desenvolvendo um excelente trabalho. Com seu engajamento nos estudos antropológicos e da cultura material, a professora Nei Clara, como indivíduo social, colaborou com as propostas socioculturais contemporâneas para a elaboração de diversas ações envolvendo a extensão do Museu. Neste aspecto, é preciso considerar que os “interesses são socialmente constituídos e apenas existem na relação com um espaço social no interior do qual certas coisas são importantes” (VIEIRA; MISOCZKY, 2000, p. 08).

Entre todas as ações executadas, legados dessas relações socioculturais, permanecem até os dias de hoje, sendo eles: a Exposição de longa duração Lavras e Louvores, a graduação em Museologia e os projetos de salvaguarda da boneca Karajá, entre outros em andamento na atualidade.

A exposição de longa duração 'Lavras e Louvores' surgiu a partir de algumas reflexões pertinentes no final da década de 1990, que é quando “a exposição museológica potencializa a relação profunda entre o Homem e o Objeto no Cenário institucionalizado e no cenário expositivo” (CURY, 2005, p. 34). Discussões a

respeito das exposições serão levantadas nos capítulos posteriores a este, neste momento trataremos do fato significativo do papel exercido pela professora Nei Clara. “O ator social é um produto do sistema social, a existência de poder que o habilita a se tornar um ator no sentido da agência” (VIEIRA; MISOCZKY, 2000, p. 06), logo, os profissionais que estiveram à frente da gestão ou de projetos que envolviam o Museu Antropológico buscaram ampliar a valorização e a apropriação do espaço, para assim torná-lo um campo de pesquisa. Do ponto de vista de Marco Lazzarin, em entrevista ao Museu, “[...] não é só um campo de pesquisa, mas também uma ferramenta de pesquisa para a Antropologia. A exposição Lavras e Louvores é fruto dessa convergência [...]” (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 128).

A professora Nei Clara também contribuiu como curadora, juntamente com a professora Selma Sena, na exposição de longa duração Lavras e Louvores, elaborada a partir do patrocínio da Fundação *Vitae*, a proposta das curadoras buscou trazer para a exposição elementos de representações identitárias do trabalho e da festa dos Povos do Centro-Oeste. Para Vasconcellos (2011, p. 713), a exposição do “Museu Antropológico da UFG utiliza, inclusive, linguagens da arte contemporânea – as famosas instalações – para referir-se ao indígena existente no território nacional, constituindo-se num elemento diferencial” [...].

Todo o desenrolar do projeto da exposição Lavras e Louvores está documentado em forma de relatório, critério importante para a prestação de contas à entidade financiadora. Assim, o processo museológico percorrido durante a elaboração da exposição, tanto do projeto expositivo quanto na seleção dos objetos para a exposição, foi de extrema importância, pois propiciou estudos sobre esses acervos.

Os processos de musealização, vistos como o eixo central da construção desta área de conhecimento, por um lado, contribuem para a seleção, triagem, organização e conservação da documentalidade, testemunhalidade e autenticidade impressa nos objetos musealizados. Por outro lado, constroem novos valores e significados para estes objetos, por meio da elaboração de exposições e ação educativo-cultural” (BRUNO, 1996, p. 26).

A atribuição dada ao objeto pela musealização é de caráter técnico, e explora a cadeia operatória museológica, deste modo, pode-se dizer que o objetivo final é atingir a sociedade, cuja sinergia ambiciona e visa atuar de maneira dinâmica.

Além da contribuição no processo que desencadeou a exposição Lavras e Louvores, a professora Nei Clara de maneira efetiva, colaborou intensamente durante a proposta de criação do curso de graduação em Museologia. Assim, o curso de Museologia³⁴ da UFG surge da necessidade de formação técnica no campo dos museus no Estado de Goiás: “[...] sentíamos essa ausência de formação de técnicos específicos em Museologia, e era uma coisa que se espalhava não só pelo Museu, o Museu até que era privilegiado com relação a isso, porque sabia que existia uma Museologia [...]” (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 127). A partir da pré-disposição de alguns professores da Faculdade de Ciências Sociais, o curso foi proposto na tentativa de sanar as dificuldades técnicas dos museus em Goiás. Na entrevista concedida por Marco Lazarin, em 2011, a proposta é assim descrita:

[...] a gente vê as dificuldades de crescimento do campo da Museologia, dos museus em Goiás, na região, vamos propor um curso'. E a professora Nei também era adepta da idéia, já era diretora do Museu na época; – “Ótimo, vamos propor”. E nos juntamos, eu, professora Maria Luiza e professora Nei, conseguimos fazer com que a comissão fosse criada no Departamento de Ciências Sociais à época, para que se elaborasse um curso vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e, com isso, nós conseguimos desenvolver a ideia [...] (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 128).

Além desses professores, outros foram envolvidos, após contratação, visando a melhoria da proposta de criação da graduação em Museologia da UFG. Com essa dinâmica, e a articulação da professora Nei Clara e dos demais professores, o curso de Museologia surge com o projeto de expansão da universidade, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que então possibilitou o ingresso e formação da primeira turma em 2010. De fato, essa foi uma das contribuições que perpetuará na história tanto do Museu quanto dos demais indivíduos envolvidos. Do ponto de vista do poder, essa

34 Hernandez (2006, p. 103) define a museologia como o estudo da história e do contexto dos museus, do seu papel na sociedade, dos sistemas específicos de investigação, conservação, organização da relação com o entorno físico e do planejamento dos diferentes tipos de museus.

capacidade de “realizar obrigações em unidade num sistema de organização coletiva, é o que legitima a relação entre os objetivos coletivos, já que o poder é a capacidade generalizada para servir à realização das obrigações “(VIEIRA; MISOCZKY, 2000, p. 09).

Em meio a todas essas articulações para a criação do curso de Museologia e gestão do Museu Antropológico, a professora Nei Clara também esteve ligada a projetos com as comunidade indígenas *Iny-Karajá*, realizados entre os anos de 2009 a 2011; e o Projeto de Pesquisa Bonecas Karajá: arte, memória e identidade indígena. O mesmo foi desenvolvido no Araguaia, nas aldeias Santa Isabel do Morro, JK, Wataú e Werebia, na Ilha do Bananal-TO; e nas aldeias Buridina e Bdè-Burè, em Aruanã, GO, sob coordenação da professora Nei Clara. O projeto teve apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) (chamada pública nº 01/2008) e apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através da 14ª Superintendência Regional (MUSEU ANTROPOLOGICO, 2012, s/p).

Com uma equipe interdisciplinar, o projeto tinha como um dos seus objetivos, colaborar com o trabalho de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial Karajá, que teve os seus saberes e práticas reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 2015, a professora Nei Clara de Lima, juntamente com a antropóloga Rosani Moreira Leitão, entre outros pesquisadores, iniciou um projeto denominado *Bonecas de cerâmica karajá como patrimônio cultural do Brasil: contribuições para sua salvaguarda*, com apoio do IPHAN e convênio da Fundação de Apoio à Pesquisa da UFG (FUNAPE). Assim, o projeto seguiu a partir do desenvolvimento das atividades organizadas em 4 metas, algumas já executadas e outras em andamento. Segundo o texto de divulgação:

O projeto que se inicia agora, [...], é um desdobramento da pesquisa anterior e desse reconhecimento das ritxoko como Patrimônio Cultural do Brasil [...]. Ele prevê um conjunto de ações que darão início a uma política de salvaguarda voltada para a proteção, preservação, divulgação, reprodução e continuidade desse bem cultural do povo Karajá (MUSEU ANTROPOLOGICO, 2015, s/p).

Em continuidade, esses dois projetos tendem, de fato, a contribuir para a valorização e representação dos saberes dos povos Karajá. Esses atores sociais envolvidos têm papel fundamental na execução das 4 metas do projeto; além de contribuir para a divulgação e comunicação da prática de salvaguarda entre o Museu Antropológico e a sociedade de Goiás.

Portanto, durante a gestão da professora Nei Clara de Lima, vários projetos foram executados, além disso, ela foi uma das mediadoras entre o Museu Antropológico e o curso de Museologia, abrindo suas portas para funcionar como laboratório do curso. É importante frisar que tanto a professora Nei Clara quanto todos os ex-diretores do Museu Antropológico contribuíram para a melhoria e reconhecimento do Museu; assim como também para o campo de estudo das suas respectivas áreas de formação, no contexto das pesquisas desenvolvidas em Goiás. Com relação à contribuição da professora Nei Clara, no que se refere aos acervos do Museu Antropológico, ela, recentemente, fez a doação de cinco saiotos Karajá, de origem da Aldeia Santa Isabel do Morro-Ilha do Bananal (TO), que foram incorporados à coleção em 2016 (2016. 02).

A arqueóloga Dilamar Cândida Martins foi diretora do museu por duas gestões, recentemente deixou a sua segunda gestão, de 2014 a 2017. A arqueóloga assumiu a sua primeira gestão entre os anos de 2002 a 2006, após o término da gestão do antropólogo Marco Lazarin. A atuação da professora Dilamar C. Martins está igualmente relacionada a alguns dos representantes das gestões anteriores, pois, foi aluna do curso de Ciências Sociais da UFG e exerceu a carreira de professora na mesma unidade. Durante a sua pesquisa de mestrado, também utilizou materiais arqueológicos disponíveis para pesquisas no museu. Devido à sua titulação em arqueologia, a professora Dilamar, em sua primeira gestão, esteve ligada a projetos de preservação de sítios arqueológicos e à promoção de ações educativas em comunidades internas e externas à Universidade. Além de suas atribuições como arqueóloga, ela, juntamente com a Edna Taveira, contribuiu desde a década de 1990 com o projeto da 'Exposição Lavras e Louvores'. Segundo Dilamar Cândida Martins, em entrevista ao Museu Antropológico em 2009, ao falar sobre as práticas de ações educativas:

Algumas cidades que a gente tem trabalhado têm solicitado, por exemplo, exposições. Essas exposições itinerantes, temporárias, que já é uma prática do Museu em termos de ação educativa também. E todos os projetos que nós temos aqui, no laboratório, são também uma parceria junto a FUNAPE que, na verdade, é o órgão que administra financeiramente todos os projetos e cuida dos contratos que são feitos com essas empresas particulares (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p 41).

Estas contrapartidas, advindas da iniciativa privada, são importantes para os projetos de arqueologia desenvolvidos pelo Museu Antropológico. Entre os trabalhos com afinidade arqueológica, um dos principais executados pelo Museu Antropológico foi a parceria estabelecida durante a construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, no Norte do Estado de Goiás. Certamente, sem o apoio da iniciativa privada, dificilmente as ações seriam executadas, pois, indivíduos com os mesmos recursos e poder podem exercer diferentes graus de influência, uma vez que os utilizam de modos diferentes. Na opinião de Marcelo Vieira e Maria Misoczky (2000, p. 09), “o poder está inerentemente ligado ao seu exercício, um aspecto muito relevante que é a diferenciação entre poder real e poder potencial [...]”.

Outros projetos, como os trabalhos nas usinas hidrelétricas (Cana Brava, São Salvador, Rio Tocantins, Rio Corumbá IV, Rio Verde), foram executados em parceria com o Museu, contribuindo com a salvaguarda de acervos arqueológicos que estão sob a guarda do Museu Antropológico, no Laboratório de Arqueologia (LABARQ), que existe desde a década de 1970. “Todo esse material da pesquisa arqueológica, ele está sob a salvaguarda da UFG, então significa que, como uma instituição perene que é, a universidade tem a salvaguarda diante do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 41).

Na segunda gestão da professora Dilamar Cândida Martins, de 2014 até 2018, ela vem articulando, assim como a professora Nei Clara e todos os articuladores do passado, ações paralelamente ao curso de Museologia da UFG. Poderíamos citar vários exemplos das suas recentes contribuições na promoção do Museu Antropológico e do curso de Museologia, com projetos como o Mala

Arqueológica³⁵; uma proposta de musealização de objetos e artefatos arqueológicos que estão sob guarda do Museu Antropológico.

O projeto se iniciou em 2014 e foi desenvolvido, inicialmente, pelos alunos Tony Boita, Darlen Rodrigues e Luzia de Paula, que levaram os paramentos da Museologia para o desenvolvimento de suas atividades de salvaguarda. As atividades se iniciaram sob supervisão da professora Dilamar Cândida Martins, e, com as suas orientações, os alunos desenvolveram a conservação preventiva e a documentação dos objetos líticos da coleção Iluska Simonsen, que, posteriormente, se tornaram parte dos kits de duas malas arqueológicas.

Todavia, a proposta de musealização dos objetos foi motivada para que servisse como meio de comunicação entre a sociedade e o Museu Antropológico, a fim de disseminar e ampliar os conhecimentos sobre os primeiros povos que habitaram a região do Planalto Central do Brasil, logo, a “função do museu é desenvolver atividades de musealização e de visualização” (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p. 23). Com a musealização os objetos são ressignificados, são adquiridos novos sentidos de interpretação. Após a confecção das duas Malas Arqueológicas iniciais, o projeto continuou com outros alunos do curso de Museologia, que desenvolveram mais duas Malas, hoje sob guarda do Museu Antropológico no Intercâmbio Cultural, logo, podem ser utilizadas em atividades com o público escolar e outros multiplicadores da comunidade.

Como especialista no campo da Arqueologia em Goiás, a professora Dilamar contribuiu com seus estudos dos sítios arqueológicos, além de realizar muitas outras ações educativas voltadas para a educação patrimonial.

Após o cumprimento da gestão da professora Dilamar, o cargo de diretor foi ocupado pelo antropólogo Manuel Ferreira de Lima Filho que ficará de 2018 a 2021. A gestão de Manuel Filho tem a proposta de valorização e divulgar ainda mais a cultura material que estão sob tutela do museu e de grupos indígenas, exemplo

35 A mala arqueológica trata-se de uma mala que guarda objetos arqueológicos, como fragmentos e artefatos, instrumentos de material lítico coletados durante pesquisas e coletas desenvolvidas pela professora Iluska Simonsen e doadas ao laboratório de arqueologia nos anos de 1970. A mala serve como material didático pedagógico a ser aplicado a estudantes, com intuito de dialogar sobre educação patrimonial e cultural dos povos originários.

disso foi a amostra exibida no primeiro semestre de sua gestão: 'Mostra de Cerâmica *Kadiwéu*'.

2.2.1 Atores sociais indígenas no Museu Antropológico

Tentar ver o mundo através dos olhos do outro é, geralmente, uma idealização, pois, as pessoas querem ver o mundo ao ser redor exatamente como ele é. Em algumas circunstâncias, procura-se ver o mundo através de lentes específicas, e, quando a intenção foca na cultura do outro encontramos definições, entroncamentos e fronteiras diversas e intrigantes. Nos referenciais de mundo, existem o eu, o outro e tudo o mais, de bagagens, costumes e referencias internas e externas ao outro.

Na opinião de Alice Martins e Carla de Abreu (2017, p. 16), “definir o outro é quase mais fácil do que definir quem seja o eu. Ocorre que a constituição do eu se dá no confronto com o outro, e não de outra maneira. Ou seja, só quando a pessoa se depara com o não eu, o outro, a sua diferença, é que ela se reconhece como tal”. A relação com o outro pode provocar impressões, reações, indiferenças e afetos.

Em momentos da trajetória do MA/UFG, o espaço interno se constituiu lugar de articulação entre a comunidade interna e externa a sociedade indígena do Centro-Oeste, assim, o MA/UFG se tornou um lugar de empatias, onde é possível aprender a pensar o outro e sua cultura.

Embora, em todos os âmbitos da sociedade, o lugar dos indígenas tem sido prioritariamente o do passado da história, “lugar dos indígenas na contemporaneidade é ainda fortemente marcado por concepções construídas no passado que ainda perduram, a despeito das conquistas advindas com a Constituição Brasileira de 1988” (PINHEIRO, 2014, p. 61). O propósito de reconhecer e enfatizar a presença indígena hoje requer ações políticas efetivas que viabilizem concretamente a alteridade dos grupos indígenas.

Em sentidos gerais, o museu tem sido uma instituição em transformação. Rupturas e mudanças tem ocorrido e o formato do museu tem se ampliado para discussões contemporâneas, dirigindo ações e possibilidades de tratar temas culturais, difusão e construção do conhecimento. Em meio a todas as

transformações é importante pensar “sobre a transitoriedade do museu e seu caráter experimental, a participação do público nos processos, a dimensão comunicacional do museu, o entendimento da circunstância na qual o museu se insere” (CURY, 2014, p. 71).

Partindo do pressuposto das rupturas e transformações do museu, em específico o MA/UFG, adotou estratégias para que indivíduos indígenas se tornassem atores sociais que contribuíssem no desvendar de conhecimentos da sua própria cultura, cumprindo a sua finalidade pedagógica junto a grupos escolares, universitários e internos ao museu.

Algumas das experiências foram desenvolvidas no setor educativo do museu, outras pelos departamentos de Antropologia e Museologia, os quais ampliaram a inter-relação para o registro descritivo e de conhecimento sobre os objetos pertencentes a instituição.

Nesse sentido, a prática pedagógica foi associada ao momentos lúdicos do passado, de modo que o MA/UFG pode indagar aspectos da participação de indivíduos indígenas do grupo Karajá, Kraô, Xavante, entre outros. Situações onde o indígena era ator colaborador das atividades, alí se tornaram atores sociais na contribuição científica e pedagógica, assim, pode-se dizer que nestas ocasiões correm trocas de saberes, diminuindo o estranhamento quanto a diferenças culturais.

Ilustração 05: Sem descrição.



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/UFG. Fotos: autores desconhecidos, s/d

Ilustração 06: Sem descrição.



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/UFG. Foto: autor desconhecido, s/d.

Na construção de empatia, as ações pedagógicas, com a presença de indivíduos indígenas no MA/UFG, propiciaram experiências de aprender a pensar o

outro. Acima, na Ilustração 05, a presença de mulheres e homens Karajá e Xavante, no momento em que falam sobre as suas culturas, criam situações que expõem as especificidades dos mitos de origem e organização social e histórica. Quanto à contribuição antropológicas relativa a origem dos objetos da cultura material utilizados em contextos ritualísticos, antropologicamente pensando, a presença dos representantes destes povos foi de suma importância, pois puderam descrever minuciosamente as reais finalidades dos mesmos. Com isso, algumas lacunas na documentação, referentes a tais objetos coletados ou adquiridos de grupos como os Karajá, foram sanadas. Partindo dessa discussão, Cury (2014), apresenta a seguinte argumentação: “os museus colecionam objetos indígenas há séculos, mas as práticas seculares devem mudar, porque os museus mudaram e porque os indígenas mudaram e têm direitos” (CURY, 2014, p. 73).

Reconhecendo seus direitos, os indígenas são capazes de ser curadores e/ou co-curadores em exposições, além disso, eles podem ser autônomos ao cooperar em ações de identificação e contextos de acervos museológicos que representam seu grupo.

Além disso, quando pensamos o museu como um espaço que aproxima os grupos indígenas e oportuniza as relações, além de somente ser um lugar que guarda objetos, podemos, também, oportunizar situações nas quais eles possam reviver memórias e tradições. Do ponto de vista de Carvalho (2012):

Museu em sua forma ‘viva’, acredito que na lógica de um povo tradicional isso significa dizer que o Museu precisa relacionar-se com o grupo, estar entre o grupo, dar espaço não apenas para guardar objetos, mas para que memórias sejam contadas por quem no presente ainda tem os vestígios de seu próprio legado cultural (CARVALHO, 2012, p.56).

Na perspectiva tradicional, o museu, de fato, o lugar que guarda objetos que são vestígios do passado. Contudo, quando a instituição alcança e corresponde as discussões contemporâneas sobre o papel do museu, a particularidade intercomunicacional demarca novos significados para estas instituições. Entretanto, quando não há constância nessa relação, as ações podem simplesmente ficar no passado, e recuperar essa proximidade poderá ser difícil.

Pelo que foi observado, na década de 1990, os indígenas Kraô, Xavante, entre outras, tinham uma proximidade maior com o MA/UFG, o motivo do distanciamento desta relação é desconhecido. Entretanto, na última década ocorreu nova proximidade com os Karajá, devido ao projeto de registro da Ritxoko (arte do povo Karajá) como patrimônio cultural do Brasil.

Contudo, nas décadas em que havia essa maior proximidade com os Kraô, Karajá e os Xavantes, eles foram atores importantes no processo de diálogo e difusão de memórias e do passado e presente de sua cultura. Em consideração a essa discussão, não foi possível ter acesso as informações complementares, capazes de sanar alguns questionamentos quanto ao contato dos grupos indígenas com o MA/UFG. Logo, há muito a desvendar ainda sobre esses atores indígenas do passado e do presente.

CAPÍTULO III

ENTRE PILARES MUSEOLÓGICOS: A COMUNICAÇÃO E AS ABORDAGENS ÉTNICAS NO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG

3 ENTRE PILARES MUSEOLÓGICOS: A COMUNICAÇÃO E AS ABORDAGENS ÉTNICAS NO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG

3.1. COMUNICAR É PRECISO

É fato, estamos na era da comunicação³⁶. O importante é se comunicar. Logicamente, é necessário comunicar³⁷, independente de qual maneira seja: fala, visualidade, expressão performático e/ou tecnológica. Comunicar qualquer coisa, nos dias de hoje, é necessário mais do que em qualquer outra época.

Entretanto, a multiplicidade dos meios de comunicação torna a percepção complexa, nas relações entre os indivíduos e a sociedade. Dificilmente essa complexidade pode ser compreendida apenas por meio da observação intencionada. Para entender o processo de comunicação em seus múltiplos aspectos, estudos dos meios de comunicação demonstram que para a compreensão desse processo é necessário o auxílio de parâmetros, paradigmas e teorias. Do ponto de vista de Ana Temer e Vanda Nery (2009, p. 09), os “parâmetros, paradigmas e teorias permitem entender os meios de comunicação, seu alcance e influência na sociedade, sua eficiência e suas limitações”.

Contudo, a comunicação ultrapassa o simples modo de falar, pois, as expressões faciais, gestos e atitudes são formas de comunicação. De um modo geral, pessoas se comunicam de diferentes modos. A utilização de uma linguagem³⁸ permite que indivíduos estabeleçam vínculos e relações. John Fiske (1990, p. 72) definiu a comunicação a partir da “interação social seja por meio de mensagens, qualquer uso da linguagem se caracteriza sempre como um processo de comunicação” (*apud* TEMER, 2009, p. 13). Partindo desse conceito, a comunicação implicaria em participação e interação, o que desencadeia a troca de novas informações.

36 Capacidade humana cuja aquisição remonta às origens do desenvolvimento humano e da própria sociedade (TEMER; NERY, 2009, p. 10).

37 Do latim *communicare*, cujo significado seria tornar comum, partilhar, repartir, associar. (TEMER, 2009, p. 13)

38 É um sistema organizado de signos – não apenas verbais ou escritos, mas também visuais, fisionômicos, sonoros, gestuais e etc. – que possibilita a comunicação (TEMER; NERY, 2009, p.12).

A comunicação, portanto, é mais do que informar, é partilhar rompendo o isolamento. Comunicar, neste aspecto, é algo que vai além do que pressupõe o senso comum quanto as relações midiáticas ou televisivas, a comunicação pode vir simplesmente num cartaz colado num poste ou na parada de ônibus. Nas relações humanas, a ação de comunicar veicula informações por emissores a determinados receptores, esta ação pode romper o isolamento, entretanto, a comunicação vinculada a um instrumento ou um canal pode ser um determinante unilateral, não havendo reciprocidade.

No contexto museológico, a comunicação coopera para a compreensão das ações características da função do museu. Quando compreendemos que a ação de comunicação utilizada pelo museu adota um posicionamento de partilhar com a sociedade pesquisas, projetos, exposições, entre outras ações desenvolvidas pela instituição, conseqüentemente, rompe-se com o isolamento de quatro paredes. Poderia dizer que a comunicação museológica intenta romper com os significados tradicionalmente atribuídos ao museu, de ser um lugar de armazenamento ou de guarda para 'coisas antigas'.

Pode-se dizer que a comunicação museológica é um instrumento usado para promover diálogos, informações e conhecimentos em museus, assim como a estratégia que será utilizada na difusão das diversas ações desenvolvidas no museu. Na opinião de Marília Xavier Cury (2005), a denominação dada a comunicação museológica é genérica por se tratar das diversas formas “extroversas do conhecimento em museus, uma vez que há um trabalho de introversão³⁹” (CURY, 2005, p. 34). Neste contexto, as diversas formas de comunicação museológica estão inter-relacionadas, *lato sensu* e *stricto sensu*. Comunicação *lato sensu* são os estudos de coleções, artigos científicos, material didático, vídeos, filmes, oficinas, palestras e catálogos; enquanto a comunicação *stricto sensu* restringe-se à exposição. A comunicação museológica é importante na tentativa de cumprir com o processo de musealização, que potencializa a valorização e interação entre o museu, objeto/acervo e o público.

39 Introversão e extroversão são manifestações de comportamento, relação entre o energético e o solitário.

Por exemplo, as exposições antropológicas que difundem conhecimentos sobre povos étnicos, do passado e presente, se aproximam da sociedade, através dos objetos/acervos pertencentes às suas coleções, as quais podem comunicar numa dinâmica de interação através da linguagem expositiva coerente e de simples compreensão. Os agentes/atores sociais que utilizam da comunicação museológica para fazer interações e diálogos entre o museu e o público, potencializa meios para compreensão e acesso a história, saberes e conjunturas socioculturais de grupos étnicos.

Na comunicação *stricto sensu*⁴⁰ a exposição possibilita a construção de um sistema de linguagem em um nível de interação e dinâmica com o museu, o objeto e o público, pois, segundo Cury (2005, p. 34), “é na exposição que se potencializa a relação profunda entre o Homem e o Objeto no cenário institucionalizado (à instituição) e no cenário expositivo (a exposição propriamente)”. A comunicação permite que aconteçam adaptações de linguagem, critérios e público, para que propicie a capacidade de comunicar-se com qualquer grupo, independente do contexto social no qual está inserido.

A comunicação *lato sensu*⁴¹, por sua vez, é um produto que vai ao encontro de indivíduos que exigem reciprocidade, ou seja, um público com interesse específico na temática do museu e de estudos relativos à área de conhecimento. Apesar de que, quando a informação é interpretada pelo receptor, torna-se matéria-prima da comunicação, e é quando, subentendemos, a mesma acontece.

Por outro lado, a retórica da comunicação tem os objetivos de informar, persuadir e divertir. Como caracteriza Temer e Nery (2009, p. 21), o “informativo visa atingir a mente, o persuasivo é um apelo à alma e emoção e o divertimento junta-se aos dois objetivos para encerrar as possibilidades de classificação”.

Acredita-se que os primeiros influenciadores dos meios de comunicação surgiram no século XIX, com o aumento da circulação de livros e jornais. Entretanto, no século anterior (XVIII), os estudos e pesquisas sobre as ciências avançam e se multiplicam na forma literária e, logo, a comunicação se tornou objeto de estudo de pesquisadores e enciclopedistas, um dos estudos sobre o tema é o de Francis

40 Sentido mais estreito e limitado.

41 Sentido amplo.

Bacon (1561-1626)⁴², “Ciência do comunicar”. O estudo de Francis Bacon ganhou relevância por se tratar de uma investigação científica sobre o tema. Do ponto de vista de Temer e Nery (2009, p. 22), “comunicação é mais do que especificamente o ato de comunicação”.

Por isso que diálogos e interlocuções adequadas ao público, por parte da equipe de comunicação museológica de uma instituição, devem considerar estudos característicos para diversos públicos. Assim, a comunicação fluirá e integralizará o processo comunicativo de compreensão, transmissão e informação dos estudos de coleções, artigos científicos, material didático, oficinas, palestras, cursos, entre outros.

3.2. MUSEU UNIVERSITÁRIO E A COMUNICAÇÃO PATRIMONIAL

Museus são instituições que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, conforme prevê a Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009, art. 1, são instituições “para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento” (BRASIL, 2009, p. 28). Independente do estigma que carrega, ao longo da história, de ser o lugar que guarda coisas antigas, ou simplesmente ser um lugar de memórias, devido ao ‘estigmatismo’ eurocentrista, a partir do qual as instituições do passado foram construídas, o museu, na contemporaneidade, tem procurado cumprir o seu papel de valorizar a diversidade cultural na tentativa de contemplar o que prevê a legislação.

Com a contribuição dos pilares da Museologia, que são pesquisa, salvaguarda, comunicação, difusão e gestão, esta estrutura deve, necessariamente organizada visando uma melhor execução quanto ao papel do museu. Seguidamente, a estrutura dos pilares museológicos correspondem ao processo museológico que contribui para a musealização⁴³ do patrimônio cultural. Para Lima

42 Foi político, filósofo, ensaísta inglês e barão de Verulam. Seus estudos contribuíram para a história da ciência moderna.

43 Os processos de musealização, vistos como o eixo central da construção desta área de conhecimento, por um lado, contribuem para a seleção, triagem, organização e conservação da documentalidade, testemunhalidade e autenticidade impressa nos objetos musealizados. Por outro lado, constroem novos valores e significados para estes objetos, por meio da elaboração de exposições e ação educativo-cultural (BRUNO, 1996, p. 26).

Filho, Beltrão e Eckert, os museus utilizam a “noção de patrimônio cultural como instrumento operacional do contato interétnico e de um grande poder comunicativo” (LIMA FILHO; BELTRÃO; ECKERT, 2007, p. 14). Os processos museológicos em museus tradicionais estão ligados a fontes primárias voltadas para a relação do homem com os objetos do museu, assim, “a Museologia está voltada à experimentação, sistematização e teorização do conhecimento entorno da relação do homem com o objeto no cenário institucionalizado” (DUARTE CÂNDIDO, 2003, p. 11).

A propósito, os museus universitários são instituições tradicionais portadores de difusão do conhecimento desde a sua origem, antecedendo o advento das universidades. No Brasil, entre os primeiros museus estabelecidos, destacam-se o Museu Nacional (1818), o Museu Goeldi (1866) e o Museu Paulista (1895). No que se remete aos museus do século XIX, eram conscientes quanto à função de produzir pesquisas e conhecimentos, especialmente desenvolvidas pelos viajantes da época. Na opinião de Francisca Michelin:

Uma vez surgidas, as universidades fizeram com que os museus perdessem, aqui, a função de local de pesquisa e de investigação científica, deixando-lhes o atributo de conceber e sustentar o discurso histórico, que se consagra, em especial com a criação, por empenho de Gustavo Barroso, do Museu Nacional, na década de 1930 (MICHELON, 2014, p. 165).

Constata-se, ao longo da história dos museus, que a opinião de Michelin é realmente consistente e, de fato, quando lemos textos sobre museus propriamente, o discurso é o mesmo, qual seja, o de que o museu é um lugar de memória e representação. Em síntese, os discursos dificilmente se ampliam no sentido de o museu ser também um lugar de pesquisa e investigação. Ao meu ver, o museu, ao longo da história, passou por diversas vertentes, como, por exemplo: instituições de pesquisas, conhecimentos e difusão de investigações desenvolvidas nos continentes desconhecidos, além de receber *status* de lugares de exposições de acervos coletados nas expedições. Entretanto, no século XIX, houve a tentativa de superar e ultrapassar o *status* de mero expositor de acervos, passando também a ser lugar de

produção de pesquisas. No século XX, por sua vez, as instituições ganham força para continuar cumprindo o seu papel como campo de pesquisas.

Desse modo, se tornaram instituições imperativas na tentativa de cumprir o seu papel quanto a pesquisa, memória, representação e comunicação. Assim, é preciso ter melhor compreensão sobre cada instituição museológica, elas são peculiares e diferentes em suas estruturas e organogramas, sobretudo, buscam efetivar a aplicabilidade do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como elemento constituinte fundamental de uma universidade.

Além disso, no final do século XX, o museu universitário recorre e emerge no sentido de seguir também a tendência de atender ao tripé Ensino, Extensão e Pesquisa, e essa disposição a mudança ocorre com a concepção e arbitrariedade da Constituição Brasileira de 1988. O art. 207 da mesma se refere a princípios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, compreendidos como elementos constituintes e fundamentais de uma universidade. Reconhecer a obrigatoriedade destes princípios fez com que, ao longo desses anos, a universidade passasse a melhor observar o seu papel além do ensino. Posteriormente, essas instituições passam a se relacionar mais de perto com os grupos e dramas sociais. Desse ponto de vista, considerando que esta relação consensual, Michelon alega que:

O fato consensual é que este museu pertence e é mantido por uma universidade. Esta tendência se contrapõe a realidade, mais densa, que já desafia a desconsiderar a classificação anterior, incompatível com o que se pode perceber. Se além do lugar onde surge e permanece, o museu universitário pode ser um aparelho a serviço da divulgação científica, então, outros valores devem a ele ser relacionados. Como tema recorrente, também se diz sobre a sua função educacional, não lhe sendo peculiar, já e pertinente a todo o museu. Sob o assunto, considera-se as capacidades do museu universitário para educar o visitante e promover a produção do conhecimento. Na atualidade, além do guardar e ensinar atribui-se outra função aos museus universitários, a de inovar (MICHELON, 2014, p. 166).

A comunicação contrapõe a estrutura e a realidade do museu universitário para além de educar, também promover a produção do conhecimento. Segundo Chagas, “os museus também são casas de comunicação e de investigação. Em meu

entendimento, um museu só se completa quando desenvolve essas funções básicas” (CHAGAS, 2005, p. 59).

Não há, portanto, dúvidas quanto a aceitação e ao reconhecimento de que a comunicação é o fator que contribui para a edificação da função básica do museu, e que a prática evidencia e possibilita diálogos, conhecimentos e compreensão sobre o patrimônio cultural.

Portanto, a comunicação patrimonial se estrutura nas seguintes relações: ação educativo-cultural, educação não-formal, expografia/exposição e as interfaces dos elementos constituintes que contribuem para a ação do museu de comunicar-se. Quanto as comunicações *lato sensu* e *stricto sensu*, os museus, na instância da universidade, tem procurado executar a rigor a estrutura da comunicação patrimonial entrelaçando os dois sentidos.

Sendo assim, a ação educativo-cultural resulta em procedimentos que promovem a educação no museu, na tentativa de aproximar a sociedade do bem cultural, de modo a elevar a reflexão crítica e propiciar a transformação da realidade social. Além disso, nas últimas décadas, os atores responsáveis pelas ações educativo-culturais nos museus têm buscado apresentar reflexões sobre o seu papel. Segundo Magaly Cabral e Aparecida Rangel (2008):

[...] somente nas duas últimas décadas que os responsáveis por ações educativas em museus começaram a apresentar uma maior reflexão sobre sua atuação. Nesse período, oficinas, encontros, seminários e conferências sobre educação em museus vêm sendo realizados e diversos profissionais concluíram mestrado e doutorado na área, conferindo a esse campo do conhecimento um caráter mais científico. [...], não basta que tenhamos boa vontade, é fundamental que tenhamos conhecimento acerca dos nossos objetos de estudo. É assim, portanto, a partir de uma concepção de que a ação educativa em museus requer que seja pensada com rigor no que tange a perguntas do tipo “como? por quê? para quem?” que chegamos a essa proposta: pensar a ação educativa em museus em forma de curadoria (CABRAL; RANGEL, 2008, p. 162).

Dessa forma, a ação educativo-cultural pode ser entendida como parte do processo de mediação para o campo do conhecimento e da construção das relações entre a sociedade e o patrimônio cultural. Os apontamentos de Cabral e Rangel quanto a pensar “como? por quê/ e para quem?” é de fundamental importância para

que, de fato, ocorra êxito na ação educativo-cultural do museu, além de potencializar a visibilidade e divulgação e, assim, cumprir o seu papel social.

É importante acentuar que nos museus universitários a comunicação museológica se entrelaça à exposição e à ação educativo-cultural. No Museu Antropológico da UFG, notamos esta relação consistentemente, em diferentes momentos da pesquisa. Observamos que os atores envolvidos na divulgação e aproximação dos saberes e da cultura indígena se preocupavam em determinar como e qual seria a abordagem para se tratar das relações entre indígenas e sociedade local.

Nesta perspectiva, o MA/UFG desenvolveu, ao longo da sua criação, tanto a comunicação *lato sensu* quanto a comunicação *stricto sensu*. Durante quase cinco décadas o MA/UFG utilizou-se desse meio de se comunicar com a sociedade sobre diversos assuntos e temas. Neste sentido, algumas das discussões que ocorreram durante a atuação do Museu estiveram ligadas a acontecimentos específicos ocorridos na época. Além dos projetos de caráter etnográfico, etnológico e arqueológico, o museu desenvolveu projetos sobre a cultura popular, movidos por agentes/atores com interesse na área.⁴⁴

Observou-se, durante a pesquisa sobre a comunicação museológica no MA/UFG, que a comunicação *lato sensu* aconteceu em primeiro plano, isso por que o Museu sempre esteve ligado à Universidade Federal de Goiás, nesse sentido, a preocupação e interesse era justamente a divulgação projetos; e, também, aproximar a sociedade das discussões sobre a cultura dos povos indígenas que pertencem à região de Centro-Oeste.

3.3. PROJETOS E DIALÓGOS INTERÉTNICOS

O Museu Antropológico/UFG surgiu no início da década de 1970 com o perfil de uma instituição ligada primordialmente à pesquisa, ensino e difusão do conhecimento adquirido nas relações de contato com grupos indígenas. As

44 A título de exemplificação: a biblioteca rural, projeto “estudo, organizado e montagem de exposição sobre o brinquedo popular arraia”, 1983-1995; exposição sobre o acidente com Césio 137 em 1988, entre outras iniciativas, foram desenvolvidas entre o MA/UFG e o Centro de pesquisa sobre cultura popular (Cecup). O Cecup foi criado em 1981 e extinto na década de 1990.

pesquisas desenvolvidas na época eram determinadas pelos campos de estudo de cada agente/ator/pesquisador ligado à Universidades Federal de Goiás e ao MA/UFG.

Desse modo, a comunicação *lato sensu* foi uma das estratégias iniciais para que a divulgação e difusão das pesquisas ligadas ao ensino alcançasse a comunidade interna e externa a UFG. Foram inúmeros os projetos de pesquisas que envolveram questões sobre a cultura dos povos indígenas no Centro-Oeste. É importante acentuar que os projetos, cursos, oficinas, palestras, elementos da comunicação museológica em museus universitários, a exemplo o MA/UFG, são ações efetivas e inerentes a tais instituições.

No primeiro momento, os projetos do Museu estiveram comprometidos com pesquisas de campo para aquisição da cultura material indígena. Posteriormente, o Museu se torna um espaço multidisciplinar que se vinculava às áreas de pesquisas desenvolvidas pelos professores da Universidade. Os professores desenvolviam pesquisas sobre a linguística indígena, educação indígena, arqueologia e antropologia, assim, ao longo dos anos, grupos interdisciplinares conseguiram expandir discussões importantes sobre grupos indígenas do Centro-Oeste. Nos últimos anos, os projetos ligados à cultura material vêm sendo desenvolvidos por um grupo de professores da Faculdade de Ciências Sociais que fazem interlocuções com os povos indígenas *Iny-Karajá*.

Registros de jornais da época vincularam informações sobre alguns projetos, como o publicado pelo Jornal da Universidade/UFG, em agosto de 1988, que noticiou, na seção de pesquisa, a seguinte manchete: “Índios: o resgate da cultura pelo estudo das línguas”. A nota da página cinco enfatiza que, desde 1982, 'um grupo de pesquisadores do Museu Antropológico vem estudando as línguas faladas pelas nações indígenas do Estado de Goiás'. A reportagem enfatiza a pesquisa reconhecendo os objetivos como científicos e didáticos, para tanto, parte do conhecimento da estrutura das línguas estudadas e aponta projetos específicos, como a alfabetização para crianças indígenas.

Ilustração 07: Jornal-Índios: o resgate da cultura pelo estudo das línguas, 1988



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/ UFG, 2018.

Conforme a matéria do jornal, havia a preocupação e o interesse pelos estudos das línguas dos grupos indígenas por parte do setor de linguística do MA/UFG. Estudos sistemáticos de documentação da língua indígena Krahó, Xerente, Karajá, Avá-canoeiros e Apinajé foram iniciados, desde 1982, e, de acordo com a nota, havia projetos sobre a Língua Kraó, coordenado pela professora Raquel Teixeira; e da Língua Xerente, coordenada pela professora Silvia Braggio, com finalidade de análise nos aspectos fonológico, morfossintático e léxico da língua. Braggio (1999-2000) alega que o “crescente interesse na sociolinguística dos povos indígenas brasileiros e pela sua relação intrínsecas com a educação escolar indígena” (BRAGGIO, 1999-2000, p. 23).

Quanto à afirmação de que o Museu é, também, um centro de pesquisa, deve-se à assertiva de que há três áreas promissoras envolvidas com a mesma: a Antropologia, a História e a Linguística, à época vinculadas ao setor de Ciências Humanas da Universidade (SÉRIE DOCUMENTOS, Nº 5, 2011, p. 99-101). São muitas as contribuições que as pesquisas e projetos desenvolvidos nestas áreas nas últimas nessas quatro décadas, desde a criação do MA/UFG. Com o intuito de ressaltar os projetos desenvolvidos pelo MA/UFG, listamos, na Quadro 01, projetos de pesquisas e extensão, vinculados a estas três áreas e responsáveis pela produção e difusão do conhecimento científico no MA/UFG.

Quadro 05: Lista dos projetos desenvolvidos pelo MA/UFG

Projeto	Ano
A cultura indígena através da fotografia	-
Anhanguera de arqueologia de Goiás- UFG/USP	1970- 1985
Arte rupestre e tecno-tipologia lítica	1982
Avá-canoeiro: uma proposta de educação vitalização da língua e cultura	2001
Bacia do Paranã	1975-1982
Bonecas Karajá: arte, memória e identidade indígena no Araguaia	2008-2011
Curadoria de acervo etnográfico e programa de agente multiplicador	1983
Projeto “Colóquios linguísticos do Museu Antropológico”	2005
Projeto com endosso institucional do MA: Diagnostico arqueológico (Rute Pontim)	2006-2009
Projeto de educação indígena etnolinguística	1995
Projeto de educação indígena para o Estado do Tocantins	1991
Projeto de extensão “Radio teatro - o resgate de uma forma de arte e comunicação	2002
Projeto de extensão “Série violência em manchete”	2002
Projeto de extensão “Sociedades indígenas: subsídios didáticos”	-
Projeto de extensão e cultura “Integração da Universidade com o ensino fundamental ação museológica/ educação e comunicação”	-
Projeto de extensão e cultura “Práticas artísticas - culturais no Museu Antropológico: subsídios para a integração Museu/ Escola”	-
Projeto de extensão e cultura “Aprendizado, socialização e cidadania de crianças Terena: Interfaces entre a educação familiar e comunitária e educação escolar”	-
Projeto de pesquisa: “Diálogos interculturais: Interlocução entre o Museu Antropológico e professores Terena”	-
Projeto de pesquisa e extensão-Sítio escola Guará”	1992
Projeto de salvamento arqueológico “Arqueologia na sub-bacia do Rio Verde: Pequenas centrais hidroelétricas Taboca e Estrela”	2010
Projeto de salvamento arqueológico de Serra da Mesa	-
Projeto de educação básica - Museu Antropológico/ Escola Estadual Olga Ansur/ Colégio de Aplicação	1982-1983
Projeto “Estudo, organização e montagem da exposição sobre o brinquedo popular arraia”	1983-1985
Projeto “Formação dos professores indígenas do estado do Tocantins”	1998
Projeto “Formação cultural”	1985
Projeto “Fundo de quintal”	1986

Projeto “Higienização e acondicionamento do acervo Edwald Jansen”	2002
Projeto “Museu Antropológico: Atuação na nova Universidade”	1986
Projeto “Museu Antropológico/ cultura popular e arte educação”	1988
Projeto “Museu Antropológico da UFG: História e perspectivas”	1986
Projeto Ofayé	2002-2006
Projeto Tapuia de etnologia regional	1981- 1985
Projeto de extensão/ MA “5ª Semana Nacional de Museus- Museus e Patrimônio Universal”	2007

Fonte: Arquivo Científico do MA/UFG. Elaborada pela autora, 2018

Quando buscamos uma compreensão que justifique que o MA/UFG surge para além do lugar de guarda das primeiras coleções etnográficas, e que, ao longo da sua história, permanece como o museu universitário considerado uma ferramenta a serviço da divulgação científica, a atitude é de atribuir valores que superam a denotação que os museus carregam, qual seja, a de serem simplesmente um lugar que guardar coisas e de apenas representar aspectos da cultura dos grupos indígenas.

Porém, desde a criação do MA/UFG, a instituição tem desenvolvido diálogos interétnicos, o que possibilitou a visibilidade da cultura dos grupos indígenas da região. Para a socióloga Nei Clara de Lima (2012):

As pesquisas realizadas por antropólogos, linguistas, arqueólogos, historiadores e outros estudiosos vinculados ao Museu se faziam acompanhar de coleta de objetos e de estudos de cultura material de grupos étnicos da região. O que impulsionava esses estudos era uma noção de preservação que exigia considerar índios e todas as modalidades de tipos sertanejos como fadados ao desaparecimento. Ou seja, por estarem ideologicamente situados num tempo passado (ou por representarem um passado de atraso e de isolamento), tornavam-se invisíveis no tempo presente, mesmo que frequentassem as dependências do Museu, subsidiando pesquisas de documentação de coleções e vendendo seus objetos, ou fossem informantes em projetos de pesquisa realizados em suas aldeias (LIMA, 2012, p. 74).

Por um lado, a construção das relações iniciais do MA/UFG e os grupos indígenas estavam relacionadas com as ideias da antropologia da época, tendo em vista que os estudos se baseavam nas discussões dispostas pelos pesquisadores referência do século XIX e dos anos iniciais do século XX. Ainda assim, as

pesquisas e estudos contribuíram para a disseminação do conhecimento, pois, segundo a autora, passou-se a ter uma produção significativa sobre a alteridade dos povos da região Centro-Oeste do Brasil. Desse modo, nota-se que as pesquisas iniciais estiveram vinculadas à Antropologia de viés culturalista.

Efetiva-se, assim, observando a trajetória do MA/UFG, o papel de uma instituição museológica ligada a Universidade, no que tange ao cumprimento do tripé ensino, pesquisa e extensão, no qual a Universidade Pública no Brasil se sustenta. Neste sentido, conforme a edição especial do jornal UFG de 6 de janeiro de 1998, o “Museu enfatiza a difusão do conhecimento”.

Ilustração 08: Jornal-Museu enfatiza a difusão do conhecimento, 1998



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/UFG, 2018

Em nota, a edição do jornal disposto acima situa o leitor quanto ao trabalho e projetos de pesquisa desenvolvidos pelo MA/UFG nos anos de 1994 a 1998, dando relevância às linhas de pesquisa de arqueologia e etnologia regional. Projetos esses que tiveram como proposta a difusão de amostras, exposições, painéis e confecções de CD-ROM's (suporte de memórias e mídias tecnológicas da época).

Devido a esses apontamentos no jornal, evidencia-se a comunicação *lato sensu* na trajetória do MA/UFG, no que se trata da difusão dos estudos sobre os povos indígenas, o que, de alguma maneira, contribuiu para a problematização de narrativas históricas sobre os primeiros habitantes da região. Contudo, além de pesquisar as identidades regionais, o MA/UFG se dedica também às questões de pesquisas científicas e técnicas. Para Lima (2012), o MA/UFG se desdobrou para a:

Intensificação da pesquisa etnográfica com povos indígenas, da produção de laudos antropológicos de demarcação de terras indígenas e da militância nos movimentos que demandam direitos indígenas, o debate sobre a construção simbólica da região tem contribuído para alterar significativamente o olhar sobre os índios. No lugar da invisibilidade tem prevalecido o entendimento de que eles são contemporâneos do nosso tempo (com direito a essa figura de redundância). Nesse debate, os Karajá, os Krahô, os Avá, os Kaiowá, os Terena e os Apinajé, entre outros – e não apenas objetos representativos de suas culturas singulares –, vieram para a cena capitaneada pela Antropologia como interlocutores e protagonistas de questões educacionais, territoriais, patrimoniais, de saúde coletiva etc (LIMA, 2012, p. 75).

Se, por um lado, o MA/UFG acolheu e estimulou a pesquisa e projetos das áreas da Antropologia, Linguística e de cultura material de grupos indígenas, nos seus momentos iniciais, como citado na (Quadro 01), ele também apoiou e colaborou com o exercício para alavancar questões de militância, direitos humanos e educacionais indígenas dispostas no século XX.

Particularizar determinadas ações, conectoras das ações desenvolvidas pelo MA/UFG, decorre da compreensão obtida durante o desenvolvimento da pesquisa no arquivo científico da instituição. As demais ações que competem ao que chamamos de comunicação serão citadas como fatos contribuintes que proporcionaram a visibilidade e difusão dos povos indígenas do Cerrado a partir da competência de uma instituição museológica universitária.

Devido a sua contribuição, fincada nos tripé que sustenta a universidade, em 1991 o MA/UFG estabeleceu parcerias com a FUNAI, UFG e com o recém-criado Estado do Tocantins, tendo em vista o desenvolvimento do projeto de formação de professores indígenas. Com a emancipação do mais novo Estado brasileiro, em 1988, a maioria dos indígenas da região norte do Estado de Goiás passou a fazer parte do Estado do Tocantins. Assim, obrigatoriamente, o mesmo deveria se responsabilizar pelos povos indígenas do território. Deste modo, no dia 19 de Abril de 1991, oito caciques procuraram o Governador Moisés Avelino, em exercício na época, para solicitar que o Estado se responsabilizasse pelo desenvolvimento de ações de assistência e promoção da saúde, educação e autossustentação, além do meio ambiente e proteção das comunidades indígenas localizadas na região.

Ilustração 09: Jornal-Projeto da UFG forma professor indígena no Tocantins



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/ UFG. Foto: Darlen Rodrigues, 2018

Conforme a nota do jornal da UFG de maio de 1995, Ilustração 09, o convênio estabelecido entre a FUNAI, UFG e a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins garantia princípios e distinção de socialização da língua e da cultura de cada grupo indígena. Com efeito, o projeto em questão deveria propiciar o “fortalecimento e a revitalização da identidade cultural e a perpetuação da memória e da língua de cada tribo através da escrita” (JORNAL DA UFG, 1995, p. 06). Percebe-se que tal nota remete ao diagnóstico sociolinguístico, a formação de professores indígenas e a elaboração de materiais didáticos.

O projeto “Educação Indígena para o Estado do Tocantins”⁴⁵ se baseava e se assegurava nos direitos básicos da Constituição Brasileira de 1988, naqueles princípios que contemplavam os grupos minoritários étnicos quanto ao direito à educação escolar indígena no Brasil. As ações do projeto se centralizavam na formação dos professores, que, para Rosani Leitão, tem por objetivo “romper com a prática que historicamente se empenhava em integrar os grupos indígenas à chamada 'comunhão nacional'” (LEITÃO, 1997, p. 66). Nesse primeiro momento, do projeto Educação Indígena para o Estado do Tocantins, as professoras Lúcia Braggio, Edna Luísa de Melo Taveira e Lydia Poleck, ligadas ao MA/UFG, foram

45 Projeto Educação Indígena para o Estado do Tocantins, coordenado por Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, nos anos de 1991-1992.

responsáveis por priorizar a formação de professores indígenas para o primeiro grau.

No âmbito do projeto de formação dos professores indígenas, foram elaborados materiais didáticos que permitiam refletir sobre a cultura dos grupos indígenas, materiais esses a serem utilizados nas suas escolas.

Ilustração 10: Coleção textos indígenas, 1994



Fonte: Acervo particular. Foto: Darlen Rodrigues, 2018

Os livros didáticos “Receitas Krahó e Apinajé, Adornos e Pintura Corporal Karajá e a Cobra da área Xerente” são frutos do projeto “Educação Indígena para o Estado do Tocantins”. Enfim, o projeto se desenvolveu com a intenção de evidenciar e perpetuar a cultura e o modo de ser dos indígenas, com vistas à autonomia, ao conhecimento e à autossustentação dos mesmos. Ao longo do curso de formação, os indígenas visitaram o Zoológico, o Museu Antropológico/UFG e o Cegraf-UFG, momento no qual acompanharam os primeiros textos e ilustrações dos materiais didáticos produzidos pelos próprios indígenas. De acordo com Leitão (1997, p. 66), “a aquisição da escrita pelas sociedades indígenas deve ocorrer de forma que ela adquira significados e função à comunidade”.

Além da contribuição dos professores da UFG ligados ao MA/UFG ao desenvolvimento do projeto “Educação Indígena para o Estado do Tocantins”, constata-se que, no decorrer da II etapa do curso, foi proposta e elaborada a

exposição itinerante “Uma oportunidade a mais para se falar do índio”, a ser apresentada ao público da cidade de Gurupi-TO, em dezembro de 1991.

Ilustração 11: Exposição itinerante mostra cultura dos grupos, 1995



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/ UFG, 2018

A exposição foi uma oportunidade de falar sobre o patrimônio representativo das culturas indígenas envolvidas no projeto. Neste sentido, de acordo com os pressupostos de Cabral e Rangel (2008), para a concepção da ação educativa em forma de curadoria, deve se pensar 'como? Por quê? Para quem?' se dirige a proposta. Assim, a exposição “Uma oportunidade a mais para se falar do índio” corresponde a esta dinâmica e foi elaborada com a curadoria dos próprios indígenas e alunos do projeto de educação. O acervo componente foi selecionado e organizado pelos indígenas, e o roteiro sugerido abordou temas como: subsistência, divisão de trabalho, festas, cerimônias e etc.

Ilustração 12: Coleta e registro de material para exposição, 20/11/1991



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/UFG, 2018

Os objetos componentes da exposição foram trazidos da aldeia de origem de cada professor indígena. A participação dos indígenas foi importante para que ocorresse o registro e a documentação dos artefatos de acordo com o tipo, uso, origem étnica e geográfica. A Ilustração 12 é uma foto tirada na cidade de Gurupitô, e evidencia a coleta e o registro de material para a exposição, apresentados por um professor indígena às profs. Lydia Poleck e Neusa Harue. Naturalmente, com a curadoria dos professores indígenas, a exposição alcançou seus objetivos.

Conforme a nota do jornal da UFG de maio de 1995:

Na exposição de Gurupi foram programadas visitas para as escolas. Passaram pela mostra 456 pessoas, entre professores e alunos da rede de 1º grau, da cidade e do interior. Durante cada visita os professores indígenas orientaram os alunos e, partindo disso, a exposição funcionou também como material didático para os próprios professores. “A mostra permitiu que, em algumas disciplinas do curso de professores indígenas, fossem discutidos aspectos da cultura material presente na amostra ou assuntos ligados a objetos existentes na aldeia que não figuraram na exposição” (JORNAL DA UFG, 1995, p. 08).

Desse modo, o esforço conjunto do MA/UFG e dos professores indígenas contribuiu para promover e valorizar a produção cultural indígena, bem como a

perpetuação e o conhecimento cultural dos grupos indígenas representados pelos acervos da cultura material que compôs a exposição, o que possibilitou comparações. Para Lydia Polleck, os programas de educação indígena oportunizam aos indígenas mostrar quem realmente eles são, “no caso do Tocantins temos aprendido muito com eles, eles são vivos, capazes, inteligentes, a produção é interessantíssima, a vontade de lutar pela manutenção da língua e da sua cultura é evidente” (FACOMB/UFG, 1997, 6' 02mm).

Ao longo da história do MA/UFG, foram desenvolvidos inúmeros projetos que evidenciaram a cultura dos grupos indígenas e que também contribuíram para a aproximação e difusão de saberes dos povos. Neste aspecto, nos últimos anos, ocorreu maior aproximação com os povos indígenas *Iny-Karajá*, pois, segundo Lima (2012), essas “pesquisas com o povo Karajá inauguram o que considero os primeiros movimentos no sentido de formar coleções baseadas na pesquisa etnográfica que, desde então, tem marcado a política de aquisição de acervo do Museu” (p. 72). Um dos últimos projetos substanciais desenvolvido por grupos de pesquisadores ligados ao MA/UFG é denominado “Bonecas Karajá: arte, memória e identidade indígena no Araguaia”⁴⁶, entre os anos de 2008 a 2011.

Para sua execução, foram feitas viagens às aldeias Buridina e Santa Isabel do Morro, com o objetivo de apresentar a proposta às autoridades locais. Nas ocasiões, foi apresentada a proposta do projeto e o pedido de registro do ofício e dos modos de fazer da boneca Karajá. Segundo o dossiê desenvolvido pela equipe do projeto, o trabalho de “campo foi concentrado na observação e registro dos modos de fazer a boneca e outras manifestações relevantes da vida coletiva Karajá, observada predominantemente em relação ao ofício das ceramistas” (LEITÃO; LIMA; LIMA FILHO; CAMARGO, 2011, p. 06).

Constatou-se, durante o desenvolvimento do projeto, que a prática de confeccionar boneca de cerâmica tem sido retomada em caráter artesanal tradicional, ação que se caracteriza como importante instrumento de revitalização étnica, afinal, “as esculturas de cerâmica são uma representação cultural e artística

46 Projeto proposto pelo Museu antropológico da Universidade Federal, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN).

do povo Karajá, dos valores e aspectos identitários de sua sociedade, dada a variedade de temas e cenas, modeladas pelas ceramistas” (RESENDE, 2014, p. 29). Em consequência do trabalho das ceramistas, valores tradicionais são recuperados, além de gerar autossustentação econômica satisfatória e necessária às comunidades.

O projeto rendeu resultados importantes no que diz respeito à difusão das pesquisas e dos saberes indígenas. Exemplo disso são o dossiê e o vídeo dos registros das técnicas de modos de fazer a boneca de cerâmica, além da dissertações de Michele Nogueira de Resende e outros pesquisadores envolvidos. O material audiovisual traz uma descrição minuciosa dos métodos de confecção da boneca, da aquisição da matéria-prima e do contexto social e simbólico da cultura *Iny-Karajá*, ao rememorar a tradição desde os tempos antigos até o estabelecimento das relações com os não indígenas.

Contudo, a junção das relações entre comunicação *lato sensu* e comunicação *stricto sensu*, no que tange à comunicação museológica do MA/UFG, caminhou lado a lado dos projetos e pesquisas de cunho científico e social para a disseminação da alteridade atribuída aos indígenas e a sua cultura.

CAPÍTULO IV

DIÁLOGOS, DIFUSÃO E EXPOSIÇÕES NO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG

4 DIÁLOGOS, DIFUSÃO E EXPOSIÇÕES NO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG

4.1. AÇÕES CONTEMPORÂNEAS E EXTENSÃO NO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG

O século XX foi perceptível por acontecimentos e fatos que marcaram a nossa história, desde guerras, conflitos, movimentos políticos e culturais. Na área dos museus, diálogos e discussões importantes foram tomadas. Nas últimas décadas, o olhar do museu tem sido impulsionado no sentido de ampliar e redefinir o seu papel social na relação entre as coleções, o homem (público) e o seu patrimônio. As discussões levantadas, após algumas convenções do Conselho Internacional de Museus (ICOM), deliberaram, em 1958, no Rio de Janeiro (Brasil), sobre a função social das instituições.

Em 1972, em Santiago (Chile), também foi escrita e aprovada a declaração sobre o papel social do museu na América Latina e para a Nova Museologia. Durante a realização da mesa-redonda, que resultou no documento intitulado *A declaração de Santiago 1972*⁴⁷ (Chile), os conferencistas apresentaram soluções para a integração do museu à sociedade, “desta maneira, consideraram que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade” (BRASIL, 2009, p. 101).

Em seguida, outro documento importante, *A declaração do Quebec 1984*⁴⁸ (Canadá), começa estabelecendo a relação entre o movimento da Nova Museologia e a Mesa Redonda de Santiago do Chile, destacando a importância da afirmação da função social do museu. Em Quebec, 1984, a declaração estabelece princípios básicos para a Nova Museologia e reforça que a Museologia tem o papel contemporâneo de tentar integrar todos os meios de desenvolvimento às suas

47 Declaração de Santiago, Chile, 1972: a mesa-redonda desse fórum produziu importante documento que ainda hoje, passados quarenta anos, baliza a atividade museológica. Nele foi introduzido o conceito de Museu Integral, que deve levar em consideração a totalidade dos problemas da sociedade e destina-se a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural (BRASIL, 2009, p. 16-17).

48 Declaração de Quebec, Canadá, 1984: nesse evento manteve-se a ideia de museu e patrimônio como um instrumento a serviço do desenvolvimento humano, conforme proposto anteriormente na Declaração de Santiago. A partir dele, foi criado, em 1985, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Minom) (BRASIL, 2009, p. 17).

funções tradicionais, a fim de atingir o objetivo de integrar as populações mais diversas, tendo em vista sua ação voltada para a interdisciplinaridade.

Segundo Duarte Cândido (2003), “a Nova Museologia é uma filosofia guiada pelo sentido de dessacralizar os museus e de socialização através do envolvimento das populações ou comunidades” (BARBUY *apud* DUARTE CÂNDIDO, 2003, p. 165). A autora também entende, em consonância com outros autores, que o movimento propiciaria um alargamento de horizontes epistemológicos com as mesmas preocupações da Museologia.

Duas décadas após a declaração de Santiago, em 1992, A declaração de Caracas⁴⁹ foi elaborada para dar continuidade às reflexões anteriores sobre a missão do Museu na contemporaneidade. A convenção de Caracas “reuniu um seleto grupo de personalidades vinculadas a funções diretivas em museus de diversos países latino-americanos, que refletiu sobre a missão atual do museu, como um dos principais agentes do desenvolvimento integral da região” (BRASIL, 2009, p. 17). Algumas dessas personalidades⁵⁰ eram do Brasil e colaboraram com essas discussões, que, ao longo do tempo, vem sendo aplicadas aos Museus.

A Declaração de Caracas buscou discutir aspectos peculiares, pensando no século XXI, entre os quais se destacam os seguintes temas:

- Museu e comunicação;
- Museu e patrimônio;
- Museu e liderança;
- Museu e gestão;
- Museu e recursos humanos.

Tais temas, discutidos na Convenção de Caracas em 1992, tinham o caráter de atualizar os conceitos e o compromisso adquiridos na convenção de Santiago em 1972, no qual o Museu “deve constituir-se em instrumento eficaz para o fortalecimento da identidade cultural de nossos povos, e para seu conhecimento

49 Declaração de Caracas, Venezuela, 1992: essa declaração procurou atualizar os conceitos do documento de Santiago e estabeleceu que os museus não são apenas fontes de informação ou instrumentos a serviço da educação, mas devem se constituir em espaços e meios de comunicação, servindo de interação entre a sociedade e os processos e produtos culturais (BRASIL, 2009, p. 17).

50 Maria de Lourdes Parreiras Horta esteve na convenção de Caracas em 1992.

mútuo, – fundamento da integração - [...]” (BRASIL, 2009, p. 117). Assim, de acordo com o descrito na Declaração de Caracas, o Museu deve, além de definir a sua missão, aplicar claramente a sua função.

De fato, pensar o Museu hoje é um desafio, pois, no que tange a comunicação em museus, segundo o documento produzido na Convenção:

[...] é fundamentalmente, um processo de comunicação que explica e orienta as atividades específicas do Museu, tais como a coleção, conservação e exibição do patrimônio cultural e natural. Isto significa que os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interação da comunidade com o processo e com os produtos culturais (BRASIL, 2009, p. 117).

Nesse sentido, as considerações da Convenção quanto a comunicação em museus devem ser contínuas e permanentes, o que, ao longo de processo de formação, estabelece uma relação interativa entre o emissor e o receptor. Ou seja, a comunicação em museus não é um processo unilateral ou unidirecional. Pois, o subsídios de ambas as partes “contribui para o desenvolvimento e o enriquecimento mútuo, e evita a possibilidade de manipulação ou imposição de valores e sistemas de qualquer tipo” (BRASIL, 2009, p. 118-119).

Sob a influência das Declarações de 1972, 1984 e 1992, instituições museológicas passaram a atuar pensando em como corresponder às diretrizes estabelecidas, através de conceitos, orientações e recomendações feitas pelo ICOM nas convenções. Para Alice Duarte (2013, p.109), as discussões prosseguiram “depois com a sistematização dos princípios do movimento, afirmando a necessidade de ampliar as tradicionais atribuições do museu e de integrar as populações nas suas ações”.

Neste sentido, ao longo do século XX, o MA/UFG desenvolveu, junto à comunidade, reflexões e diálogos, fortalecendo o seu papel social. Importante destacar alguns acontecimentos promovidos pelo MA/UFG, entre elas estão o I Encontro Nacional de Museus Universitários; Um dia com o índio Kraô; Curso de Especialização em Etnolinguística; Curso de Especialização em Antropologia Social; Curso de Especialização “Estudo da cultura material e museus”; e cursos de

aprimoramento em: “Ação cultural e educativa de museus e prática da cidadania”, “Museu e Arqueologia uma contribuição à Educação”, entre outros.

Assim, ao longo da trajetória do MA/UFG, inúmeras ações foram estabelecidas tendo em vista a contribuição para a comunidade interna e externa da Universidade. Ações que, de alguma maneira, se constituem pelo viés de uma instituição que se sustenta sob o tripé ensino, pesquisa e extensão. Alguns dos cursos desenvolvidos pelo MA/UFG estão listados na quadro 06, a maioria deles estão calcados em áreas e departamentos específicas, existentes no museu no século XX, ainda permanecem na atualidade. Para esse estudo, serão citados alguns projetos que se caracterizaram pela contribuição do MA/UFG quanto a difusão e a visibilidade dos estudos referentes aos povos indígenas.

Nos anos 1980, projetos vinculados a Linguística foram desenvolvidos com o objetivo de integrar a sociedade. Os cursos de Especialização em Etnolinguística, Especialização em Antropologia Social, Especialização em Estudo da cultura material e museus foram desenvolvidos por um grupo de professores ligados ao ICHL-UFG, a partir dos quais foram realizados importantes trabalhos de caráter interdisciplinar, integrados aos acervos e pesquisas do Museu.

Ilustração 13: Jornal - A história do homem do Centro-Oeste, 1986/1989

Página 28 - Jornal da Universidade - UFG

RELATÓRIO 1986/89

MEMÓRIA

A história do homem do Centro-Oeste

Um verdadeiro centro de estudos e pesquisas multidisciplinares. Isto é hoje o Museu Antropológico da UFG, que desenvolve trabalhos nas áreas de etnografia regional, arqueologia histórica e pré-histórica, linguística antropológica, ação museológica e educação básica. Em Santa Cruz de Goiás, por exemplo, o Museu desenvolve três projetos. Em conjunto com o Instituto de Ciências Humanas e Letras, o Museu oferece cursos de Especialização em Antropologia Social e Etnolinguística, ambos com 360 horas/aula. E ministra também cursos de especialização em Arqueologia e em Estudo da Cultura Material e Museus.

A USP também participa, com financiamento do CNPq e FAPESP. O objetivo é realizar a análise espacial em todos os seus níveis, visando à compreensão de sistemas e processos culturais dos povos pré-colônias do Sudeste de Mato Grosso.

Desde 1987, o Museu Antropológico desenvolve, também em Santa Cruz de Goiás, o Projeto Tapuia de Etnologia Regional, que tem três etapas principais: a) diagnóstico, b) documentação, descrição e análise da língua portuguesa em Santa Cruz em seus aspectos fonético, fonológico, gramatical, semântico e pragmático; e c) pesquisa etno-sociolinguística da linguagem oral e escrita.

Em 88, foi iniciado, ainda em Santa Cruz, o Projeto Cultura Popular Arte-Educação. Aqui trabalham os setores de Etnolinguística, Museologia e Ação Educativa. Os objetivos são conhecer e documentar os elementos de tradição cultural do município e descobrir o que significam, a partir de critérios internos à situações observadas.

A língua Kraôh está sendo estudada pelo Museu Antropológico da UFG desde 1986. Em dois projetos desenvolvidos junto com o Instituto de Ciências Humanas e Letras e, um deles, também com a Superintendência de Assuntos Indígenas do Estado de Goiás, o Museu faz a descrição e a análise do léxico e dos sistemas fon-

itinerante "Tradição e Criatividade Entre os Índios Karajá: o Desenho", que participa do circuito nacional.

Além dos cursos de Especialização, o Museu promoveu, em 1988, o curso de atualização sobre Documentação Museológica, ministrado pelo professor Aécio de Oliveira, da Fundação Joaquim Nabuco, de Recife (PE), e o curso Sociedades Indígenas-Cultura Material e Língua, ministrado pela professora Edna Lúcia de Melo Taveira. Neste mesmo ano, foram realizadas duas palestras: "Novas Descobertas Arqueológicas na Baía de São Lourenço", proferida pela professora Irnhild Wast, e "Planejamento e Poder a Experiência de um Município Rural Americano com a Construção de Grandes Usinas de Energia", com a professora Caroline Tauxe, PhD da Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA.

A exposição sobre a cultura dos índios Karajá não foi a única montada pelo Museu. Em 1988, foram também realizadas as exposições "Cinquenta Anos de Casa Grande & Senzala", organizada pela Fundação Joaquim Nabuco; "Dia do Índio", juntamente com o Museu Zoroastrio Artiga e o Museu de Arte Contemporânea, ambos da Secretaria Estadual de Cultura; e "Aspectos de Manifestações sobre o Acidente Radioativo de Goiânia", organizada pelos alunos do curso de Especialização em Cultura Material e Museus, sob a coordenação da professora Lourdes Novais Rogo, presidente do Conselho Brasileiro da ICOM.

Em 88 e 89, o Museu foi representado em 10 encontros nacionais e internacionais, entre eles a 10ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia em março de 88; o 13º Encontro de Estudos Rurais e Urbanos, em maio de 88 na Universidade de São Paulo; o II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa, em setembro de 89, em Matra, Portugal; e o Encontro da Direção com especialistas em Roma, também em setembro de 89, para revisar o planejamento de museus.



Máscara Karajá

Um estudo comparativo das línguas de família Jê foi iniciado em 1988. Neste mesmo ano, o Museu começou a Análise e Descrição da Língua Karajá como subsídio para a elaboração de textos em Karajá visando um processo educacional. O Instituto de Ciências Humanas e Letras participa deste trabalho e também da tentativa, iniciada em 86, de se fazer uma documentação de Coleções Etnográficas-Índios Karajá, que teve apoio do CNPq até 87 e conta, hoje, com recursos do Minc/SNM.

O Museu começou em 1987 um Projeto Preliminar de Educação Indígena para o Estado de Goiás que conta com a colaboração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e da Superintendência Estadual do Índio.

Fonte: Acervo do Museu Antropológico/ UFG, 2018

Conforme material publicado no jornal da Universidade em 1986, uma das atribuições legadas ao MA/UFG é de ser “um verdadeiro centro de estudos e pesquisas multidisciplinares”(JORNAL DA UFG, 1986-1989, p. 28). Percebe-se, na nota, que a noção de centro de pesquisa é remetida semelhantemente ao caráter inicial que os museus tinham antes da conjuntura que os atrelou as universidades, que os aproximavam dos antigos Gabinetes de Curiosidades. Para além do *sensu* comum, o entendimento sobre o museu ultrapassa a noção de simples guarda de memórias, pois ele também é o espaço de produção científica e de ensino. Para ir além, a Declaração de Caracas, 1992, estabelece atribuições importantes, uma vez que pensa o museu como um instrumento no processo de educação permanente ao indivíduo. Assim, as ações do museu podem contribuir para o desenvolvimento da inteligência e capacidades crítica e cognitiva dos indivíduos/públicos. Quando se trata de comunidade e grupos envolvidos com o museu, há contribuições, pensando o desenvolvimento econômico e social, que fortalecem identidades, a consciência crítica e a autoestima, além de melhorar a qualidade de vida individual e coletiva.

Pensar o museu além do senso comum, é reconhecer as atribuições sociais, científicas e as suas muitas potencialidades. Durante anos o MA/UFG desenvolveu inúmeros projetos, cursos de capacitação, dada a importância dos mesmos, e contribuiu para a difusão e abordagem sobre estudos relativos as diversas comunidades que compõem o Centro-Oeste. Além disso, desenvolveu cursos de especialização ofertados pelos professores da Universidade ligados MA/UFG e as outras Universidades como USP e UFBA, os mesmos tiveram amplitude nacional, reconhecidos e regulamentados pela Resolução 012, do Conselho Federal de Educação, com carga horária de 360 horas, o que propiciou grande visibilidade ao MA/UFG, por cumprir o seu papel social de socialização do conhecimento.

Quadro 06: Lista de cursos promovidos pelo MA/UFG

Curso	Ano
A perspectiva processual para museus: o ponto de vista da Museologia (Cristina Bruno).	1997
Ação cultural e educativa de museus e prática da cidadania (Maria Célia).	1995
Arqueologia histórica industrial	1991

Curso de aperfeiçoamento em métodos e técnicas arqueológicas	-
Curso de arquivo	1996
A etnolinguística, estado atual, contribuição da etnografia.	1984-1985
Abordagens metodológicas	-
Curso de atualização em Antropologia e Sociologia das populações negras do Brasil	-
Curso de Ciências Sociais: Etnologia Geral	1981
Curso de Especialização em Antropologia Social	1985-1986
Curso de Especialização em Antropologia Social: Métodos e técnicas de abordagem em Etnologia regional	1985
Curso de Especialização em Arqueologia	1975
Curso de Especialização em Arqueologia: Estudo de recursos metodológicos e técnicas interdisciplinares aplicada a arqueologia”	1986
Curso de Especialização em Arqueologia pré-histórica brasileira”	1980
Curso de Especialização “Estudo da cultura material e museus”	1988
Curso de Especialização em Etnolinguística	1986
Curso de Especialização em Museologia	2000-2001
Curso de Extensão “Tipologia Cerâmica” (Projeto Anhanguera de Arqueologia de Goiás)	1982
Curso de Extensão e Cultura (Conservação e Restauo de Arquivos)	2007
Curso de Extensão e Cultura (Patrimônio cultural e Educação)	2007
Curso de Extensão e Cultura (Etnografia em Arquivos)	2007
Curso de Extensão e Cultura (Práticas Sociais e Coleccionismo: Identidade e Documentação de Coleções)	2007
Curso de Treinamento de pessoal de instituições de caráter museológicos (Aécio de Oliveira)	1983
Documentação e Museus (Rosana Andrade)	1995
Documentação museológica (Aécio de Oliveira)	1988
Índios da América do Sul-Áreas Etnográficas (Júlio Melatti)	1993
Curso intensivo de Linguística Indígena	1990
Introdução a História da Arte (Adelmo Café)	1992
Museu e Arqueologia-uma contribuição à Educação (Cristiana Bruno)	1995
Treinamento museológico (Aécio de Oliveira)	1993
Minicurso “Arqueologia e História em Colômbia” (Sofia Boletto)	1992

Fonte: Arquivo Científico MA/UFG. Elaborada pela autora, 2018

4.1.1 I Encontro Nacional de Museus Universitários

Na trajetória do MA/UFG, momentos de reflexão e diálogos vão ao encontro do que foi discutido no Seminário "A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios", de 1992. Poderia dizer que as ações executadas neste evento foram oportunas para a época e para o futuro da instituição.

Desse modo, neste tópico serão apresentadas discussões pontuais do I Encontro de Museus Universitários do Brasil, que, para o campo dos museus, foi significativo, e contou com a participação de personalidades importantes da área da Museologia brasileira, o que evidencia a necessidade de expor e analisar as mesas e discussões estabelecidas ao longo do evento.

Assim, o MA/UFG promoveu o I Encontro Nacional de Museus Universitários em Goiânia, realizado no Jôquei Club da cidade, entre os dias 26 a 30 de Junho de 1992. O encontro contou com a presença de personalidades como Magali Cabral, Edna Taveira, Regina Marcia Moura Tavares, Hermam Crespo Toral, Ana Mae Barbosa, Maria Célia Moura Santos, Maria Cristina de Oliveira, Tereza Scheiner e Tércisio Tárborde. As suas falas propiciaram discussões sobre o papel e as contribuições dos museus para a educação em suas dependências, pensando na educação patrimonial e arte-educação⁵¹.

O I Encontro Nacional de Museus Universitários, "Museu Universitário Hoje," primeiro encontro nacional promovido pela UFG e Sinesu-Mec, além do apoio do CNPQ e PUC-Campinas, contou com a participação de representantes de dezenove (19) estados de vinte e nove (29) universidades; entre elas, trinta (30) diretores e coordenadores de museus universitários, vinte (20) de outros museus, vinte e seis (26) professores e trinta (30) museólogos e técnicos; também compareceram ao seminário estudantes, historiadores, geólogos, administradores, pesquisadores e representantes das áreas culturais, totalizando em média 154 pessoas. O seminário teve como coordenadora geral a professora Regina Marcia Moura Tavares, do centro de cultura e arte da PUC-Campinas, e como coordenadora local a professora Edna Luiza de Mello Taveira, do Museu Antropológico/UFG.

51 É o ensino educativo sobre a arte, a oportunidade pode levar o indivíduo a desenvolver e utilizar a arte como linguagem, ampliando o conhecimento.

Na oportunidade, o objetivo geral do Seminário foi o de constituir um fórum de debates e reflexões sobre a realidade institucional dos museus universitários brasileiros e suas articulações com as áreas de ensino e pesquisa. Assim como também envolver os diversos seguimentos da sociedade, afim de subsidiar e sugerir políticas museológicas responsáveis por responder aos desafios e questionamentos da atualidade.

A palestra de abertura⁵² retornou às discussões anteriores promovidas pelo ICOM⁵³, e foi intitulada “Missão dos museus na América Latina: novos mundos”, ministrada por Hermam Crespo Toral, na época coordenador de cultura da Unesco, América Latina e Caribe. Durante o seminário foram discutidos temas diversos, subdivididos em painéis, comunicações e apresentações de trabalhos em grupos, considerando as temáticas. Os painéis trataram de quatro temáticas: “O museu na estrutura da universidade: acertos e erros”, “Ação museológica, educação e comunicação”, “Pesquisa no Museus” e “Administração e Museus”.

O primeiro teve o seguinte tema: “o museu na estrutura da universidade: acertos e erros”, coordenado por Tarcísio Taborda, que introduziu uma reflexão que, somente em 1981, no Congresso de Museus em Petrópolis-RJ, aflorou, qual seja, a preocupação quanto aos museus universitários. Devido a essa reflexão, se pressupõe que somente no final do século XX se iniciaram as discussões atuais sobre o papel no museu universitário no Brasil. Contudo, rompendo com as dificuldades e com as dissociações sobre o caráter do museu, pois durante anos o museu esteve associado somente ao lugar que guardava coisas antigas, e ainda há um longo caminho a percorrer.

O segundo painel refletiu sobre a ação museológica, educação e comunicação⁵⁴, e apontou a característica de que os museus universitários do passado admitiam o público apenas como um mal necessário, isso após a reflexão sobre o fato de que alguns museus não ficavam abertos diariamente, somente recebem o público com agendamento; e aos que ficavam abertos se dedicariam a receber apenas o público universitário para visitaçõas coleções. Analisando por

52 Palestra de abertura realizada no Jôquei Clube de Goiânia.

53 A Missão do Museu no mundo contemporâneo, que resultou na Declaração de Caracas 1992.

54 O segundo painel ministrado por Tereza Scheimer (UniRio) e Maria Célia Moura Santos (UFBA).

esse ângulo, a MA/UFG ultrapassou os limites entre esse perfil de museu universitário brasileiro, uma das características observadas na instituição ao longo dos anos, foi a de sempre atrelar pesquisa e divulgação, cursos, palestras, oficinas, entre outras ações junto a sociedade. Para Bruno (2006):

No que diz respeito ao campo de projeção, surgem, cada vez mais, novas estratégias para dar visibilidade às instituições e novos desafios para a sustentabilidade deste complexo universo de salvaguarda e comunicação patrimoniais. Discute-se muito, também, a função social dos processos de musealização e como eles podem se transformar em um marco de desenvolvimento (BRUNO, 2006, p.17).

As discussões pontuais no I encontro de museus universitários foram significativas para refletir sobre o desenvolvimento de ação educativo-cultural nas instituições, ou seja, pensar a comunicação e o desenvolvimento de ações a cada perfil de público e difundir o conhecimento adquirido.

Os componentes do segundo painel apontaram a iniciativa do I Encontro Nacional de Museus Universitários como louvável, por se tratar de um momento único para a época e pelas circunstâncias que as universidades vivenciavam, tendo em vista os problemas que os museus universitários enfrentavam⁵⁵. Com isso, a fala da professora Maria Célia Santos, durante a exposição do segundo painel, destacou o compromisso que o museu deveria ter na prática da ação museológica, com uma ação educativa e de comunicação preocupada com o compromisso social que ultrapassasse o domínio da teoria e que, realmente, estivesse comprometida com salvaguarda e a perpetuação da herança cultural/natural.

Para Maria Célia Santos, “o nosso grande desafio foi torná-los realidade, comprometendo-nos com as suas aplicações, dispostos a avaliá-los e enriquecê-los, pois, se transferirmos a responsabilidade somente para os governantes, cairemos em contradição” (SANTOS, 2014, p. 100).

O terceiro painel trouxe para o Seminário reflexões e indagações sobre as pesquisas nos museus⁵⁶, e os apontamentos levantados durante a exposição evidenciam a preocupação dos museus universitários quanto a tentativa de cumprir os três pilares que sustentam a Universidade, ensino, pesquisa e extensão; através

55 Exemplo disso é a falta de subsídios financeiros e o *déficit* de profissionais técnicos.

56 O terceiro painel foi ministrado por Maria Cristina Bruno (USP).

da prestação de serviço à comunidade, o que, na atualidade, chamamos de extensão universitária.

Dessa forma, podemos considerar alguns parâmetros definidores e delimitadores deste campo essencial, sempre amparados pela perspectiva de produção de conhecimento e pela vocação preservacionista. Entendemos que todas as operações museológicas – direta ou indiretamente – devem consolidar bases de pesquisa, com vistas à produção de novos conhecimentos, organização de estudos técnicos e valorização de saberes tradicionais (BRUNO, 2006, p. 17)

Em 1992 os apontamentos levantados pelo terceiro painel destacaram que, por mais que os museus ligados as universidades se proponham a desenvolver atividades que abranjam os três pilares acima citados, poucos tinham possibilidades reais de sucesso, pois lhes faltavam estruturas, instalações e equipamentos, sendo assim, poucos conseguiram ter representatividade ao alcance da sociedade.

O quarto painel⁵⁷ trouxe para o seminário reflexões sobre a importância de definições de políticas culturais no museu, tendo o posicionamento de Ana Mae Barbosa⁵⁸ a seguinte argumentação: 'que a política cultural do museu tende (sic) dá substrato a política administrativa da instituição'.

Contudo, o I Encontro de Museus Universitários de 1992 trouxe algumas considerações importantes, tais como: os museus universitários são órgãos necessários ao ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista a relevância do seu papel e as políticas que a universidade pode adotar; os museus universitários apresentam peculiaridades, como favorecer e criar condições para que a universidade exerça, na plenitude de sua autonomia, papel crítico e de cidadania. Segundo Santos (2014, p. 105), “um dos principais desafios que temos de enfrentar, é o de ser sujeito ativo na construção de uma universidade plural, comprometida com o desenvolvimento social, que lida, cotidianamente com questões epistemológicas de um novo modelo de ciência”.

Além disso, foi considerada, no I Encontro Nacional de Museus Universitários, a pesquisa interdisciplinar desenvolvida nos museus, que deve ser entendida em

57 O quarto painel foi ministrado por Ana Mae Barbosa (USP).

58 Ana Mae Barbosa foi professora pioneira em estudo sobre arte-educação no Brasil. Como pesquisadora, contribuiu com estudos sobre público e arte-educação em museus.

dois níveis: primeiro, a vinculada a temática do museu, que é geradora de conhecimento e cultura; segundo, a pesquisa museológica, que é submetida as normas e parâmetros da Museologia na organização do acervo, preservação, documentação e comunicação.

Por fim, o museu universitário, tendo que conviver e operar com diferentes paradigmas, buscava elaborar projetos inovadores, articulados à produção crítica do conhecimento, integrados a ações criativas de mudança, tentando alargar as bases do compromisso social da Universidade, tendo em vista o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Ilustração 14: Abertura do I Encontro Nacional de Museus Universitários, 1992



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/ UFG. Foto: Ângela Maciel, 1992

Ilustração 15: Jornal- Encontro discute os museus universitários, 1992



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/ UFG, 2018

4.1.2 Um dia com o índio Kraô

Entre vários momentos e eventos importantes da trajetória do MA/UFG, o "Um dia com o Índio Kraô", que aconteceu em 19 de fevereiro de 1992, foi uma oportunidade/tentativa positiva de o museu cumprir o seu papel social junto à sociedade. Esse momento foi mediado pelos alunos⁵⁹ do curso de Ciências Sociais da UFG e resultou de casualidade e solidariedade por parte desses alunos e do MA/UFG, mas, infelizmente, há somente um vídeo de registro⁶⁰ desse dia com o índio Kraô.

Quando se escreve que o momento foi de casualidade e solidariedade, se remete a circunstância do ocorrido, o que propiciou a aproximação dos Kraô com o MA/UFG. Em fevereiro de 1992 esses indígenas Kraô estiveram em Goiânia, para tratamento de saúde nos hospitais da cidade, no entanto, a Casa do Índio, lugar de acolhida para os grupos indígenas, estava fechada. Com isso, os indígenas passaram a ficar pelas ruas, próximos à referida Casa, e, por iniciativa dos alunos

59 Entre os alunos mediadores esteve Rosani Leitão e Jean Paraiso.

60 A produção do vídeo é da Divisão de Intercambio Cultural e Ação Educativa do Museu Antropológico/UFG.

Rosani e Jean⁶¹, e cooperação do Reitor da Universidade, Ricardo Freua Bufáical (*in memoriam*), foi feito o convite aos Kraó para que passassem o dia nas dependências do MA/UFG, inclusive com a oferta de alimentos, como peixes, água e etc.

Ilustração 16: Assando Peixe - Kraô, 1992



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/ UFG. Foto: Autor desconhecido, 1992

Assim, os Kraô passaram o dia nas dependências do museu, onde puderam comercializar objetos da sua cultura, como colares, bolsas, entre outros. Além disso, apresentaram a sua cultura, o que pode ser interpretado como uma tentativa de aproximação e posicionamento quanto à função social que o museu deve desempenhar.

Durante a Mesa Redonda de Caracas (1992)⁶², com o tema "A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios", a intenção era discutir a realidade dos museus da América Latina, contudo, cada país e sociedade latino-americana tem uma realidade impar e singular, e isso ficou evidente nas discussões.

Pensar na realidade dos museus na A.L. demanda o exercício de olhar todo o entorno, pois são diferentes as realidades sociais que abrigam os museus, e, em 1992, com esta vivência estabelecida com os Kraô, os envolvidos experienciaram

61 Rosani Leitão e Jean Paraiso

62 No desenvolvimento deste evento foram tratados numerosos aspectos, alguns dos quais foram analisados com especial ênfase, visto que durante as sessões, ficou evidenciada a singular relevância de sua relação com o desempenho dos museus, que são: Museus e Comunicação, Museus e Gestão, Museus e Liderança, Museus e Recursos Humanos e, finalmente, Museus e Patrimônio (BRASIL, 2009, 118).

um exemplo claro do quão que o amplo e desafiador é o papel do museu. Naquele momento, em 1992, a realidade do MA/UFG se deparava com a circunstância vivenciada pelos Kraô, abandonados pelo poder público e sem apoio e acolhida do lugar reservado a eles, e que, muitas vezes, os recebiam quando necessitava ter tratamentos médicos e/ou questões jurídicas.

O grupo indígena Kraô pertence ao tronco linguístico⁶³ Macro-Jê, da família Jê, e compõe o povo Timbira. Segundo informações do *site* do Instituto Socioambiental (ISA), existem 2.992 indivíduos, localizados no Estado do Tocantins, na Terra Indígena Kraolândia, nos municípios de Goiantins e Itacajá. Os Kraô se autodenominam *Mehin* e, no século XIX, se estimava a existência de três a quatro mil indivíduos, número que em 1852 caiu para 620 indivíduos, devido às epidemias que assolaram o povo entre 1849 e 1850. Ao longo da história do grupo indígena Kraô, o número da população oscilou, como demonstram dois grandes estudos: “em 1930 Curt Nimuendajú estimou a existência de 400 indivíduos, assim, em 1962-1963 Júlio Cezar Mellati estimou a existência de 564 indivíduos” (ISA, 2018). Somente nas últimas décadas do século XX pesquisas desenvolvidas sobre o grupo indígena Kraô asseguram o aumento do número de indivíduos para 2 mil. Em sua organização social, os Kraô desenvolvem práticas rituais, assim como os demais grupos étnicos brasileiros.

Na oportunidade do 'Um dia com o Índio Krahô', mulheres e homens da etnia puderam apresentar um pouco da sua cultura, como já foi dito. Para Cucho (1999, p. 45), “cada cultura é dotada de um 'estilo' particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas desta maneira”. Este estilo e/ou 'espírito' é próprio de cada cultura, que influencia no comportamento dos indivíduos membros de um grupo ou comunidade.

No dia em que os Kraô estiveram no museu eles puderam mostrar um pouca da sua cultura, como ilustrado nas imagens, os homens adentraram o museu como se estivessem adentrando numa aldeia, a representatividade da ritualidade de visitação a outra aldeia foi expressada naquele dia.

63 As línguas indígenas no Brasil, por sua vez, há dois grandes troncos –Tupi e Macro– Jê - e 19 famílias linguísticas que não apresentam graus de semelhanças suficientes para que possam ser agrupadas em troncos (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018, s/p).

Ilustração 17: Índios tocando instrumentos musicais - Kraô, 1992

Fonte: Acervo do Museu Antropológico/ UFG. Foto: Autor desconhecido, 1992

Tocaram músicas no pátio do MA e no auditório do Instituto de Artes da UFG, localizado, na época, na Praça Universitária. Para os Kraô, a música é vocal e os instrumentos servem como acompanhamento, como observa Melatti: “A música kraô é antes de tudo vocal. Nenhum instrumento é utilizado, a não ser para acompanhar o canto” (1982, p. 02). Nesse sentido, na Ilustração 16 os homens Kraô tocam instrumentos sonoros, como *Pëdwö*, uma buzina feita de um gomo de taboca que se encaixa numa cabaça alongada; o *Kukonré* é uma cabacinha, com três orifícios; e o *Piriakhë* é um pequeno cone lavrado a partir de um pedaço de casca de cajazeira oco.

Sabemos que os instrumentos de sopro são usados em situações diversas, e não apenas durante os rituais Kraô. Segundo Mellati, “esses instrumentos de sopro também são usados em situações em que não se entoam cânticos, como, por exemplo, quando os membros de uma aldeia convidada se aproximam da aldeia anfitriã e nela entram” (1982, s/d).

A cena de chegada dos Kraô ao MA/UFG transmite a impressão de que se sentiram bem recebidos no dia 19 de fevereiro de 1992, pois adentraram as

dependências do mesmo entoando os instrumentos sonoros de sua cultura. Além dos instrumentos citados anteriormente, os indígenas Kraô apresentaram outros, como o Xy (Cinto)⁶⁴, que são usados em momentos de corrida com a tora ou de canto. Entre os Kraô existe uma organização social que lhes permitem atuarem como cantores⁶⁵, contudo, neste dia no MA as mulheres também tiveram oportunidade de mostrar e apresentar o seus talentos com os cânticos Kraô.

Para Júlio César Melatti, que desenvolveu pesquisas entre os Kraô, as mulheres que se destacam como cantoras “são chamadas de *hõkrepoi* e usam uma faixa tecida em algodão, como um talabarte, passada sobre o ombro direito e sob o braço esquerdo, denominada *hahĩ!*” (MELATTI, 1982, p. 07). Por sua vez, as mulheres Kraô que estiveram no 'Um dia com o índio Kraô' puderam apresentar um pouco da cultura para a comunidade que ali estava.

Ilustração 18: Exposição de material Indígena-Kraó, 1992



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/ UFG. Foto: Autor desconhecido, 1992

Quando se observa iniciativas como essas, que envolvem instituições museológicas em um tempo em que as políticas sobre as referências tradicionais e o

64 Trata-se de um cinto tecido em algodão, de onde pendem fios guarnecidos com sementes de tiririca, terminados em pontas de cabaça, como se fossem pequenos sinos sem badalo, e que chocalham, batendo uns nos outros ao menor movimento; é usado na cintura, quando o indivíduo corre com toras; abaixo do joelho direito, quando canta de pé; ou é batido com a mão no chão, quando canta sentado. (MELATTI, 1982, p. 03)

65 Geralmente cada aldeia kraô tem vários indivíduos conhecidos como cantores. Nem todos eles, porém, dominam todos os tipos de cânticos. O nome indígena para qualquer cantor do sexo masculino parece ser *ĩkrére*. Dentre os cantores da aldeia um se destaca por ser o diretor dos ritos; no passado era conhecido pelo termo *mekhrãkairerexó*, ou então *ĩkrerekati*; hoje é chamado de padre (adaptação da palavra “padre”, do português) (MELATTI, 1982, p. 07).

reconhecimento das mesmas eram simplesmente estanques, a sensação é de encantamento. Este é um exemplo de que o MA/UFG, em sua trajetória, buscou se relacionar com as comunidades, interna e externa à Universidade.

Por fim, “Um dia com índio Kraô” foi de solidariedade e de oportunidade, no que tange à reflexão sobre o papel do Museu na América Latina, como discutido na Mesa de Caracas, em 1992. Pensando a questão socioeconômico dos Kraô, apresentada naqueles dias, além de socializar e apresentar um pouco da sua cultura, oportunizou a comercialização do artesanato desenvolvido pela comunidade, que, no contexto rural, seria trocado por alimentos. Entretanto, na realidade urbana (cidade) no espaço do MA/UFG, cedido a eles devido a uma necessidade, já que estavam andarilhando pelas ruas, puderam expor um pouco da sua cultura e comercializar o artesanato.

O que chamamos de artesanato, por sua vez, tem uma representatividade importante no cotidiano dos diferentes grupos indígenas, além de enaltecer signos do passado e da origem comum de cada um. Para Katia Santos e Rafael Silva (2016, p. 40), “se por um lado o artesanato permanece com função utilitária no cotidiano da vida dos Krahô, por outro se mantém como importante componente nos rituais do grupo”. A estética dos objetos é diferente, exemplo disso são instrumentos com desenho e cores, que os embelezam. Para Melatti, é digno de nota que, na vida cotidiana, “os craôs mantêm seus instrumentos sonoros limitados às suas peças essenciais ou apenas discretamente adornados. Quando destinam um desses instrumentos à venda, então lhe aplicam uma decoração excessiva” (MELATTI, 1982, p. 05). Deste modo, vemos que os objetos se tornam exclusivos e artísticos, não cumprindo mais a função de utensílios, para quem compra não é funcional, pois se ressignifica e obtém o caráter de 'obra artística'.

Ilustração 19: Índia de cocaras-Kraô, 1992



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/ UFG. Foto: Autor desconhecido, 1992

Entretanto, existe uma diferença de sentido de apropriação para os objetos de ornamento, como colares e brincos indígenas. Geralmente, quando se compra brincos e colares de miçangas, são utilizados como enfeites. A confecção desses adornos tem importância econômica e social até os dias de hoje, pois, “os colares de miçangas são signos de beleza e sedução” (MARINHO, 2016, p. 66). Na Ilustração 18, vemos uma mulher Kraô confeccionando colares para ser vendido no 'Um dia com o Índio Kraô'.

Contudo, a iniciativa de adicionar esse tópico de relato sobre o 'Um dia com o índio Kraô', na dissertação, é justamente para expor e levar a conhecimento dos leitores exemplos de relações de aproximação com os grupos indígenas que o MA/UFG propiciou alguns anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Declaração de Caracas, que discutiu o papel do museu da América Latina e sua missão. O texto contido na Declaração de Caracas expressa a mudança e o momento crucial do continente. Havia preocupação quanto às questões econômicas, pobreza e cultura, e, devido a isso, na Declaração são pontuadas afirmações que reforçam que o “museu tem uma missão transcendental a cumprir hoje na América

Latina. Deve constituir-se em instrumento eficaz para o fortalecimento da identidade cultural de nossos povos [...]” (BRASIL, 2009, p. 117).

4.1.3 Espaços de diálogos: Semana Internacional de Museus e Primavera de Museus

No dia 18 de maio se comemora o Dia Internacional de Museus, iniciativa do Comitê Internacional de Museus-ICOM⁶⁶. Antes mesmo da criação do Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM⁶⁷, havia, no âmbito internacional, a promoção do Dia Internacional de Museus, tomado como a ocasião anual de sensibilizar a sociedade para a importância dos museus.

Com o comprometimento de sensibilizar a sociedade quanto ao seu papel, o MA/UFG, durante esses anos, abraçou a data como oportunidade de divulgar e aproximar a comunidade. Nos anos iniciais, a organização dos Dia Internacional de Museus não deliberava temas específicos, assim, os museus promoviam temáticas que lhes interessassem.

Em 1993, o MA/UFG comemorou o Dia internacional de Museus e promoveu o tema 'Museus e Nações Indígenas', contudo, não há muitas informações relativas as atividades desenvolvidas nos dias 18 e 19 de maio de 1993, mas se tem conhecimento de uma programação com exposições, palestras e mesas redondas. A iniciativa da organização partiu do MA/UFG e contou com o apoio do MAE/USP e do Núcleo de Coordenação e Apoio às Iniciativas Culturais (Nucaic) UFG⁶⁸.

66 Em 1977, o ICOM cria o Dia Internacional de Museus.

67 O Instituto Brasileiro de Museus é criado por autarquia federal pela Lei Nº 11.906 de Janeiro de 2009.

68 O Nucaic foi integrado à Pró-reitoria de Extensão e Cultura no reitorado da professora Milca Severino.

Ilustração 20: Painel- Dia Internacional de Museus, 1993



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/ UFG. Foto: Darlen Rodrigues, 2017

Do mesmo modo que no século passado, houveram importantes discussões e reflexões sobre o papel do museus e o desenvolvimento de ações de promoção a memória e a cultura regional. O MA/UFG, em consonância com as demandas atuais, pertinentes ao campo da Museologia, tem, na medida do possível, participado das edições da Semana de Museus e Primavera de Museus promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus. É de grande importância pontuar que, ao longo das edições da Semana de museus e Primavera de Museus⁶⁹, aconteceram edições ligadas à temática indígena, e as que não tinham ligação direta com este tema, o museu abraçou da mesma maneira, procurando cumprir o seu papel junto a sociedade goiana.

Para o IBRAM⁷⁰, essas ações e programas têm os seguintes objetivos: promover, divulgar e valorizar os museus brasileiros; aumentar o público visitante e intensificar a relação dos museus com a sociedade (IBRAM, 2018)⁷¹. Em suma, é um desafio e uma conquista consolidar essas ações, que são discussões remotas das Mesa-Redonda do Rio de Janeiro (1954), Santiago do Chile (1972) e a de Caracas, organizada pela UNESCO/ICOM. Embora as temáticas das mesas sejam diferentes, a essência das discussões se manteve, ou seja, buscam instituir definições e

69 No ano de 2018 a Semana de Museus completa a sua 16ª edição e a Primavera de Museus fará a 12ª edição.

70 O Ibram é um desejo antigo que gradualmente vai se realizando. Assim como os museus, ele suscita sonhos, abriga a nossa humanidade e nos projeta no futuro, sem que, com isso, se perca o pé do presente. Os museus e a museologia no Brasil estão mesmo em movimento, estão na dança e em mudança e, por isso, estão enfrentando e superando desafios, alcançando e ressignificando objetivos (NASCIMENTO JÚNIOR; CHAGAS, 2010, p. 54).

71 Texto retirado do site do IBRAM. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/primavera-dos-museus/>> Acesso em: Abril de 2017.

perspectivas para o século XXI que norteiem os rumos quanto ao papel do museu para as sociedades.

Ilustração 21: Oficina - Mala Arqueológica. 13º Semana de Museus, 2015



Fonte: REM-Goiás, 2015

Ilustração 22: Material de divulgação digital. 9ª Primavera de Museus, 2015



Fonte: IBRAM

Para o museu, é um desafio se comprometer com o desenvolvimento das ações junto a sociedade. Assim, algumas das experiências e discussões relativas a cultura indígena foram apresentadas na 13^o Semana de Museus de 2015⁷², numa programação conjunta com o Seminário da Rede de Educadores em Museus de Goiás (REM-GO)⁷³, no qual foram desenvolvidas ações educativas, visitas a exposição de longa duração 'Lavras e Louvores', a exposição de curta duração '45 anos do Museu Antropológico', além de palestras, mesas redondas e oficinas.

A oficina desenvolvida para socializar o público com a material pedagógico, denominado Mala Arqueológica, foi elaborada pelos estagiários do Laboratório de Arqueologia (Labarq). A ação e discussão da oficina esteve pautada na cultura e no conhecimento das sociedades pré-colombianas, e foram apresentadas ferramentas líticas do acervo arqueológico da coleção Iluska Simonsen. Na Ilustração 20, estagiários do Labarq apresentaram à comunidade, interna e externa da UFG, o material e objetos que compõem a mala.

No mesmo ano, o tema Museus e memórias indígenas, da 9^a Primavera de Museus-2015, foi arraigado com discussões e ações que consolidam o papel dos museus quanto às ações que vêm se desenvolvendo durante esses anos. A programação da 9^a Primavera de Museus, no MA/UFG⁷⁴, buscou consolidar a discussão com o debate do filme "Índio Cidadão", que se debruça sobre a luta das nações indígenas para conquistar e manter os direitos garantidos pela Lei; momento que contou com depoimentos de ativistas e importantes lideranças.

Além disso, a programação seguiu com a oficina: Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural; Mesa-redonda: Os Karajá e a trajetória do Museu Antropológico da UFG: a busca de um saber compartilhado; Mesa-redonda 'Memórias e transmissão do saber/fazer *Ritxoko*: relatos de uma experiência de pesquisa do Museu Antropológico da UFG', quando foram apresentados relatos sobre a pesquisa e significados do registro das *Ritxoko* para as ceramistas, além dos resultados de pesquisas sobre temas do patrimônio relativos ao Povo *Iny-Karajá*.

72 Com o tema: Museus para uma sociedade sustentável.

73 REM-Goiás é uma associação aberta a trabalhadores de museus, estudantes, pesquisadores e professores interessados em refletir sobre o papel educativo dos museus.

74 A programação foi desenvolvida nos dias 22 a 25 de Setembro de 2015.

A realização de seminários, em conjunto com as programações da Semana de Museus e Primavera de Museus, tem sido uma oportunidade de divulgação e difusão dos projetos e ações que o MA/UFG desenvolve com os povos indígenas e com a comunidade interna da UFG. Desse modo, a 15ª Semana de Museus 2017⁷⁵ contou com parceria do Curso de Museologia da UFG, em consonância com o II Seminário Internacional e Intercultural de Museologia, que abordou o tema “Etnicidades”, em uma mesa-redonda⁷⁶ com debatedores indígenas mediados por professores do Curso de Museologia. Por fim, o público pode visitar a exposição 'Lavras e Louvores' mediada pelos técnicos da instituição.

4.2. VAMOS FALAR DE ÍNDIO? EXPOSIÇÕES ANTROPOLÓGICAS

É do senso comum o hábito condenável de não denominar as etnias indígenas brasileiras, e trata-las de maneira genérica como ‘índios’ ou ‘indígenas’. Ainda sofremos os efeitos do eurocentrismo, como alerta Ronald Rominelli (1996, p. 13), ao dizer que “a tradição europeia buscou em um passado remoto argumentos para consolidar essa relação pautada pela desigualdade”, por isso, é mais fácil homogeneizar os chamados ‘índios’⁷⁷. Assim, se naturaliza e se inferioriza a cultura de povos que são totalmente diversos uns dos outros. Ao longo da história perdemos a oportunidade rara de conhecer e entender os sentidos e significações simbólicas da cultura dos grupos indígenas ao adotar atos grotescos de desrespeito inferiorizando-os.

Por longo tempo, os estudos que envolviam questões indígenas se adequavam a antropologia brasileira, que buscava desvendar os mitos dos grupos que lhes interessavam. No século XIX, a fonte mantenedora dessas pesquisas eram os museus e institutos de pesquisas⁷⁸. O Museu Nacional, criado por D. João VI em

75 O tema da 15ª SM foi Museus e histórias controversas -dizer o indizível em museus nos dias 15 a 21 de maio de 2017.

76 Além da mesa-redonda sobre “Etnicidades”, aconteceu a mesa-redonda abordando o tema “sexualidade”.

77 A palavra índio tem sentido conotativo ideológico que visa inferiorizar os seres humanos. Trata-se de um termo usado por cristãos para desclassificar homens que não respondiam ortodoxamente à Igreja na Idade Média. Durante a colonização, as sociedades que habitavam o continente americano foram chamados de selvagens, canibais, primitivos, bárbaros, seres sem alma, entre outros adjetivos que foram dados a eles, aspectos ruins que ecoam até hoje.

78 A prática de colecionar artefatos representativos das diferentes culturas intensificou-se particularmente entre viajantes e naturalistas, num período em que o colecionismo implicava

1818, foi uma dessas instituições mantenedoras de pesquisas em nível nacional. Segundo Johnni Langer e Luiz F. Rankel (2014, p. 14):

A partir da década de 1870, ocorreu uma verdadeira proliferação de instituições de caráter científico na América Latina. Os museus, através de seus cientistas pesquisadores e exposições ao público, foram os locais de vulgarização das teorias evolucionistas em voga na Europa. Tais teorias foram adaptadas e tomaram formato específico no Brasil, no intuito de legitimar algumas especulações acerca da posição em que se encontravam índios, negros e mestiços na cadeia evolutiva do futuro de um país que, para ser civilizado, teria que lidar com os problemas das “raças” aqui presentes(LANGER; RANKEL, 2014, p. 14).

Algumas situações foram colocadas à prova, quanto aos discursos que procuravam se pautar nos equivocados ideais de ‘processo evolutivo dos indígenas brasileiros’. Afinal, no Brasil do final do século XIX e início do XX a preocupação primordial estava em caracterizar o país como ‘civilizado’, capaz de romper com o atraso civilizatório. No oitocentos havia inúmeras concepções pejorativas sobre os grupos indígenas, fincadas em teorias raciais e, por consequência, racistas, e as características dos indivíduos de determinados grupos despertavam ‘curiosidades e fascinação’. As referências encontradas estavam representadas nas revistas e relatórios científicos, entre eles os relatórios anuais do Museu Nacional.

Durante o século XIX, os indígenas brasileiros eram observados sob a ótica científicista da época, entretanto, impunham questões indispensáveis associadas às referências nacionais da cultura brasileira. Neste cenário, por iniciativa do Museu Nacional, em 1882, um evento científico denominado 'Exposição Antropológica de 1882' foi pensado e teve duração de três meses, no qual foram expostos, em oito salas, documentos, livros, artefatos, pinturas, ornamentos, entre outros objetos relativos a representação indígena do Brasil.

Além dos objetos de cultura material, na ocasião houve exibição humana, os indígenas apresentaram danças e músicas, também foram submetidos a testes de esforço físico para os curiosos e especialistas. Entre os fatos inusitados ocorridos na

recolher vestígios e testemunhos da botânica, da biologia e da cultura. Não por acaso os grandes museus etnográficos congregavam diferentes vertentes da ciência, sem distinção (ABREU, 2005, p.106).

exposição, um deles nos faz refletir sobre a bárbara impressão que tinham em relação aos indígenas, pois, a título de exemplificação, durante o evento indivíduos botocudos tiveram seus corpos moldados a gesso e papel machê e esculpido pelo artista Leon Després. Essas estátuas dos 'índio Zeferino e José' não se sabe com certeza a qual grupo pertencia, talvez Xavante ou Xerente do Rio Tocantins, além da estátua do 'índio Butocudo', esculpido pelo artista Cândido de Almeida Reis, podem ser encontradas na entrada da exposição na sala Etnologia Indígena Brasileira no Museu Nacional/UFRJ.

Para Michele Agostinho (2016, p. 01), “a exibição de pessoas para entretenimento e para fins de estudo não foi uma exclusividade do Museu Nacional. Essa prática remonta ao início do século XIX e se estendeu por mais de cem anos”. Ao longo dos séculos, diversos perfis de espetáculos se caracterizaram como atos de caráter ‘civilizatório’ e a favor dos interesses científicos e da hierarquia europeia, que classificavam indígenas e outras etnias africanas como inferiores ‘na escala evolutiva civilizatória’.

Todavia, o século XX proporcionou um novo perfil para as exposições com temáticas antropológicas. Após a Segunda Guerra Mundial, com os ensinamentos de Auschwitz e de outros holocaustos e perseguições a grupos étnicos e identitários distintos, foram incorporados aos museus discursos e posturas mais humanitárias e respeitadoras da diversidade. Para Gomes (2009, p. 34):

Somente a partir da segunda metade do século XX, com o desenvolvimento das Ciências Humanas e Sociais, é que haverá uma maior preocupação e sensibilização dos pesquisadores pelas questões e problemáticas enfrentadas pelos povos indígenas no Brasil hodierno. É justamente neste período que surge uma importante experiência que servirá como divisor de águas no tocante à forma de apresentar a história, a memória e as manifestações culturais dos povos nativos no Brasil.

Por consequência, houve a necessidade de colocar em evidência os discursos de salvaguarda dos bens culturais, assim como de respeito e reconhecimento da cultura de um povo. Assim, no contexto regional, a primeira exposição de caráter enaltecedor da cultura regional foi apresentada no I Congresso Nacional de Intelectuais, em 1954, promovida pela Escola Goiana de Belas Artes

(EGBA)⁷⁹. Na Exposição, organizada pelos artistas plásticos Nazareno Confaloni, Henning Gustav Ritter e Luiz Curado, norteados pelas utopias da modernidade, foram apresentadas aproximadamente 317 obras⁸⁰, entre pinturas, desenho e gravuras de artistas regionais e de outros estados, inclusive de artistas de outros países. Para dar o 'ar' regional e cultural ao evento, foram expostos objetos da cultura popular folclórica e da cultura indígena Karajá.

Neste sentido, a exposição tinha por interesse privilegiar a arte regional e a cultura Karajá, além de afirmar a importância da valorização da arte popular. Em síntese, o I Congresso Nacional de Intelectuais se baseou nas seguintes diretrizes: “I) - Defesa da cultura brasileira e estímulo ao seu desenvolvimento, preservando-se as suas características nacionais; II) - Intercâmbio cultural com todos os povos; III) - Problemas éticos e profissionais dos intelectuais” (MENESES, 1998, p. 45). Quanto os objetos expostos, não se tem informações de quais eram e nem de onde estão, se foram doados a alguma instituição ou devolvidas aos seus proprietários.

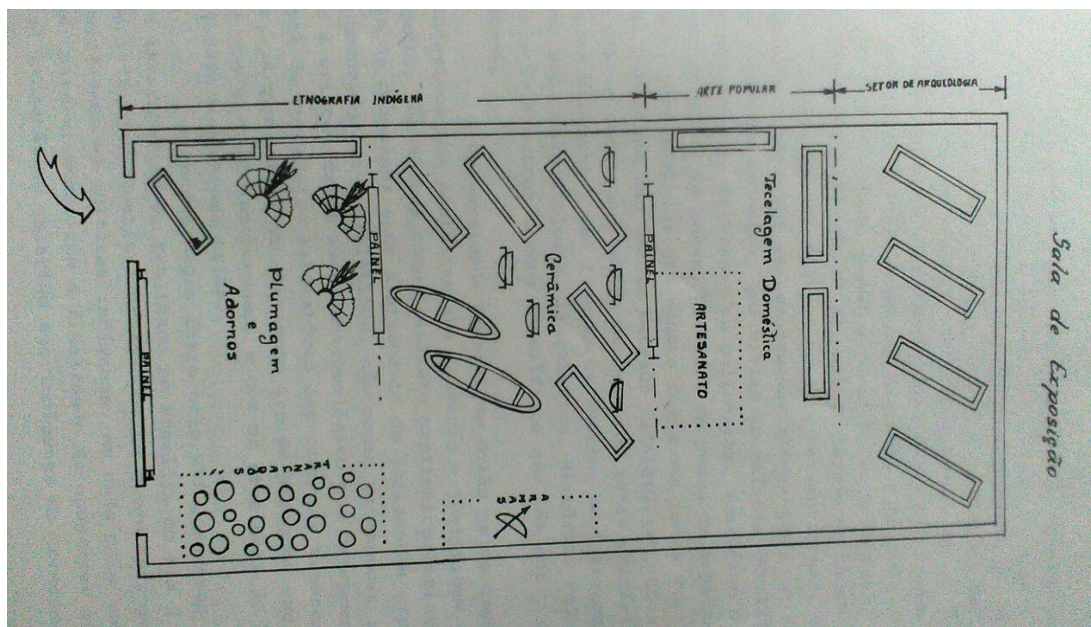
Quanto ao cenário do MA/UFG na difusão efetiva da cultura indígena a partir de suas exposições, o museu se comprometeu, em todos esses anos, a pluralizar a comunicação *stricto sensu* nas exposições, como se pode observar nas 'Exposições de antropologia 1978'; 'Arqueologia brasileira: o passado também devora'; e a exposição de longa duração 'Museu Expressão de vida'; entre outras.

Efetivamente, as exposições anteriormente organizadas pelo MA/UFG estiveram fincadas na difusão das pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores da universidade, ligados ao museu, que estavam dispostos a propor ações de valorização da cultural indígena regional. Uma característica dessas exposições era de valorizar o conhecimento da cultura, do passado e do presente, da vida cotidiana dos grupos indígenas. Segundo Oliveira (1978, p. 11), “o Museu possui milhares de peças em seu acervo [...] os objetos ligados ao artesanato indígena, às artes, à ciência e às tradições do centro-oeste”.

79 Criada em 1° de Dezembro de 1952.

80 Também foram expostas imagens de ex-votos (presentes dado pelo fiel ao seu santo de devoção em consagração) e dezessete imagens do escultor José Joaquim da Veiga Valle.

Ilustração 23: Desenho da Exposições de Antropologia



Fonte: Guia das exposições de antropologia 1978. Foto: Darlen Rodrigues, 2018

Ilustração 24: Exposições de Antropologia



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/ UFG. Foto: Cidarq, s/d

Sob essa condição, o professor Acary de Passos Oliveira elaborou um guia das exposições de antropologia, esclarecendo o público quanto às especificidades das seções expositivas de cerâmica, trançados, enfeites e adornos, armas, instrumentos musicais, objetos de uso doméstico e objetos de usos diversos e de representação dos grupos indígenas, em exibição na sala expositiva, como se pode observar na Ilustração 22.

A exposição era composta de cerâmica Karajá, Juruna e Waurá, que se diferenciam pela característica zoomórfica; Trançados: bolsa Krahô, berura Karajá, Berura, Kayabi, cesto Kamayurá, Borôro Txicão, Xavante, bolsa Xerente, Matipú e Tawarapiti; Enfeites e Adornos: Xinguanos, Awetí, Karajá, Apinajé e Xavante; Armas burduna Krahô, Xavante, Txicão, Txucarramae, propulsor Kuikurú, corroté Karajá e flechas: Instrumentos musicais; flauta de taquara xinguanos, apito Xerente, Xavante, buzina Krahô, tambor Borôro, apito Krahô, Chocalho Karajá e apito de osso Kayabi; Objetos de uso doméstico: machado Xinguanos, tear Txicão, rede Xinguanos, banco Kayabi, pente Kalapalo, ralo Xinguanos, pilão quebra côco Karajá, tear Karajá; Objetos de uso diversos: zunindor Xinguanos, sarjador Xinguanos, remo Karajá, Ubá Karajá, Canoa de casca de jatobá Xinguanos, anhangú Kuikuru, Jawarapiti. O referido guia da exposição é descritivo ao ponto de esclarecer ao visitante particularidades dos objetos e das respectivas etnias.

Acredita-se que nas primeiras exposições antropológicas/etnológicas o MA/UFG ainda não havia reconhecido e assumido o perfil expositivo contemporâneo que se espera de uma instituição como esta. Por outro lado, essas exposições tinham caráter educativo e de difusão do conhecimento sobre a cultura indígena, a partir da exposição dos acervos de representação da cultura material dos grupos.

O roteiro expositivo procurou representar a diversidade das culturas indígenas através dos objetos usados no cotidiano e nos rituais dos grupos, e os acervos em exposição pertencem as coleções do MA/UFG, resultado das coletas, doações e compras adquiridos durante as pesquisas desenvolvidas pelos professores da UFG com os povos indígenas.

Com o passar dos anos, diversas exposições foram elaboradas e organizadas pelo MA/UFG, havia a preocupação de dar retorno à sociedade, através dos

resultados das pesquisas. O museu pode ser entendido como o lugar de difusão, reflexão e de resistências sobre os povos indígenas do Cerrado. Contudo, Gomes (2009) amplia o discurso argumentando que:

O museu deve ser visto como um lugar dinâmico. Para além da preservação de memórias, acontece neste espaço a construção da diversidade étnica e da alteridade, tão necessárias à aceitação das diferenças. Infinitas são as atividades a serem desenvolvidas no espaço museal indígena: expressões ritualísticas, oficinas para reaprender e reinventar saberes aparentemente esquecidos, trabalhos com a história oral. (GOMES, 2009, p. 48).

Como se pode perceber, não há como delimitar o papel do museu a uma única característica. A amplitude de suas ações se expressam em intervenções que surgem em consonância com os pensamentos contemporâneos da Museologia, qual seja, o de consolidar o seu papel social e se aproximar das comunidades e culturas diversas, valorizando-as para que possam continuar existindo no presente e se ressignificando infinitamente no futuro.

A contribuição quanto à difusão dos projetos científicos desenvolvidos pelos pesquisadores do MA/UFG, paralelamente às pesquisas voltadas para a comunicação *stricto sensu* em torno das exposições de longa duração, curta duração e itinerante, tem fortalecido o tripé no qual a Universidade se sustenta (ensino, pesquisa e extensão). Para Santos (2014, p 93), “a participação, o envolvimento e o comprometimento dos atores sociais, quando se propõe a realização de projetos museológicos participativos: iniciativa e compromisso são fundamentais”. Assim os olhares e os pontuamentos são introduzidos fortalecendo ação, além de tornar as contribuições efetivas a sociedade.

Durante anos as exposições foram organizadas pelo setor de estudos e pesquisas em Museologia da instituição. A participação dos envolvidos foi fundamental para explorar os conteúdos, objetos e recursos expográficos, para que a mensagem alcance o receptor, contudo, os recursos denominados expográficos são variados, logo, “Textos, legendas, ilustrações, fotografias, cenários, mobiliário, sons, texturas, cheiros compõem um conjunto de elementos enriquecedor da experiência do público” (CURY, 2005, p. 460).

4.3. DE LÁ PRA CÁ, DE CÁ PRA LÁ: AS EXPERIMENTAÇÕES DAS EXPOSIÇÕES DE CURTA DURAÇÃO E DE LONGA DURAÇÃO

Na trajetória do MA/UFG aconteceram diversas exposições temáticas, e algumas com caráter informativo, educativo-cultural e científico, diferente de uma instituição artística, na qual o sentido está na apreciação da obra exclusivamente. O MA/UFG se comprometeu, desde a sua origem, a ser uma instituição ligada à pesquisa e a difusão do conhecimento sobre os grupos indígenas do Centro-oeste.

As experimentações conduzem o sentido do conhecimento conquistado nas pesquisas e expedições científicas dos professores da UFG ligados ao MA/UFG. Em algum momento da trajetória, entre idas e vindas das expedições, os conhecimentos, experiências, afetos, artefatos, entre outras equações e sentidos adquiridos ao longo dos anos, somaram para a estruturação da instituição. Por sua vez, as experimentações resultam na difusão de todo conhecimento devolvido ao público, o comprometimento da extensão junto aos grupos indígenas Kraô, Karajá, Xavante, entre outros.

O exercício da extensão universitária é o símbolo do comprometimento contemporâneo, pois, como instituição social, a Universidade se estabelece nas relações com a estrutura social⁸¹. Como estrutura social, a Universidade se conjectura no “contexto socioeconômico, político e cultural que circunscreve e evoluem, conjuntamente, em relações recíprocas e de maneira dialética” (SOUSA, 2000: p. 119).

Na tentativa de se aproximar dessa demanda social, a extensão universitária surge como mecanismo de integração. Em síntese, a extensão visa dar liberdade para se “aproximar da complexidade das situações sociais que interagem, esses grupos promovem projetos de caráter interdisciplinar” (THIOLLENT, 2000, p. 20 *apud* DINIZ, 2016, p. 28). Assim, as exposições de museus universitários recebem essa carga devido a estruturação institucional ligada a uma entidade de ensino, pesquisa e extensão.

Devido a essa estruturação, algumas das exposições se baseiam nos resultados das pesquisas científicas. Entre as exposições de longa duração,

81 A estrutura social diz respeito à forma como uma sociedade se organiza, a qual pode estar interligada com os indivíduos no comprometimento dos papéis sociais.

podemos citar ‘Arqueologia brasileira: o passado também devora’ e ‘Registro Arqueológico de Grafismo’; as Exposições temporárias, ‘Tradição e criatividade: O Desenho’, ‘Viver a vida Xavante’, ‘Espaço e moradia indígena’⁸² e ‘Museu: expressão de vida’.

O processo de idealização das exposições no MA/UFG envolveram várias experiências de vivência e intercâmbio de conhecimentos e tradições culturais. Assim, o reconhecimento foi apreendido de diversas maneiras.

Ilustração 25: Jornal: Museu não é depósito de coisas velhas, 1989



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/ UFG, 2018

Na Ilustração 24, a nota “Museu não é depósito de coisas velhas”, de 1989, destaca a importância do exercício do museu do MA/UFG nos primeiros vinte anos de sua criação. Para reflexão, deve se observar atentamente a nota especial do jornal da UFG (Ilustração 24), assim descrita: o “museu é colocado como um grande espelho, que reflete e reproduz o Homem: suas criações, sua história e tudo que envolve a cultura”.

A nota do jornal de 1989 destaca a importância do museu para a investigação científica sobre a cultura dos grupos indígenas, além de mostrar a relevância da prática museológica no tratamento dos acervos. Acrescenta-se à nota do jornal a importância do museu em resgatar aspectos da vida, como está representado na exposição “Museu: Expressão de Vida”.

82 Foi uma mostra na comemoração dos 25 anos do MA/UFG.

4.3.1 Exposições museológicas

As exposições museológicas se tornaram instrumentos de visibilidade das mais diversas culturas, de modo que “a exposição museológica potencializa a relação profunda entre o Homem e o Objeto no Cenário institucionalizado e no cenário expositivo” (CURY, 2005, p. 34). Os processos de musealização em museus tradicionais estão ligados a fontes primárias apreendidas na relação entre o homem e os objetos no museu, neste aspecto, observa-se que “a Museologia está voltada à experimentação, sistematização e teorização do conhecimento entorno da relação do homem com o objeto no cenário institucionalizado” (DUARTE CÂNDIDO, 2003, p.11).

Os processos de musealização, vistos como o eixo central da construção desta área de conhecimento, por um lado, contribuem para a seleção, triagem, organização e conservação da documentalidade, testemunhalidade e autenticidade impressa nos objetos musealizados. Por outro lado, constroem novos valores e significados para estes objetos, por meio da elaboração de exposições e ação educativo-cultural” (BRUNO, 1996, p. 26).

A atribuição dada ao objeto pela musealização é de caráter técnico e explora a cadeia operatória museológica, neste sentido, pode-se dizer que o objetivo final é atingir a sociedade. E tal processo ocorre em sinergia, para que tudo ocorra de maneira dinâmica. Entende-se que o processo de musealização se inicia pela seleção e aquisição, desenvolvendo uma série de ações sobre o objeto. “A função do museu é desenvolver atividades de musealização e de visualização” (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p. 23), e, com a musealização, os objetos são ressignificados, adquirem novos sentidos e interpretações. Desse modo, o museu, enquanto espaço dedicado a salvaguardar e comunicar o patrimônio cultural, necessita de diretrizes específicas para selecionar, gerenciar e comunicar o acervo.

Apesar da comunicação museológica ser uma denominação genérica das diversas formas do conhecimento no museu, para Cury (2005, p. 17), “em suma, em toda ação pública desenvolvida pelo museu há um caráter educativo, toda exposição educa e toda ação educativa se efetiva porque a comunicação se efetivou”.

Na opinião de Antônio Carvalho (1993, p. 233), “Um objeto exposto, uma vez mediatizado pela informação complementar anexa, pelo modo de apresentação e pelo critério de integração que lhe foi dado no conjunto, terá necessariamente o seu valor aumentado como fonte de conhecimento.”

Assim, as mais diversas exposições visam a interação entre mensagem expositiva e o receptor visitante. Quanto às categorias de exposições, o museu pode implantar diversas possibilidades de comunicação utilizando exposições temporais e sistemáticas. Todavia, as exposições devem operar mediante o progresso nas pesquisas, atentas à formação e ao perfil do público, e observando os temas sociais atuais. De modo geral, os museus elaboram exposições de longa duração e de acordo com sua ideologia. Do ponto de vista de Georges H. Riviére (2009, p. 334), “al lado de estas muestras permanentes, todo museo debe poder organizar periódicamente exposiciones temporales”.

Por outro lado, as categorias exposição de longa duração e de curta duração ocasionam interesses diversos. Em síntese, o olhar convencional para as exposições científicas em museu tradicional é que a exposição de longa duração está reservada aos especialistas e pesquisadores, enquanto a exposição de curta duração é pensada para professores. De acordo com Riviére (2009):

Tanto las exposiciones permanentes como las temporales, pueden revestir al menos tres formas diferentes, a las que convencionalmente se les da el nombre de pedagógicas, culturales y científicas, según se dirijan de manera privilegiada a los niños, al gran público o a los especialistas (RIVIÉRE, 2009, p. 359).

Ao admitir essas relações, o museu assume funções essenciais como instrumento de comunicação que visa “expor é comunicar com o(s) público(s). Ao realizar um espetáculo [...] a exposição é a função que permite ao museu realizar de modo específico a missão cultural e educativa” (NABAIS; CARVALHO, 1993, p. 137-138). Desse modo, independente do objetivo proposto em uma exposição, ela resulta em um meio de comunicação entre o museu e o público.

Nos tópicos seguintes serão apontadas as exposições de longa duração e curta duração que o MA/UFG elaborou com a temática indígena. Assim, as exposições escolhidas estão distribuídas em tópicos.

4.3.2. Exposição Museu: Expressão de Vida

Durante a investigação sobre a trajetória do MA/UFG, a comunicação *stricto sensu* esteve em pauta; para tanto, foram feitas coletas de informações no arquivo científico, material de divulgação e no *site* da instituição.

'Museu expressão de vida' foi uma exposição de longa duração que pretendeu comunicar à comunidade a importância do acervo representativo e a diversidade da cultura da sociedade do Centro-oeste. A exposição consolidava as atividades do projeto de reestruturação do MA/UFG, iniciada em 1982. Realizada nos anos iniciais de 1985 a 1990⁸³, foi abrigada no antigo prédio do museu, localizado no Lago das Rosas, e foi financiada pela Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), sob coordenação e montagem do Museólogo Aécio de Oliveira (*in memoriam*).

A exposição esteve aberta ao público no período de 19/09/1985 a 02/05/2003, e durante os anos que permaneceu aberta recebeu público visitante em torno de 62.630 pessoas. No período de 1990 a 1992 o museu passou por mudanças organizacionais e de gestão, quando a exposição foi fechada por alguns meses e reaberta em meados de 1992, na nova sede do MA/UFG, situado no antigo prédio da Faculdade de Farmácia, localizado na Praça Universitária, onde permanece até o momento atual. Sob direção da professora Edna Luísa de Melo Taveira, a exposição é montada e reaberta com adaptações e novas instalações arquitetônicas e de espaço. Em síntese a exposição passou por reestruturação e acréscimo de informações textuais, imagens e acervos, atendendo à assertiva de que “o museu busca as informações básicas sobre matéria prima, confecção e uso dos objetos, bem como o significado sociocultural -- o que é necessário para que se formem coleções exatas e coerentes” (CATÁLOGO MUSEU EXPRESSÃO DE VIDA, s/d, p. 27). Sem perder a característica e concepção da proposta original, a exposição foi elaborada em três circuitos:

- Circuito I: cultura indígena vista através da matéria-prima e técnica de confecção (Cerâmica, Trançado, Madeira, Plumária);

83 A exposição foi aberta ao público no dia 19/09/1985, e permaneceu aberta até 28/11/1990.

- Circuito II: objetos classificados em naturais e artificiais, assim denominados pela participação ou não participação do homem em sua seleção e elaboração – condição básica para o reconhecimento e análise dos vestígios deixados pelas populações em sítios arqueológicos (Arqueologia);
- Circuito III: desenvolvimento de um tema específico –Tecelagem artesanal-- observando-se em sua organização o processo técnico e o desempenho de artesã, em conexão com o significado social.

Sob a ótica da educação não-formal, a exposição se adequa utilizando o circuito como didática de ensino cultural, com apoio de recursos audiovisuais, para a compreensão da mensagem de maneira dinâmica. Os museus e suas exposições são lugares de educação não formal, pois, “se caracteriza e diferencia das experiências formais de educação, como aquelas desenvolvidas na escola, e das experiências informais, associadas ao âmbito familiar” (MARANDINO, 2008, p.12).

Contudo, no final da década de 1990, o museu passou por ocorrências que requereram mudanças. Nesse período, por volta de 1997, foram iniciadas novas discussões sobre a revitalização organizacional da instituição. Novas estratégias de comunicação foram tomadas, através de mini-cursos e oficinas⁸⁴ ministrados por especialistas da área da Museologia. Apesar de todo empenho, durante o período de 2000 a 2003 o museu passou por transições administrativas e dificuldades de recurso econômico, estrutural e de pessoal, por isso, em novembro de 2001, a exposição foi fechada novamente. Por fim, numa tentativa de dar continuidade ao atendimento em junho de 2002, voltou a receber público escolar e visitante.

A partir da articulação para a implantação de um novo projeto⁸⁵, uma nova exposição⁸⁶, em 02 de maio de 2003 a exposição foi definitivamente fechada e desmontada. Enquanto esteve aberta, a exposição 'Museu expressão de vida', do Museu Antropológico, cumpriu seu objetivo de mediar e divulgar a cultura dos povos,

84 Nesse período mini-cursos, oficinas, entre outras ações, foram ministradas pela Maria Cristina de Oliveira Bruno do MAE/USP.

85 Projeto “Ação Museológica: implantação de um novo sistema de comunicação museal para a exposição de longa duração do Museu Antropológico/UFG”, aprovado pela Fundação Vitae, que está financiando parte dos recursos destinados a nova concepção museológica.: a Exposição, intitulada 'Lavras e Louvores'.

86 O projeto passa a ser elaborada pela professora Edna Taveira e pelas técnicas Roseli de Fátima B. N. Barreto, e a conservadora Mônica Lima de Carvalho.

enquanto ser social que habita e estabelece conexões e visibilidades das mais diferentes formas de vida e subsistência da região Centro-oeste.

Porém, assim como qualquer instituição cultural, os problemas evidentes permeiam o apoio financeiro, por isso as exposições prolongam os anos de sua exibição.

4.3.3 Exposição Arqueologia Brasileira: o passado também devora

Assim como as demais escolhas esta se destacou por ser uma exposição temporária que se prolongou por mais de dois anos. Correspondendo a critérios educativo-culturais, a exposição recebeu um número de visitantes significativos e a temática correspondia à indígena.

Portanto, em 1999, foi aberto ao público a exposição temporária 'Arqueologia Brasileira: o passado também devora', com duração do dia 16/12/1999 a 11/02/2003, instalada na sala II de exposições do Museu Antropológico/UFG, totalizando aproximadamente 14.865 visitantes, entre público escolar e geral.

O Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, mantendo sua tradição de levar ao público informações cientificamente fundamentadas e organizadas, e atendendo à crescente demanda dos professores do ensino médio e fundamental, por fontes de informação que complementem o conteúdo dado em sala de aula, apresenta a Exposição "Arqueologia Brasileira: o passado também devora". Fruto de reflexão e pesquisa, a Exposição, elaborada sob coordenação da Arqueóloga Irmhild Wüst vem nos transmitir conhecimentos sobre nossos ancestrais brasileiros, mergulhando em um verdadeiro passeio pela vida e costumes desses povos (MUSEU ANTROPOLOGICO/UFG, 1999, s/p).

A proposta da exposição se consolidou por seu conteúdo ter encantado o público e ter proporcionado indagações sobre o passado dos povos que nos antecederam, pois, "quando as exposições são pensadas como meios de comunicação para o público [...], a conjuntura cultural influi diretamente na compreensão da mensagem" (GONÇALVES, 2004, p. 32). Indagações que não são saturadas na escola podem ser retomadas no museu, que passa a ser um dos instrumentos que permite contemplar a educação não formal. Além da exposição, foi elaborado um catálogo a ser utilizado na explanação sobre a temática da mesma

exposição, a publicação apresenta um pequeno curso introdutório de Arqueologia Brasileira.

A Exposição “Arqueologia Brasileira: o passado também devora”, é pois uma síntese museológica da pesquisa e ação educativa a que este Museu tem se dedicado desde sua fundação em 1969. O conhecimento aqui difundido resgata o passado e qualifica o presente, tornando a inevitável antropofagia que seu título sugere, num rico metabolismo de crescimento humano e de valorização da enorme diversidade cultural de que somos todos construídos e, às portas do ano 2.000 d.C., igualmente construtores (PUBLICAÇÃO DO MUSEU ANTROPOLOGICO DA UFG, 1999, p. 05).

Tais cuidados puderam ser observados na comunicação através da linguagem clara e objetiva. A temática oportuna possibilitou reflexões ao público, pois o Brasil estava próximo a completar 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil. A preocupação entorno da exposição e do público se condicionou a estudos sobre vários aspectos da arqueologia brasileira e da museografia. A museografia se aplica a “aspectos técnicos de instalação das coleções, climatologia, arquitetura do edifício, aspectos administrativos entre outros” (HERNANDEZ, 2001, p. 70. Tradução da autora).

Ilustração 26: Folder-Exposição
Arqueologia Brasileira: O passado também devora



Fonte: Acervo pessoal, 2018

A exposição, concebida pela professora Irmhild Wust, foi estruturada em 35 painéis de imagens, percorrendo um percurso expositivo com os seguintes roteiros: Apresentação; O que estuda a arqueologia; Métodos e técnicas da arqueologia; A ocupação humana do continente americano; Os primeiros habitantes do Brasil; A Arte rupestre; Os grupos pescadores/coletores do litoral; Os primeiros grupos ceramistas; O início da agricultura; Os grupos agricultores ceramistas do Brasil Central; Os Tupi da costa e as suas migrações; As culturas pré-coloniais da Amazônia; O contato com o europeu e com o africano; Arqueologia histórica.

4.3.4 Exposição tradição e criatividade - O Desenho e Exposição Registro Arqueológico de Grafismos

A exposição de curta duração denominada 'Tradição e criatividade - O Desenho' nada mais foi que a exposição das ilustrações da 'coleção textos indígenas' –Adornos e pintura corporal Karajá--. A decisão de adicioná-la em um tópico desse estudo se deve ao fato de que as ilustrações que foram expostas fazem parte do projeto desenvolvido em parceria do MA/UFG, Secretaria de Educação do Tocantins e o MEC, descrito no capítulo 3 desta dissertação, projeto esse que resultou na publicação de livretos produzidos pelos indígenas participantes do projeto.

Essa publicação literária é resultado do programa de educação indígena para o Estado do Tocantins. As ilustrações e textos compõem o livreto e configuraram os painéis da exposição, que foram produzidos pelos professores da nação Karajá⁸⁷— composta pelos Javaé, Karajá e Xambioá —que participaram da IV etapa do curso de formação indígena, realizado em Formoso do Araguaia (TO), em 1991.

A exposição 'Tradição e Criatividade –O Desenho' foi organizada em 1997, pelas coordenadoras do projeto desenvolvido no Tocantins, a professora Lydia Polleck. A exposição, montada no MA/UFG, em formato de painéis, exibiam 18 ilustrações, cujos textos abordavam os significados de cada pintura corporal dentro da organização cultural da nação Karajá. Sobre este tema, observa André Toral

87 A nação Karajá é formada por três grupos indígenas: Karajá, Javaé e os Xambioá, com população de 3.768 indivíduos, que vive ao longo do Rio Araguaia nos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará. A nação se autodenomina Iny.

(1992, p. 191), a “pintura corporal é a manifestação de uma atividade especialmente dos Karajá e Javaé: o desenho aplica-se em inúmeros suportes, além do corpo”.

Em termos gerais, o objetivo do livreto era servir de suporte para a exposição organizada dentro do projeto, com a temática “Festas”, e os objetos que fizeram parte da exposição temática foram trazidos pelos membros das aldeias, e “o resultado da atividade surpreendeu pela riqueza de detalhes nas ilustrações e pela variedade de pontos de vista de cada professor” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1994, p. 07).

Ilustração 27: Ilustrações - Adornos e Pinturas Corporal Karajá



Fonte: Acervo do Museu Antropológico/ UFG, 2018. Foto: Cidarq, s/d

Na exposição, a representação da grafia corporal segue o repertório descritivo, cuja temática, segundo Pam Locker, “puede servir para transmitir mensajes que pretendem ser literales y directos, y pra crear experiencias agradables dirigidas a un público que disfruta de su tiempo libre” (LOCKER, 2011, p. 33).

Além da exposição de curta duração 'Tradição e Criatividade' de 1997, outra exposição com perfil temporário foi exibida no Museu, a fim de instigar e difundir resultados de projetos/pesquisas. A exposição temporária “Registro Arqueológico de Grafismos”, por sua vez, foi aberta ao público em 27 de novembro de 2000 a 28 de novembro de 2003. Em um momento especial, a exposição foi elaborada para a

programação de comemoração dos quarenta anos da UFG e dos trinta anos do MA/UFG. No período em que esteve aberta, a visitação atingiu cerca de 11.348 visitantes entre o público escolar, universitário e em geral.

A exposição, de caráter arqueológico, foi organizada pela equipe do Labarq e coordenada pelas professoras Dilamar Candida Martins e Judite Ivanir Breda, pesquisadoras ligadas ao museu. A curadoria da exposição foi motivada pelas pesquisas que tinham o interesse e o caráter de resgate arqueológico, logo, foram desenvolvidas pela equipe do Departamento de Arqueologia. Construíram narrativas e estimularam o conhecimento com vistas a entender as relações sociais construídas ao longo da história. Contudo, a narrativa da exposição permite compreender a noção de patrimônio cultural e preservação arqueológica, embora, em seus aspectos particulares, contextualizava a arte rupestre na categoria zoomorfos da região Centro-Oeste.

Infelizmente não conseguimos informações complementares sobre essas duas exposições, contudo, acreditamos que a instituição investigada deverá melhor se adaptar, nos próximos anos, para receber projetos de investigação que têm por objetivos dialogar e difundir os conhecimentos produzidos entorno das exposições, acervos e produções audiovisuais.

4.3.5 Exposição Lavras e Louvores

A cultura do outro é fascinante aos olhos de quem se desprende de conceitos e preconceitos. O diálogo expositivo faz com que ocorram possibilidades de trocas entre o passado e o presente, é quando a interação com a cultura do passado/ presente toma o caminho do equilíbrio e do autorreconhecimento, o que possibilita o olhar crítico e social, e ocorre a valorização da cultura e dos saberes. Disponibilizar objetos que representam a cultura popular no museu é dar visibilidade ao bem cultural, pois, “é nos museus que visualiza novas possibilidades de atuação dinâmica junto à sociedade” (OLIVEIRA, 2012, p. 26).

A exposição ‘Lavras e Louvores’ contou com a curadoria das antropólogas Nei Clara de Lima e Selma Sena, sendo inaugurada em dezembro de 2006, e permanece até o presente, ano de 2018, aberta ao público. Nesses quase 12 anos,

a exposição recebeu cerca de 31 mil visitantes entre o público escolar, universitário e outras categorias de visitantes/interessados.

A exposição de longa duração 'Lavras e Louvores' foi projetada para substituir a antiga exposição de longa duração 'Museu: Expressão de Vida', de mesma natureza etnológica⁸⁸. Ao longo da elaboração do projeto, iniciado em 1997, reflexões e discussões foram levantadas, além de estratégias museográficas, sobre as representações da diversidade cultural da região. Além disso, a exposição é resultado do desdobrar das pesquisas e estudos nas áreas de antropologia social, etnolinguística, etnografia e arqueologia, realizadas no âmbito do MA/UFG.

Para a exposição foi pensada a perspectiva da construção simbólica das identidades do Centro-oeste. A partir disso, as particularidades do acervo definiram os módulos e o agrupamento de recursos, de modo a representar as diversas formas de sociabilidade no trabalho e nas festas. Essa construção simbólica pode manifestar saberes e práticas de um sujeito ou coletivo, o que demanda a compreensão de que o registro simbólico expressa não apenas saberes sobre a realidade, mas também sobre identidades, tradições e culturas, que são as formas e modos de viver.

'Lavras e Louvores' enfatiza dois aspectos sociais interligados à vida coletiva, o trabalho e a festa, a lavra e o louvor. Quanto ao aspecto social, foram definidos e subdivididos em temas que refletem sobre as questões socioculturais e de sustentabilidade dos povos do Centro-Oeste, como os sertanejos, indígenas, quilombolas, entre outros.

A Exposição inaugura um outro modo de dizer a Região; os instrumentos de trabalho, os objetos rituais religiosos e as imagens telúricas e de pessoas foram escolhidos para dizer que toda região é uma construção cultural ou simbólica à espera de interpretação e não uma realidade externa independente de nós. Construindo a narrativa de Lavras e Louvores, o novo design das salas de exposição, o mobiliário, os suportes, as cores, as texturas e a iluminação se articulam com as imagens, os textos, as instalações, as ilustrações e uma diversidade de peças, selecionadas das coleções que compõem os acervos etnográfico (indígena e popular) e arqueológico sob

88 Em 2003 na 9ª edição do Concurso Nacional do Programa de Apoio a Museus da Fundação Vitae, que subsidiou financeiramente grande parte da execução do Projeto. Também consta como instituição de fomento à exposição o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

salvaguarda do Museu Antropológico (MUSEU ANTROPOLOGICO, 2018, s/p).

Lavras e Louvores relaciona o processo comunicativo sobre os povos e suas culturas de maneira lúdica e sensorial, através dos recursos expográficos, facilitando a interpretação do público sobre a temática das tradições e saberes dos povos que formam o capital cultural do Centro-oeste. Do ponto de vista de Locker, “Sí se llava a cabo de forma eficaz, es un mecanismo que ayuda a sorprender e inspirar al público para que sienta curiosidad por aprender más (LOCKER, 2011, p. 54).

Ilustração 28: Paisagem Telúrica - A Flor da Terra



Foto: Darlen Rodrigues, 2012

Ilustração 29: Topografias sobrenaturais - Objetos de Culto

Foto: Darlen Rodrigues, 2012

A partir do conceito gerador –diversidade cultural–, as formas de sociabilidade da ‘Lavras e Louvores’ se desdobram em duas temáticas/módulos: ‘Paisagem Telúrica’ e ‘Topografias Sobrenaturais’. De modo geral, o módulo **Paisagem Telúrica** subdivide em: A Flor da Terra, De Pedras, Plantas e Bichos, Linhagens; e as **Topografias Sobrenaturais** em: Objetos de Culto e As Entradas do Sagrado. Nas duas salas expositivas o percurso potencializa o acervo dando enfoques temáticos sobre o ambiente natural, estratégias de subsistência, processo de reprodução cultural, representação feminina, objetos rituais e cerimônias festivas. Neste sentido, compreende-se que a “exposição é, didaticamente falando, conteúdo e forma sendo que o conteúdo é dado pela informação científica e pela concepção e comunicação como interação” (CURY, 2005, p. 42).

Entretanto, a ação em torno do objeto é determinada por critérios que visam a transformação dos objetos em documentos de comunicação, testemunhos do tempo e da história. Por outro lado, ocorre a valorização de saberes das comunidades, independentemente do tempo no qual ela está inserida, o que permite que haja uma dinâmica da diversidade cultural. A existência de sociedades que habitam no mesmo território e tem formas de culturas diversas é um exemplo das dinâmicas dos saberes, pois, “[...] é possível existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico” (LARAIA, 2001, p. 12).

Quanto a narrativa evidenciada na exposição, sobre os grupos indígenas do Centro-oeste, constata-se que a interação entre a mensagem e o público se estabelece além da apreciação dos objetos. A exposição tem o caráter de enfatizar novas leituras, o que contribui para a valorização da diversidade cultural.

Camilo Vasconcellos (2011) discute a questão da representação dos indígenas em museus antropológicos brasileiros, e propõe alguns apontamentos e novas tendências. Ressalta a questão do discurso sobre o indígena, que ainda é pautado por exposições que apresentam as sociedades indígenas tendo como parâmetro o período anterior ou o posterior ao contato com o colonizador, isto é, em exposições com ênfase na arqueologia pré-colonial (os indígenas já extintos) ou na etnologia (o indígena ainda vivo no território brasileiro).

Para Vasconcellos, o MA/UFG é a única exceção, que, para mostrar o indígena da região Centro-Oeste, acaba usando tanto as coleções arqueológicas quanto as etnográficas, para se referir ao indígena desta região do país sem separá-los em módulos estanques de arqueologia e etnologia. Além disso, a instituição busca inserir a questão da presença do indígena atual no contexto da convivência com outros grupos que habitam o centro do território brasileiro, como, por exemplo, os negros e mestiços, quilombolas e sertanejos, numa preocupação com a questão da identidade do homem da região do Centro-oeste brasileiro como um todo (VASCONCELLOS, 2011, p. 712 -713).

Desde o início, o MA/UFG esteve comprometido com questões indígenas. Contudo, a cultura material⁸⁹ destes povos é enfatizada na exposição 'Lavras e Louvores', e amplamente explorada nas narrativas, em especial aquelas sobre os povos *Iny-Karajá*. Essa relação é marcada pela aproximação e interlocução ocorrida nas últimas décadas. Assim, sobre as exposições do MA/UFG, podemos visualizar as riquezas, a representação dos costumes e a cultura material dos povos do Centro-Oeste.

89 Segundo Upiano de Bezerra (1998, p. 02), a expressão cultura material refere-se a todo segmento do universo físico socialmente apropriado. Aqui, no entanto, para simplificar, falar-se-á sobretudo do artefato, que é apenas um dos componentes – dos mais importantes, sem dúvida – da cultura material.

No sentido de possibilitar efetivamente a difusão do conhecimento, a exposição 'Lavras e Louvores' expôs o conjunto de símbolos e objetos de cerâmicas, tecelagens, plumárias, dentre outros elementos da cultura material dos povos *Iny-Karajá*, o que, certamente, desencadeia vários sentidos entre a importância de salvaguardar e valorizar a cultura.

Do ponto vista interdisciplinar, a exposição possibilita discussões plurais, colaborando para a amplitude de novas experiências e interações. Por parte dos mediadores da exposição, é comum que se estabeleçam relações intuitivas diante do público. Neste aspecto, o recurso audiovisual contribui para a dinamização do conhecimento quanto a função sociocultural dos objetos de cerâmica no contexto dos grupos indígenas. Para Rosirene Santos (2003, p. 12), "nas sociedades indígenas, os limites entre objeto e o ambiente não existem: o objeto necessita de seu contexto para que possa considerar a mensagem em si mesma". Desse modo, a mediação necessita ser pensada e elaborada com fluidez para que o discurso sobre os objetos não seja somente uma apresentação, mas uma tentativa de evidenciar a relação social dos grupos indígenas com o ambiente e os objetos de suas culturas.

Contudo, observações quanto a atualização da exposição e estudos sobre os acervos devem ser levados em consideração. Entendemos que uma instituição pública, como MA/UFG, enfrenta dificuldades constantes para se manter financeiramente, e elas são enormes. Entretanto, ações conjuntas aos cursos de Graduação devem ser reestruturadas e articuladas ao museu no presente, assim como foi no passado, quando essa interação era contínua.

Por fim, acredito que as exposições anteriores e atuais foram importantes para a consolidação do museu universitário objeto desta pesquisa, por diversas razões, mas, principalmente, por que propiciou, ao longo do tempo, a difusão das pesquisas realizadas no contexto temático da etnologia e da antropologia no Centro-Oeste, e os indígenas, em vários momentos, foram e são representados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atingirmos os objetivos a que nos propusemos, discorreremos sobre os seguintes temas: as determinações dos conteúdos sobre a trajetória de colecionar, atores sociais, comunicação *lato sensu e stricto sensu* sobre grupos indígenas no Museu Antropológico, assim como as exposições museológicas que este utiliza na difusão da cultura dos povos do Centro-Oeste, além disso, permitiu fazer uma reflexão sobre o papel da instituição.

De um modo geral, utilizamos a técnica de coleta de dados, observação e análise documental e audiovisual, elaboração de quadros/ tabelas nos capítulos 1, 3 e 4, especialmente para este estudo, entre outras, que constitui o instrumento de relacionar as coleções, projetos e cursos com vistas a identificar a trajetória do MA/UFG a partir da comunicação museológica.

A comunicação é uma das funções principais dos museus, que, por sua vez, se relaciona com outras funções de igual importância, como aquisição, conservação, documentação e gestão. Contudo, é válido ressaltar que a compreensão de que a comunicação vai além da exposição e mediação é de suma importância.

Neste sentido, a comunicação afeta toda a estrutura organizacional do museu, sendo que o seu êxito é vital. Para que a trajetória de uma instituição prossiga por anos, é importante adotar políticas de organização de comunicações coerentes e coordenadas, uma vez que estas equações facilitam no desenvolvimento do papel do museu, criando relações e proximidade com o público, visitantes, instituições e comunidade local.

Simultaneamente, os museus não podem estar alheios as discussões sociais, sendo de grupos étnicos, minorias, entre outras. A comunicação museológica tem provocado transformações em torno da sociedade nas últimas décadas, com isso, têm se evidenciado mudanças comportamentais que demonstram maior interesse pelos temas culturais. Neste sentido, a comunicação museológica pode ser vista como uma ferramenta de difusão do conhecimento entre o museu e os seus públicos.

O Museu Antropológico da UFG, ao longo dos anos, tem procurado acometer numa progressiva utilização da comunicação *lato sensu* e *stricto sensu* com a comunidade interna e externa a universidade. Para tal, o MA/UFG procurou criar estratégias para cumprir sua função de instituição ligada a Universidade tendo em vista o tripé ensino, pesquisa e extensão. Além do mais, através da difusão das pesquisas, cursos, projetos, voltados às comunicações *lato* e *stricto sensu*, permitem ao público conhecer diferentes aspectos sobre a cultura de grupos indígenas, como se verifica nos conteúdos das exposições: Museu Expressão de Vida; Exposição Arqueologia Brasileira: o passado também devora'; Exposição Tradição e criatividade-O Desenho; Exposição Registro Arqueológico de Grafismos; Exposição Lavras e Louvores.

As exposições, por sua vez, abrem novas possibilidades de estabelecer a comunicação, graças a mediação. Através do percurso expositivo a mensagem é passada, difundindo ao público informações sobre grupos indígenas do Centro-Oeste. Além disso, os diálogos da instituição, junto as comunidades interna e externa, propiciaram mudanças quanto ao modo da instituição comunicar, pois, a comunicação parece ser essencial não só para informar e divulgar o museu, mas também para criar e desenvolver relações de proximidade e curiosidade.

Portanto, o presente estudo, que se debruçou sobre conteúdos diversos sobre a trajetória do MA/UFG, permite oferecer, sobretudo, informações não divulgadas e nem catalogadas. Em relação às coleções e a utilização de ferramentas de difusão, como cursos, palestras, oficinas e exposições, tem sido trabalhadas por parte do museu, às quais apenas futuramente poderemos ter acesso como material de investigação sobre as coleções de etnologia, cultura popular, entre outras. No momento, tivemos acesso apenas ao site da instituição, que disponibiliza informações e divulga a programação de eventos, no qual foi possível identificar informações para dissertação. Apenas por este meio pudemos identificar a estrutura organizacional da instituição. Contudo, para se obter informações mais precisas, esta ferramenta (site) não é suficiente.

Em relação às informações históricas, podem ser identificadas nos arquivos administrativo e científico, embora parte da documentação do 'Projeto Anhanguera'

esteja passando por revisão e reorganização por parte do Departamento de Arqueologia. Às informações museológicas, por sua vez, não tive acesso, não estão disponibilizadas e, certamente, precisam ser reorganizadas e disponibilizadas para o futuro pesquisador, pois seria de grande valia.

Tanto quanto nos foi possível averiguar durante a pesquisa, são poucos os estudos escritos em torno da aquisição, coleções e comunicação do MA/UFG. Logicamente, esta ausência de estudo se deve ao fato de a maioria dos pesquisadores, em torno dos museus, se voltarem para as pesquisas antropológicas. Não poderia deixar de citar dois estudos iniciais monográficos do curso de Museologia escrito pela aluna Francielly Rosa⁹⁰ em 2013 e o do aluno Luciano Costa Jucá⁹¹ em 2016. Contudo, a pesquisa museológica “Urge por estudos constantes e efetivos”.

Assim, este estudo projeta-se como uma ponte a ser explorada por futuras pesquisas. Deste modo, em primeiro lugar, seria importante alargar estudos sobre os acervos e coleções, ampliando a forma de conhecer a totalidade de informações sobre eles. Em segundo, seria igualmente relevante, para o museu e para futuros pesquisadores, o acesso às informações completas sobre os acervos.

Nessa altura, pesquisas cujas abordagens envolvam os acervos poderiam traçar o processo relativo à documentação dos mesmos, a partir das quais se poderia conhecer, descrição e origem, que responderiam questionamentos e lacunas existentes. Além disso, poderiam ser realizadas novas exposições com os acervos estudados, que propiciaram a substituição/rodizio de objetos na exposição de longa duração 'Lavras e Louvores', entre outras.

Nesse âmbito, seriam interessantes estudos receptivos a diferentes grupos citados nos quadros do capítulo 1. Ao se comparar a realidade do MA/UFG com outras instituições, observa-se que a manutenção do Museu passa pela gestão da Universidade, o que limita os recursos financeiros para uma nova exposição de longa duração.

90 Títulos monográficos: “O Processo de Criação do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás”.

91 Títulos monográficos: “Museu Antropológico da UFG - Uma trajetória de Eventos e Mudanças. O Primeiro Acervo, Sua Documentação e Equipe e Inventário”.

Contudo, na realidade, pode-se elaborar infinitos projetos de investigação no âmbito da relação com o curso de Museologia da UFG, já que o museu é instigado a ser laboratório de disciplinas teóricas e práticas do curso, logo, todos os estudos são mais que válidos.

Esperamos que este estudo possa chamar a atenção e ajudar a pensar em outras abordagens investigativas sobre o museu, contribuindo, deste modo, para um aprofundamento sobre as coleções, exposições, entre outros níveis do conhecimento museológico.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. In: Chagas, Mário (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 31, 2005.

_____. **Por um museu de cultura popular**. Revista Ciências em Museus, Belém, v 2, n 1, p. 61-72, Outubro 1990.

AGOSTINHO, M. de B. A Exibição Humana na Exposição Antropológica Brasileira de 1882: os indígenas do Brasil sob o olhar cientificista no Museu Nacional. Anais eletrônicos do **15ª Seminário Nacional de História da Ciências e da Tecnologia**. Florianópolis, Santa Catarina, 16 a 18 de novembro de 2016. Disponível em: http://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473258060_ARQUIVO_AExibicaoHumananaExposicaoAntropologicaBrasileira.pdf.> Acesso em: Janeiro de 2018.

ALEGRE, M. S. P. Imagem e Representação do índio no Século XIX. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

ALMEIDA, C. A. F de. Objetos que se oferecem ao olhar. Colecionadores e o “desejo de museu”. **Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas**. Rio de Janeiro, RJ: Museu Histórico Nacional, 2012.

ATAÍDES, J. M de. **Documenta Indígena do Brasil Central**. Goiânia. UCG. 2001.

BARBOSA, A. S. O paleoíndio no Sistema Biogeográfico dos Cerrados. In: BARBOSA, Altair Sales. **Andarilhos da Claridade: os primeiros habitantes do Cerrado**. Goiânia, Universidade Católica de Goiás. Instituto do Tropic Subúmido, 2002.

BARBOSA, A. S. & SCHMITZ, P. I. Ocupação Indígena do Cerrado. Esboço de uma história. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. & RIBEIRO, J. F. **Cerrado: ecologia e flora**. Embrapa Cerrados. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

BARBUY, Heloísa. **Documentação museológica e a pesquisa em museus. Museu de Astronomia e Ciências Afins** – MAST Documentação em Museus /Museu de Astronomia e Ciências Afins- Organização de: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia N. M. Loureiro. — Rio de Janeiro: MAST, 2008.

BALDISSERA, A. Pesquisa- Ação: Uma metodologia do “conhecer e do agir” coletivo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 7(2):5-25, Agosto/2001.

BERTRAN, P. **História da Terra e do Homem no Brasil Central**. Eco-história do Distrito Federal. Do indígena ao colonizador. Ed. Revisada e Atualizada. Brasília: Verano, 2000.

BERTRAN, P. O mito bandeirante e a alternativa indígena. In: **História da Terra e do Homem no Brasil Central. Eco-história do Distrito Federal**. Do indígena ao colonizador. Ed. Revisada e Atualizada. Brasília: Verano, 2000.

BURKE, P. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.

BRAGGIO, S. L. B. A instauração da escrita entre os xerente: conflitos e resistências. **Revista do Museu Antropológico da UFG**. v. 3/4., n.1. Jan/dez. Goiânia: CEGRAF 1999/2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado: Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009**. Legislação sobre Museus. Câmara dos Deputados, 2.ed- Brasília: Edições Câmara, 2013.

BRASIL. Declaração de Santiago, Chile, 1972. **Legislação sobre museus** [recurso eletrônico]. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BRASIL. Declaração de Quebec, Canadá, 1984. **Legislação sobre museus** [recurso eletrônico]. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BRASIL. Declaração de Caracas, Venezuela, 1992. **Legislação sobre museus** [recurso eletrônico]. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BRUNO, M. C.O. **Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 1996. (Cadernos de Sociomuseologia, 9).

BRUNO. M. C.O. **Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2006 (Cadernos de Sociomuseologia Nº 25).

CABRAL, M; RANGEL, A. A curadoria de processos educativos de ações esparsas à curadoria. **Cadernos de diretrizes museológicas 2** : mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa / Letícia Julião, coordenadora ; José Neves Bittencourt, organizador. ---- Belo Horizonte : Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.

CARVALHO, A. G. de. Museus de História Natural. **Iniciação à museologia**. Maria Beatriz Rocha-Trindade (coord). Lisboa : Universidade Aberta, 1993.

CARVALHO, J. O espelho refletor de memórias e a relação do índio com o objeto musealizado: alteridade e identidade no contexto contemporâneo. **Questões indígenas e museus: debates e possibilidades** / Coordenação Marília Xavier Cury,

Camilo de Mello Vasconcellos, Joana Montero Ortiz. -- Brodowski : ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012. (Coleção Museu Aberto).

CATÁLAGO. **Museu**: expressão de vida. Universidade Federal de Goiás/ Museu Antropológico. Goiânia. Goiás. s/d.

CERVO, A. L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice. Hall, 2007.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

CURY, M. X. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo Annablume, 2005.

_____. Teoria do Conhecimento, Teoria da Aprendizagem e Pedagogia museal: a considerar a participação do público. **Questões indígenas e museus** : enfoque regional para um debate museológico / coordenação de Marília Xavier Cury. Brodowski : ACAM Portinari : Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (SEC) ; São Paulo : Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2014. (Coleção Museu Aberto).

_____. **Comunicação Museológica**: uma perspectiva teórica e metodologia de recepção. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CHAGAS, M. Pesquisa Museológica. MAST Colloquial, v. 7. **Museu: Instituição de Pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST, 2005.

_____. A tradição moderna da Museologia no Brasil. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Minc/ IBRAM, 2009.

_____. Museus, memórias e movimentos sociais **Caderno de Sociomuseologia**, 41. 2011.

CHAIM, M. M. **Os aldeamentos Indígenas na Capitania de Goiás**. Sua importância Política de Povoamento (1749-1811) - Goiânia, Oriente, 1974.

CHARTIER, R. **Bourdieu e a História**. Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2002, p. 139-182.

_____. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo, 2º ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

DESVALLÉES, A; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução e comentários: Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DINIZ, F. P; RIBEIRO, D. D. Extensão Universitária: Metodologias participativas e contribuições do seminário para projetos de extensão (SEMPE). **Extensão Universitária: Metodologias e experiências**. Org: Murilo Medonça Oliveira de Souza, Guido de Oliveira Carvalho. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2016.

DUARTE, A. O museu como lugar de representação do Outro. **ANTROPOlógicas**, nº2, 1998.

_____. **Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 6 no 1 – 2013.

DUARTE CÂNDIDO, M. M. **Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro**. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias,(Cadernos de Sociomuseologia, 20). 2003.

GALLI, U. **Os Anhangueras em Goiás e outras histórias da família**. Goiânia. Kelps, 2007.

GATTI, B. A. Avaliação da extensão universitária: a institucionalização às suas práticas. **Extensão Universitária: uma questão em aberto**. In: Calderon, A. I; Santos, R. M. dos; Sarmiento, D. F (org). Xamá. 2011.

GOMES, A. O. **Museus e Memória Indígena no Ceará: uma proposta em construção**. Org; Alexandre Oliveira Gomes e João Paulo Vieira Neto. Fortaleza, SECULT, 2009.

GOMES. J. F da; RODRIGUES, A. F.; VELOSO A. Regresso às Origens: A Importância do Indivíduo na Criatividade nas Organizações. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, art. 3, Set./Out. 2016. p. 568-589.

GONÇALVES, L. R. **Entre Cenografias: o museu e a exposição de arte no século XX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 2004.

HEINZ, F. M. Nota sobre o uso de anuários sociais do tipo Who's who em pesquisa prosopográfica. **História social de elites**. In: Flavio M. Heinz (org). – São Leopoldo: Oikos, 2011.

HERNÁNDEZ, F. H. **Las Colecciones. Manual de museología**. Madrid: Síntesis, 2001.

JODELET, D. Representações Sociais: Um domínio em expansão. **As Representações sociais**. In: Denise Jodelet (Org): tradução, Lilian Ulup. Rio de Janeiro, EdUERJ. 2001.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 19-31.

KARVAT, E. C; MACHADO, V. F. História intelectual e história de intelectuais: reflexões, perspectivas, problemas. **XIV Encontro regional de história, 1964-2014: 50 anos do Golpe Militar no Brasil**, 07 a 10 de outubro de 2014,[recurso eletrônico]: anais/ Universidade Estadual do Paraná. 2014. p. 934- 940.

LANGER, J; RANKEL L. F. Cultura material e civilização: a exposição antropológica de 1882. **Cadernos do CEOM** - Ano 19, n. 24 - Cultura Material. CHAPECÓ. 2014.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

LEITÃO, R. M; LIMA, N. C de. LIMA FILHO, M. F. e S; CAMARGO, T. **Projeto Bonecas Karajá: arte, memória e identidade indígena no Araguaia**. Dossiê descritivo do modo de fazer ritxoko. UFG/IPHAN/ FAPEG. Goiânia. Outubro de 2011.

LEITÃO, R. M. **“Educação e Tradição: o significado da educação escolar para o povo Karajá de Santa Isabel do Morro, Ilha do Bananal – TO”**. Dissertação de Mestrado em Educação Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1997.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**/ Claude Lévi-Strass; tradução Rosa Freire d’Aguiar.-São Paulo: Companhia das Letras,1996.

LIMA FILHO, M. F; BELTRÃO, J. F; ECKERT, C. Quando o campo é o patrimônio. **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e Desafios contemporâneos / organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. – Blumenau : Nova Letra, 2007.

LIMA, N.C. de. O Museu Antropológico da UFG e a interlocução com povos indígenas. **Questões indígenas e museus: debates e possibilidades** / Coordenação Marília Xavier Cury, Camilo de Mello Vasconcellos, Joana Monteiro Ortiz. -- Brodowski : ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012. (Coleção Museu Aberto).

LOCKER, P. **Diseño de exposiciones**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2011.

MAESTRI, M. **Terra do Brasil**: a conquista lusitana e o genocídio tupinambá. São Paulo: Moderna. 1993. - (Coleção Polêmica).

MAIA, J. M. E. História dos intelectuais no Terceiro Mundo: reflexões a partir do caso de Guerreiro Ramos. **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, Edição Especial, Artigo 1, Rio de Janeiro, Set. 2015. p. 551-559.

MANESCHY, P; MENDES, S. R. GRINSPUN, M.Z. Política cultural e a construção de uma proposta articuladora na extensão universitária. **Extensão Universitária**: uma questão em aberto. In: CALDERON, A. I; SANTOS, R. M. dos; SARMENTO, D. F (org). Xamá. 2011.

MARANDINO, M. **Educação em museus: a mediação em foco**/ Organização Martha Marandino — São Paulo, SP: Geenf / FEUSP, 2008.

MARINHO, L. L. O Krahô na rede e a Associação Centro Cultural Kàjre. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente. Palmas, TO: UFT, 2016.

MARTINS, A. F; ABREU, C. de. Pedagogias de Fronteira. In: GUIMARÃES, L. M. B; PEROTTO, L.U. (Orgs.). **Percurso 2**. Goiânia, Go: [s.n], 2017. Ebook (Coleção Percursos).

MELATTI, J.C. Nota sobre a música craô. 1982 Disponível em: <<http://www.juliomelatti.pro.br/artigos/a-musica.pdf>> Acesso em Maio de 2017.

MELO, J. M. do C e. **Educação patrimonial: museu cultural da humanidade**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST. 2010.

MENEZES, A. **Dicionário das artes plásticas em Goiás: da caverna ao museu**. Goiânia: Editora da Fundação Pedro Ludovico Teixeira, 1998.

MENESES, U. T. B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view%20File/2067/1206>> Acesso em: Julho de 2017.

_____. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. 1983. p. 103-117. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/61796/64659>> Acesso em: 30/11/2016.

MICHELON, F. F. Museus universitários: uma política para estes lugares de conhecimento. **Expressa Extensão**. Pelotas, v.19, n.2, p. 165–8, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Adornos e pintura corporal Karajá**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1994.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra**. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MUSEU ANTROPOLOGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Relatório das atividades de estudo, análise e reorganização do sistema documental em uso na Seção de Curadoria e Documentação e, na Seção de Preservação, Conservação e Restauro da Divisão de Museologia do Museu Antropológico da UFG. Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2002.

_____. **Projeto de Pesquisa Bonecas Karajá**: arte, memória e identidade indígena no Araguaia. Disponível em:<<https://www.museu.ufg.br/n/22022-projeto-de-pesquisa-bonecas-karaja>> Acesso em: 12/ 05/2017.

_____. Museu Antropológico, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), coordena as ações de salvaguarda das bonecas de cerâmica karajá. Disponível em:<https://museu.ufg.br/up/121/o/Bonecas_Karaj%C3%A1_-_salvaguarda_-_texto_de_divulga%C3%A7%C3%A3o_05-01.pdf?1453228414> Acesso em: 12/ 05/2017.

_____. **Exposição “Arqueologia Brasileira: o passado também devora”**. Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Museu Antropológico da UFG. Goiânia. [1999]. Folder.

NABAIS, A. J C. M; CARVALHO, J. MC de. O discurso expositivo. **Iniciação à museologia**. Maria Beatriz Rocha-Trindade (coord). Lisboa : Universidade Aberta, 1993.

NASCIMENTO J. J. do; CHAGAS, M.de. S. Panorama os museus no Brasil. **Ibermuseus 1: Panoramas museológicos da Ibero- América**. Nascimento Junior, J. do; Chagas, M. de(org). 2ª edição- Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2010.

NORA, P. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares**. Tradução Yara Aun Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP-Brasil, 1981.

OLIVEIRA, A de P. **Exposições de Antropologia**. Universidade Federal de Goiás. 1978.

OLIVEIRA, M. C. de. Relatório do Levantamento e Estudo da Documentação do Museu Antropológico relativo ao período 1969 – 1982. Série **Documentos do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás**, número 1, Goiânia/GO, 1997/1998.

OLIVEIRA, L. L. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. História, Ciências, Saúde – **Manguinhos**, Rio de Janeiro, Vol. V (suplemento), pp. 195-215, Julho 1998.

OLIVEIRA, V. D. de. A rede de museus de folclore: lugares da vontade de memória da campanha de defesa do folclore brasileiro. **Revista Musear**. Ano 1- Nº1 – Junho. 2012. Disponível em: <<http://www.revistamusear.ufop.br>>. Acesso em: 07 Março de 2017.

PALACIN, L. A ausência do índio na memória goiana. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal de Goiás**, v. 3 nº 1/ 2 jan./dez. Goiânia, 1992.

PESAVENTO, S. J. Cultura e Representações, uma trajetória. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.45-58, jan./dez. 2006.

PINHEIRO, S. Posso ser o que você é sem deixar de ser o que sou: direitos humanos, educação e os indígenas. **Questões indígenas e museus** : enfoque regional para um debate museológico / coordenação de Marília Xavier Cury. Brodowski : ACAM Portinari : Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (SEC) ; São Paulo : Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2014. (Coleção Museu Aberto).

POSSAS, H. C. G. Classificar e Ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: Betânia Gonçalves Figueiredo, Diana Gonçalves Vidal (org). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna/** 2 ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

POULOT, D. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PUBLICAÇÃO DO MUSEU ANTROPOLOGICO DA UFG. **“Arqueologia Brasileira: o passado também devora”** v.1. n.1. Goiânia: MA/UFG, 1999.

RESENDE, M. N de. **As ceramistas Karajá e o processo de registro de suas bonecas de cerâmica como patrimônio cultural do Brasil**. Dissertação de Mestrado interdisciplinar em direitos humanos. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

RIBEIRO, B. G; VELTHEM, L. H. Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena e a etnologia In: Cunha, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP. 1992.

RIVIÉRE, G. H. La Museologia: Curso de Museologia Textos y testimonios. Madrid, Espanha. Akal, 2009.

ROMINELLI, R. **Imagens da colonização**: a representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro. Jorge Zahar ED, 1996.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Província de Goiás. (1779-1853)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 59-72.

_____. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás 1º v.** Tradução: Clado Ribeiro de Lessa. Volume:68. Edição:1ª Edição. 1937. Disponível em:<
<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/83/viagem-as-nascentes-do-rio-sao-francisco-e-pela-provincia-de-goias-1-v>> Acesso em: 30/ 06/2016.

SANTOS. K. P. dos; SILVA, R. N. da. O uso dos recursos naturais do cerrado para produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô. **Revista Nera, ISSN: 1806-6755.** – ANO 19, Nº. 33 – SETEMBRO/DEZEMBRO DE 2016.

SANTOS, M. C. T. M Um compromisso social com a museologia. **Cadernos do CEOM** - Ano 27, n. 41 - Museologia Social. CHAPECÓ, SC. 2014.

SANTOS, R. R dos. Considerações sobre a arte tribal: objetos de arte e artefatos etnográficos. **REVISTA DO MUSEU ANTROPOLOGICO/ MUSEU ANTROPOLOGICO** da UFG. v. 1, n.1, 1992. Goiânia: Museu Antropológico/UFG, 1992.

SEIDL, E. Condicionantes sociais na composição do alto oficialato militar brasileiro (1850-1930. **História social de elites**. In: Flavio M. Heinz (org). – São Leopoldo: Oikos, 2011.

SÉRIE DOCUMENTOS Nº 5. MUSEU ANTROPOLOGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Memórias - O 40 Anos do Museu Antropológico da UFG. Série Documentos do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás**, número 5, Goiânia/GO, 2011.

SILVA, M.S. da. **O que pode uma escrita?** A produção acadêmica hoje. Universidade Federal do Espírito Santo/Programa de Pós - Graduação em Psicologia Institucionai. [Dissertação] VITÓRIA .2014.

SOUSA, A. L. L. Sociedade, universidade e o papel da extensão universitária. **A história da extensão universitária**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2000.

TECCER. **Manual de Informações Gerais para Elaboração do Relatório de Qualificação e Dissertação**. Janes Socorro da Luz. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2016.

TEMER, A. C. R. P. **Para entender as teorias da comunicação**. Org: Ana Carolina R. P. T; Vanda C. A. N. 2 ed. Uberlândia. EDUFU, 2009.

TORAL, A. de A. Pintura corporal karajá contemporânea. In: VIDAL, L. (Org.). **Grafismo indígena**. São Paulo: Edusp: Nobel, 1992.

VALENTE, M. E. **A conquista do caráter público do museu**. In: Guaracira Gouvêa, Martha Marandino, Maria Cristina Leal, Educação e Museu: A construção social do caráter educativo dos museus de ciência. Rio de Janeiro: Access, 2003.

VASCONCELLOS, C de M. Museus antropológicos na contemporaneidade: perfil, perspectivas e novos desafios. In: Nelly Decarolis, Gimena Dapiano. (Org.). **El pensamiento museológico contemporáneo**. Buenos Aires: ICOFOM-ICOM, 2011,

v, p. 707-715. Disponível em:< <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10395.pdf> > Acesso em 30/03/2015.

VIANA, N. O Papel do Indivíduo na História. **Revista educação e mudança**, N. 24, 2011. p. 82-94.

VIEIRA, M. M. F; MISOCZKY, M. C. **Instituições e poder: explorando a possibilidade de transferências conceituais**. 2000. Disponível em:< <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo2000-30.pdf>>. Acesso em 01/12/2017.

ZANOTTO, G. **História dos intelectuais e história intelectual**: Contribuições da historiografia francesa. Biblos, Rio Grande, 22 (1): 2008.p. 31-45.

SITES VISITADOS

JULIO MELLATTI. Disponível em< <http://www.juliomelatti.pro.br/>>Acesso em: Março de 2016.

KRAÔ. Disponível em:<<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krah%C3%B4>>Acesso em: Março de 2018.

MUSEU ANTROPOLOGICO. Disponível em<<https://museu.ufg.br/>>. Acesso em: Março de 2018

SISTEMA SOCIAL KRAÔ. Disponível em< <http://www.juliomelatti.pro.br/>>Acesso em: Março de 2016.

XINGU. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xingu/1539>> Acesso em 12/09/2017.

VIDEOS

CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DO TOCANTINS. Direção: Wilmar Ferraz. Produção: Bruno Arruda; Cláudia Peixoto; Israel Floriano; Maura Charlote; Ricardo Edilberto; Nilton José. Roteiro: Wilmar Ferraz. Coordenação: Prof. Nilton José. Realização: Facomb/UFG. Finalização: Kzz Kemel Zip Zone. DVD (18' 50). Ano 1997.

MUSEU UNIVERSITÁRIO HOJE- I ENCONTRO NACIONAL. Produção: MV Produção. Narração: Márcio Venício Nunes. Pesquisa: Edna Luisa de Melo Taveira. Edição Juca Fernandes. Ano de Produção 1992. DVD (9'3). Ano 1992.

UM DIA COM O ÍNDIO KRAHÔ. Produção: Divisão de Intercambio Cultural e Ação Educativa do Museu Antropológico/UFG. Roteiro: Marisa Damas. Revisão: Lídia Poleck. Edição: Anselmo Troncoso. Ano de produção 1992 (6'51).

JORNAIS

JORNAL DA UFG. Projeto da UFG forma professor indígena no Tocantins. Goiânia, 1995. p. 06.

JORNAL DA UFG. Índios: o resgate da cultura pelo estudo das línguas. Goiânia, 1988. p. 05.

JORNAL DA UFG. Museu enfatiza a difusão do conhecimento. Goiânia. Edição Especial. 1998.

JORNAL DA UFG. Exposição itinerante mostra cultura dos grupos. Goiânia, 1995. p.08.

JORNAL DA UFG. A história do homem do Centro-Oeste. Goiânia, 1986/1989.

JORNAL DA UFG. Encontro discute os museus universitários, Goiânia, 1992.

JORNAL DA UFG. Museu não é depósito de coisas velhas, Goiânia, 1989.

IMAGENS

REGIÃO DOS ALDEAMENTOS NO SÉCULO XVIII. Disponível em: <<http://www.juliomelatti.pro.br/resenhas/r1974mmc.pdf>> Acesso em: 20/02/2017.

ANEXOS

ANEXO I: Arquivo científico do Museu Antropológico da UFG

ANEXO II: Certidão de ata

ANEXO I



Foto: Darlen Rodrigues, 2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
MUSEU ANTROPOLÓGICO



CERTIDÃO DE ATA

Certifico que, o adendo ao projeto de pesquisa, intitulado *Museu Antropológico UFG e os Acervos Indígenas*, de autoria de **Darlen Priscila Santana Rodrigues**, foi avaliado e aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Diretor do Museu Antropológico, em reunião ordinária realizada aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete.

Goiânia, 18 de julho de 2017.

Profa. Dra. Dilamar Candida Martins
Diretora do Museu Antropológico/UFG